



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



Wesley de Oliveira Silva

Índios de guerra: aldeamentos e tropas indígenas na
capitania de Pernambuco entre 1660 e 1695

Recife

2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Wesley de Oliveira Silva

Índios de guerra: aldeamentos e tropas indígenas na
capitania de Pernambuco entre 1660 e 1695

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Profa. Dra. Mariana Albuquerque Dantas
Coorientador: Bruno Romero Ferreira Miranda

RECIFE

2022

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação Universidade Federal Rural de
Pernambuco Sistema Integrado de
Bibliotecas

Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

-
- S586 Silva, Wesley de Oliveira Silva
Índios de guerra: aldeamentos e tropas indígenas na capitania de Pernambuco entre 1660 e 1695
/Wesley de Oliveira Silva Silva. - 2022.
165 f. : il.
- Orientador: Mariana Albuquerque
Dantas. Coorientador: Bruno Romero
Ferreira Miranda. Inclui referências.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-
Graduação em História, Recife, 2022.
1. Aldeamentos . 2. Tropas indígenas. 3. Guerra de Palmares. I. Dantas, Mariana Albuquerque,
orient.
II. Miranda, Bruno Romero Ferreira, coorient. III. Título

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WESLEY DE OLIVEIRA SILVA

Índios de guerra: aldeamentos e tropas indígenas na
capitania de Pernambuco entre 1660 e 1695

APROVADA EM: 22/02/2022

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Mariana Albuquerque Dantas
Orientadora - Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda
Coorientador - Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFPE

Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof. Dr. Edson Hely Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

RESUMO

A guerra contra os palmaristas significou mais uma etapa da colonização do território da Capitania de Pernambuco, possibilitando a expansão do mundo colonial para o sertão, região até então pouco dominada pela administração portuguesa. Para tal empreitada, diferentes tipos de tropas foram recrutados para lutar nos muitos conflitos contra os palmaristas, e dentre as quais tropas constituídas por indígenas aldeados. A partir disso, buscou-se entender a importância dos aldeamentos e o envolvimento dos índios nessa guerra. Para isso, foi estudado o contexto de formação das aldeias e a maneira pela qual os indígenas eram arregimentados para os conflitos. O objetivo desse trabalho foi analisar a participação das tropas indígenas na Guerra de Palmares, entre 1660 e 1695, período em que ocorreu a maior parte das expedições destruindo os mocambos que constituíram o Quilombo dos Palmares. A pesquisa foi realizada através de registros de caráter administrativo, encontrados nas principais coleções de documentação relativas ao período colonial do Brasil, como o a coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (DHBN), bem como de textos de cronistas do período.

Palavras-chave: Aldeamentos; tropas indígenas; Guerra de Palmares.

ABSTRACT

The war against the Palmaristas meant another stage in the colonization of the territory of the Capitania of Pernambuco, allowing the expansion of the colonial world to the hinterland, a region until then barely dominated by the Portuguese administration. For such an endeavor, different types of troops were recruited to fight in the many conflicts against the Palmaristas, among which were troops made up of natives “aldeados”. Based on this, we sought to understand the importance of the aldeamentos and the involvement of the Indians in this war. To this end, the context of the formation of the aldeias and the way in which the Indians were recruited for the conflicts was studied. The objective of this work was to analyze the participation of Indian troops in the Palmares War, between 1660 and 1695, period in which most of the expeditions took place, destroying the mocambos that made up the Quilombo dos Palmares. The research was carried out through administrative records found in the main collections of documentation related to the colonial period of Brazil, such as the collection Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (DHBN), as well as texts by chroniclers of the period.

Keywords: Aldeamentos; Indian troops; War of Palmares.

SUMÁRIO

Introdução	12
1. A colonização da terra e a formação das alianças	37
1.1 “Mais férteis e melhores terras”: ocupação da parte Norte de Pernambuco	30
1.2 As “alagoas” de Pernambuco: colonização do Sul e a região de Palmares	60
2. O sertão de Palmares: mocambos e o recrutamento dos indígenas	67
2.1 “Os salteadores dos bosques”: Palmares e os palmaristas	72
2.2 O envio de tropas indígenas aldeadas	87
3. “Índios de guerra”: tropas indígenas na Guerra de Palmares	89
3.1 “Muros do sertão”: os aldeamentos na Guerra de Palmares	100
3.2 Os indígenas aldeados nas expedições contra os palmaristas (1660-1695)	124
Considerações finais	149
Referências	156

LISTA DE FIGURAS, MAPAS E QUADROS

IMAGEM 1: Brasil, 1556	35
QUADRO 1: Aldeamentos indígenas existentes na capitania de Pernambuco (1660)	58
MAPA 1: Aldeamentos indígenas existentes na capitania de Pernambuco (1660)	58
QUADRO 2: Aldeamentos em Alagoas (1660)	65
MAPA 2: Aldeamentos em Alagoas (1660)	66
MAPA 3: Localização dos mocambos atacados em Pernambuco, c. 1600-1654	76
MAPA 4: Mocambos de Palmares, século XVII	85
QUADRO 3: Lista dos Governadores de Índios	97
QUADRO 4: Contingente indígena nas expedições de Brito Freire (1661-1662)	129
MAPA 5: Mocambos de Palmares a partir da “Relação”, c. 1674	143

ABREVIATURAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).

ABNRJ – Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra.

DHBN – Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

IHGAL – Instituto Histórico e Geográfico Alagoano.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

RIHGAL – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano.

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

RIAHGP – Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

WIC – *West-Indische Compagnie* (Companhia das Índias Ocidentais).

AGRADECIMENTOS

Em todo o processo de escrita e realização desta dissertação, fui agraciado pela complacência e grande ajuda de várias pessoas que contribuíram de diversas formas para a finalização deste trabalho. Portanto, estou agradecendo a todos os nomeados e aqueles que não foram mencionados, mas que de alguma forma me auxiliaram na efetuação dessa pesquisa.

Primeiramente agradeço a Deus, por tudo o que tem me concedido e por ser meu maior auxílio nas adversidades, que foram muitas.

À minha orientadora, Mariana Albuquerque Dantas, por toda a paciência e compreensão, por todos os ensinamentos, preocupação, acompanhamento da pesquisa, correções e apontamentos dos meus textos, além de todo auxílio e conversas que me ajudaram muito durante todo o período do mestrado.

Ao meu coorientador, Bruno R. Ferreira Miranda, por todas as correções, explicações, debates de textos que foram essenciais para a realização da pesquisa, como também pela paciência, disponibilidade de me escutar e conversar quando preciso. Agradeço bastante as sugestões e o acompanhamento da minha pesquisa.

Aos professores que participaram da banca de qualificação, especialmente Edson H. Silva, pelos conselhos, correções e sugestões do meu texto, que me fizeram avir os olhos para muitas possibilidades e novas perspectivas. Muito obrigado!

À Kalina Vanderlei Silva, por ter me inserido na pesquisa, me apresentando o tema e por ter me acompanhado desde a graduação. Jamais esquecerei suas correções e sugestões, que foram essenciais para meu ingresso no mestrado e me inspirado a continuar na vida acadêmica.

À Capes pelo financiamento da pesquisa em todos o período do mestrado.

Aos professores do PGH-UFRPE, que por meio dos debates em sala de aula, me ajudaram a pensar meu tema através de várias perspectivas. Em especial Gustavo Acioli Lopes e Victor Hugo, pelos ótimos debates.

Aos funcionários da Secretaria do PGH-UFRPE, por toda ajuda e presteza com as orientações a respeito das dúvidas sobre a burocracia. Em especial agradeço a Rafael Sipriano, pela disponibilidade e paciência.

Aos amigos que me acompanharam desde a graduação, e aqueles que fiz no mestrado. Em especial agradeço a Filipe Marinho, pela amizade, apoio, conversas, por estar comigo nos momentos de felicidade e incertezas, por ter lido meus textos e me ajudado com sugestões não somente sobre leituras, mas apontamentos do texto e indicação de fontes que tanto me ajudaram na realização da pesquisa.

Agradeço também a José Pedro, Marcone Carlos e Gabriel Felipe, que desde a graduação tem me acompanhado. Obrigado pelos apontamentos, debates e disponibilidade para me ajudar sempre que precisei.

Agradeço também aos meus amigos, que sempre torceram por mim e estão ao meu lado nos momentos mais difíceis, me ajudando a suportar as adversidades da vida. Obrigado Mirian Luzinete, Arthur Vinícius, José William, Silas Legal, Clara Cassiano, Johnny Victor, Natane, Agnys, Emilly Victória, Daniel Ribeiro, Lili Rosa, Anne Gomes, Evelyn Araújo, Bianca Maria, Kassia Luna, Thierry Cunha, Diogenes Valentim, Maria Eduarda e Gilvânia Freitas. Obrigado à Thaynã Guedes, além da amizade, apoio e companhia, pela tradução de textos e compartilhamento de leituras.

À minha família, por sempre estarem do meu lado e me incentivarem. Em especial aos meus pais, Edson e Eliane, aos meus avós, José Benedito, Severina e Luíza. Também aos meus irmãos, Edson e Emerson, meus companheiros e amigos.

Por fim, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização dessa pesquisa.

INTRODUÇÃO

Com o presente estudo buscamos analisar a agência¹ indígena na guerra contra Palmares, entre 1660 e 1695, ano da morte de Zumbi dos Palmares, o mais destacado líder do Quilombo. Em todo o período de conflito, a participação dos indígenas foi essencial para subjugar a ação dos *palmaristas*², uma vez que na maioria das expedições organizadas para repressão de Palmares nesse período, grandes contingentes indígenas foram arregimentados, além da própria convocação do Terço de Camarão³, única tropa regular de índios na colônia. Essa atuação evidencia a grande importância dos índios em todos os eventos relativos à Guerra em Palmares, bem como os destaca como sujeitos históricos, evidenciando os protagonismos indígenas no contexto de expansão da colonização para o interior da América portuguesa.

O século XVII foi significativo para a expansão das fronteiras coloniais. Nele foram vivenciadas várias guerras que culminaram na conquista do interior das capitanias do Norte do Estado do Brasil, motivada por fatores como a instalação dos currais de gado, a necessidade de remuneração dos contingentes militares participantes das guerras do açúcar no século XVII⁴, procurando deslocá-los para ceder terras como remuneração.

¹ O conceito de agência indígena é nesta pesquisa entendido a partir da definição formulada por Sherry B. Ortner, tornando essencial para entender a ação dos índios aldeados na Guerra de Palmares, pois apesar do termo sugerir uma ação individual ou autônoma de algum ator social, os agentes devem ser entendidos como “envolvidos na multiplicidade de relações sociais em que estão enredados e jamais podendo agir fora dela”. Logo, a própria ação individual é definida através das relações sociais pela qual ele está envolvido, sejam elas de poder, de competição ou de solidariedade. Portanto, quando empregamos o termo “agência indígena”, estamos nos referindo a atuação todos àqueles enredados no conflito, a partir das relações sociais na qual estavam envolvidos, o que também ajuda a entender as estratégias e saberes desenvolvidos no contexto de submissão ao poder colonial. ORTNER, Sherry B. “Poder e projetos: reflexões sobre a agência”. In: GROSSI, Miriam; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry. (Orgs.). *Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

² Usamos o termo palmaristas para nos referirmos aos habitantes em Palmares seguindo a orientação de Luiz Felipe de Alencastro, alertando para o uso devido do termo conforme aparece nas documentações. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 239.

³ O Terço de Camarão, ou Terço dos Índios de Pernambuco, foi a única tropa indígena institucionalizada da América Portuguesa, possuindo hierarquia composta pelos próprios índios e uma jurisdição sobre os aldeamentos localizados entre as capitanias de Pernambuco e Rio Grande. No capítulo dois faremos foi feita uma análise mais detalhada do terço.

⁴ O termo se refere aos conflitos entre os colonos portugueses contra as tropas neerlandesas que invadem a América portuguesa no início do século XVII, bem como a própria “guerra brasílica”, que será analisada posteriormente. Usamos o termo para se referir a primeira aceção apresentada.

Além da busca por metais preciosos ocorrida desde o século XVI, intensificada em decorrência da procura de minas de salitre no século XVII.⁵

Se por um lado essa expansão significou o alargamento das fronteiras do mundo colonial, por outro provocou diversos conflitos contra vários povos indígenas de expressões socioculturais diferentes, habitantes no interior das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Piauí, Rio Grande, Ceará e Bahia, como os Tarairiú, os Hoés Hoés, os Carnijó, dentre muitos outros. Essa grande série de combates entre ameríndios e a sociedade colonial foi chamada de *Guerra dos Bárbaros*, termo bastante problematizado pela historiografia, visto que essa denominação traz consigo o entendimento de uma “confederação dos índios”, assim como sugeriram algumas bibliografias.⁶

Ocorridos especificamente depois da Guerra de Restauração de Pernambuco⁷ em 1654, a maioria dos conflitos seguiram prolongamentos diferentes em cada capitania, em Pernambuco tendo terminado nos primeiros anos do século XVIII. De maneira geral, os povos indígenas envolvidos nesses conflitos são os que os documentos chamam de Tapuia, ou seja, pertencente a um tronco etnolinguístico diferente dos Tupi. Conforme abordou Cristina Pompa, a construção dessa categoria refletia a alteridade absoluta em comparação ao mundo tupi, sendo os Tapuia inimigos de todos, sempre arrolados ao território desconhecido, não colonizado, por isso pensado como selvagem e inculto,

⁵ As minas tornaram-se extremamente importantes na segunda metade do século XVII, por causa dos conflitos contra os povos indígenas habitantes no chamado sertão (outro motivo da expansão para os sertões: a retaliação dos povos aliados aos neerlandeses, como os Janduí) e os palmaristas, visto que o salitre servia para fabricação de pólvora. Ver: LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003, p. 76 e PUNTONI, Pedro. *A guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo. Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002, p. 29. Sobre a colonização dos sertões coloniais, ver também: SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. *“Nas solidões vastas e assustadoras” – os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. – Recife: Cepe, 2010.

⁶ Para uma análise geral da chamada “Guerra dos Bárbaros” e dos povos indígenas habitantes dos sertões nesse período, ver: GALINDO, Marcos. *O governo das almas*. 1. ed. – São Paulo: Hucitec, 2017; MEDEIROS, Ricardo Pinto. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no Período Colonial*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História – UFPE, Recife, 2000; PIRES, Maria Idalina da Cruz. *A Guerra dos Bárbaros: resistências e conflitos no nordeste colonial*. 2. ed. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2002; PUNTONI, Pedro. Op. cit., 2002.

⁷ A Guerra de Restauração de Pernambuco se refere a retomada, pelos portugueses, da capitania de Pernambuco em 1654, que estava sob o domínio dos holandeses desde 1637. A vitória culminou também na expulsão desses últimos do território da América portuguesa.

compreensão não apenas dos portugueses, como também dos neerlandeses. Para além das expressões socioculturais, a língua falada pelos povos não Tupi também constituiu aspecto importante na definição e diferenciação dos povos “bons” e “maus”, sendo os Tapuia considerados “bárbaros” e mais selvagens que os Tupi, refletindo toda a conotação de hostilidade atribuída aos povos habitantes nos sertões.⁸

Contudo, essa compreensão precisa ser abordada com cuidado, uma vez que os contatos entre os ameríndios não eram definidos por situações como similaridades socioculturais ou aproximações territoriais, a exemplo do próprio escambo inicial entre portugueses ou franceses com os tupis no litoral. Em épocas específicas do ano, geralmente seguindo safras de frutas ou fugindo de períodos de secas, muitos povos habitantes nos sertões se deslocavam para o litoral, onde provavelmente ocorriam contatos amistosos com povos Tupi, e não apenas conflitos. Essa imagem de extrema selvageria e belicosidade geralmente era empregada aos inimigos dos colonizadores para justificar a guerra justa⁹, não necessariamente associada aos povos não Tupi.¹⁰

A partir da segunda metade do século XVII, essa expansão vivenciada nas capitanias do Norte do Estado do Brasil não apenas resultou em conflitos contra os indígenas; no caso de Pernambuco, outro grande inimigo da colonização portuguesa pode ser incluído: os palmaristas. Formado possivelmente em fins do século XVI, os vários mocambos, que em conjunto eram chamados de Quilombo dos Palmares, constituíam uma série de assentamentos populacionais formados pelos escravizados

⁸ POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial*. – Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 222-229.

⁹ A “guerra justa” foi uma modalidade de guerra praticada pelos ibéricos muito antes da colonização da América. Sua origem remonta o tempo da reconquista da Península Ibérica e a luta entre os cristãos contra os “infiéis” (mourões). Trazida para a América portuguesa, foi largamente praticada já no século XVI contra os povos indígenas que se recusaram a aceitar a fé cristã e a colonização, persistindo, então na condição de “infiéis”. Logo, a guerra justa era legalmente permitida contra os indígenas inimigos, que deveriam ser combatidos e podendo ser escravizados. Para mais informações a respeito dessa temática, cf.: OLIVEIRA, João Pacheco de. “Os indígenas na formação da colônia: uma abordagem crítica”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial: volume 1 (ca. 1443 – ca. 1580)* / organização João Luís Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 184-187; PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/SMC: Cia das Letras, 1992, p. 123-128.

¹⁰ Sobre as estratégias de deslocamento dos povos não Tupi, ver: GALINDO, Marcos. Op. cit., 2017, p. 53-62.

fugitivos nas matas, alguns deles constituídos de centenas ou milhares de habitantes.¹¹ Aparentemente representavam grandes problemas aos colonos de Pernambuco, e várias descrições do período enfatizam o ataque dos palmaristas a propriedades rurais, destruindo as plantações e núcleos de povoamento. Embora muitos relatos sobre o Quilombo talvez tenham agigantado o seu tamanho e população, bem como a gravidade dos problemas apresentados (modelo seguido por parte da historiografia)¹², houve um grande esforço da administração colonial para lidar com a conquista de toda área ocupada pelos palmaristas. Isso porque, para além dos ataques, Palmares significava possibilidade de fuga da situação de escravidão vivenciada por muitos africanos e seus descendentes na colônia.¹³

Mesmo não sendo um problema subestimado no início do Século XVII, os primeiros grandes esforços para destruição de Palmares somente ocorreram durante o período de domínio holandês em Pernambuco. Nessa altura, os mocambos de Palmares já constituíam uma ameaça considerável, tendo sua população aumentado bastante graças às guerras ocorridas durante a ocupação holandesa, na qual muitos escravizados aproveitaram para fugir em direção às florestas de Palmares, um território amplo compreendido entre o Cabo de Santo Agostinho até a Zona Norte do curso inferior do rio São Francisco, cobrindo vastas áreas do interior e Agreste dos atuais limites de Pernambuco e Alagoas. Local não despovoado, visto que populações indígenas habitavam na região antes e durante a existência de Palmares.¹⁴

Consolidada a conquista, os holandeses passaram a reunir informações sobre Palmares através de estratégias como a espionagem, organizando o planejamento de

¹¹ Em um relatório anônimo escrito no período da guerra, é informado uma estimativa de aproximadamente 20 mil habitantes em todo o Quilombo dos Palmares. "RELAÇÃO das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida de 1675 a 1678 (M. S. oferecido pelo Exm. Sr. Conselheiro Drummond)". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), v. 22, 1859, p. 309.

¹² GOMES, Flávio. *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2019, p. 64.

¹³ Na capitania de Pernambuco foram contabilizados 150 engenhos em 1629; logo em seguida a Bahia, com 80. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 148.

¹⁴ No litoral, habitavam os Caeté. Mais ao interior, povos não Tupi. Com o desenrolar da colonização no litoral, muitos desses tupis adentraram também para o interior. Posteriormente, documentos citaram indígenas em Palmares. Sobre essa região, cf. CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 19;

algumas expedições. A primeira expedição delas saiu em 1638, liderada pelo capitão Lodij; a segunda em 1642, comandada por Manoel de Magalhães. Ambas com o objetivo de encontrar os palmaristas, mas sem sucesso.¹⁵ Dois anos depois outra expedição foi organizada, esta sendo chefiada por Rodolfo Baro, conseguindo destruir um mocambo denominado por eles como Palmares Grande, matando 100 *palmaristas* e aprisionando 37 deles, entre os quais sete eram ameríndios, um indicativo das conexões socioculturais entre vários povos de origens diferentes, mas reunidos em Palmares. Nessa expedição participou um grande contingente indígena, aliados aos holandeses.¹⁶

Nas incursões seguintes, a administração holandesa continuou arregimentando contingentes indígenas para as tropas. Além disso, uma das estratégias de defesa do território era guarnecer os pontos estratégicos com tropas indígenas, evitando investidas dos palmaristas. A última expedição holandesa contra Palmares, organizada por Maurício de Nassau em 1645, foi comandada por João Blaer, composta em sua maioria por indígenas e mamelucos.¹⁷

Após esse episódio, a situação interna do Brasil holandês não mais possibilitou esforços para organização de expedições rumo a Palmares, e a Insurreição Pernambucana suscitou ainda fugas de escravizados, fortificando o contingente dos mocambos. Uma vez retomada pelos colonizadores portugueses, a capitania de Pernambuco estava arrasada com a guerra, e os ataques dos palmaristas apenas reforçavam ainda mais a situação calamitosa. Diante disso, os primeiros governadores de Pernambuco pós-ocupação holandesa passaram a tentar destruir Palmares. Em 1660, Francisco de Brito Freire planejou criar aldeamentos indígenas no “sertão de Sirinhaém”, buscando refrear os ataques dos mocambeiros àquela região de relevante produção açucareira. Propostas como essa foram feitas por outros governadores seguintes, assim como outras buscando fortificar as fronteiras e outros pontos estratégicos com aldeias

¹⁵ NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. *Palmares: os escravos contra o poder colonial*. – São Paulo: Terceiro Nome, 2014, p. 89.

¹⁶ FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. 3. ed. – Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. 65.

¹⁷ *Ibidem*, p. 66-67. Desde os primeiros anos da colonização, o termo “mameluco” era empregado para designar filhos de índias e portugueses, isto é, a mesma acepção de “mestiço”. Contudo, ao decorrer do período colonial algumas outras significações foram atribuídas, sobretudo em capitânicas diferentes. Para um estudo mais aprofundado, ver: PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. 1ªed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, pp. 186-189.

indígenas, criando algo como “muros de defesa”¹⁸, na mesma medida em que enviavam tropas para impossibilitar fugas de escravizados ou a captura dos fugitivos.¹⁹ Portanto, a agência indígena foi constante em todas as fases da Guerra de Palmares, e a análise dessa temática é o objetivo desse estudo.

Até um período avançado do século XX, a produção historiográfica reservou aos indígenas um espaço secundário nas narrativas sobre a História do Brasil, sendo os ameríndios pensados como fadados ao desaparecimento de duas maneiras principais: por meio das chamadas guerras de conquista, através das quais teriam sido dizimados; ou pela miscigenação, acarretando a progressiva perda de identidade sociocultural. Ideia difundida especificamente por obras como “História Geral do Brasil antes da sua separação e Independência de Portugal [1854]”, de Francisco Adolfo de Varnhagen. Para o historiador, os ameríndios habitantes no Brasil estavam na “infância”, ou seja, eram povos de cultura bastante primitiva, justificando assim sua eliminação como sujeitos históricos, inviabilizando uma análise historiográfica, pois para esses povos “não havia história, só etnografia”.²⁰

Essas perspectivas assimilacionistas – notadamente conceitos –, até então predominantes na Antropologia, foram revistas quando surgiram novas abordagens sobre como os povos indígenas eram evidenciados na História do Brasil. Dentre os quais, destacando-se aculturação, tradição e cultura, com novas visões em contraste com as ideias assimilacionistas, muito presentes nas produções do período, mesmo naquelas quando o foco era o indígena.²¹ O principal exemplo foi Florestan Fernandes, com a obra *A função social da guerra na sociedade Tupinambá (1952)*, onde o autor apresentou importante abordagem sobre a lógica da guerra para os Tupinambá, discutindo acerca do significado da vingança na guerra dos Tupi e como foram muito resistentes durante

¹⁸ O estabelecimento de aldeamentos em regiões estratégicas para evitar ataques aos povoados coloniais não deve ser entendido como algo fixo, rígido, uma vez que as próprias aldeias estavam em constante processo de descolamento para atender às necessidades dos colonizadores. No capítulo 3 o tema será melhor abordado em um tópico específico.

¹⁹ Ibidem, p. 81-83.

²⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2013, p. 24.

²¹ Ibidem, p. 28-29.

as guerras coloniais.²² Mas uma vez derrotados, foram integrados ao mundo colonial e, conseqüentemente, aculturados.²³

Como destacou Maria Regina Celestino de Almeida, até um período avançado do século XX, os índios aparecem na historiografia sem ações, sendo apresentados apenas reagindo “a estímulos externos sempre colocados pelos europeus”.²⁴ Os interesses indígenas nas alianças com os europeus foram mais bem discutidos a partir das análises realizadas por Fernandes²⁵, onde a guerra foi das categorias fundamentais para se perceber as ações indígenas diante o momento das disputas coloniais.²⁶ Nas décadas seguintes, outras importantes obras apresentaram reflexões essenciais para se perceber melhor os indígenas na história.

Um exemplo foi a obra de John Hemming, intitulada *Ouro vermelho*²⁷. Segundo John Manuel Monteiro, é “a única obra que busca apresentar de modo sistemático a experiência de todas as sociedades indígenas da América portuguesa”, ainda que, em tom de denúncia, apresentou a crônica da extinção dos indígenas através delas.²⁸ A grande mudança nessas perspectivas ocorreu nas produções entre a década de 1980 e início dos anos 2000, quando os estudos analisaram melhor a participação dos indígenas na História do Brasil. A título de exemplo, destacamos as obras *Os índios na história do*

²² Cf. FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo: Livraria Pioneira; Edusp, 1970 (1ª edição 1951).

²³ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Op. cit., 2013, p. 25.

²⁴ *Ibidem*, p. 25.

²⁵ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CUNHA, Manuela Carneiro da. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de la Société des Americanistes*, tomo 71, 1985, p. 191-208.

²⁶ Contudo, é importante destacar que as análises de Florestan Fernandes se fundamentaram em fontes duvidosas, como relatos de cronistas que supostamente mantiveram contatos com todos os povos indígenas descritos em seus textos, com narrativas refletindo interesses e impressões pessoais sobre o modo como viam o mundo. Logo, devem ser problematizadas. A esse respeito, ver: FLETSCHAMANN, Ulrich; ASSUNÇÃO, Mathias Rührig; ZIEBEL-WENDT, Zinka. Os Tupinambá: realidade e ficção nos relatos quinhentistas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Dossiê: América, Américas, v. 11, n. 21, p. 125-145, set. 1990-fev. 1991; JUNQUEIRA, Mary Anne. “Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador”. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (Org.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: Humanitas, 2011. v. II. p. 44-61.

²⁷ A primeira edição da obra foi publicada em 1978. O objetivo central do livro é abordar a história de todos os povos indígenas habitantes no Brasil durante a colonização, discutindo temas como as guerras de conquista e o aldeamento de vários povos indígenas. O seu recorte temporal, no entanto, não abrange toda o período colonial, encerrando em 1760 com a expulsão dos jesuítas.

²⁸ MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência em Antropologia). UNICAMP, Campinas, 2001, p. 4.

Brasil (1992)²⁹, organizada por Manuela Carneiro da Cunha e formada por um compilado de pesquisas acerca de diversos temas sobre os povos indígenas nas diferentes regiões do Brasil; o livro *Negros da Terra* (1994)³⁰, de John M. Monteiro, onde o autor analisou a escravidão indígena na Capitania de São Paulo entre os séculos XVI e XVII, enfatizando que a guerra entre os povos indígenas se transformou em uma das principais vias de obtenção de escravizados; e *A guerra dos Bárbaros*³¹, de Pedro Puntoni, um estudo sobre os diferentes conflitos ocorridos especificamente a partir da segunda metade do século XVII, destacando a ação de tropas indígenas arregimentadas pela administração colonial contra os povos insurretos dos sertões. Todas essas obras contribuíram bastante para a compreensão sobre a atuação dos indígenas nos conflitos coloniais.

A “agência indígena” em guerras nas capitanias do Norte foi um aspecto bastante destacado também por Kalina Vanderlei Silva³², Fátima Lopes³³ e Juliana Elias³⁴, sendo evidenciada a dimensão da participação dos nativos na colonização, através do Terço dos Índios de Pernambuco ou da arregimentação de qualquer tropa indígena advinda dos aldeamentos coloniais. John Monteiro destacou que o processo de adaptação dos nativos às novas realidades impostas pelo mundo colonial significou igualmente alterações na cultura da região, enfatizando que a cultura é dinâmica e flexível, problematizando a perspectiva de aculturação na medida em que apresentava variações também na vivência dos colonos em São Paulo. Ao tratar da organização do trabalho nas lavouras, o citado autor destacou que “os paulistas adaptaram a suas lavouras uma organização de trabalho característica das sociedades indígenas assaltadas por eles próprios na sua busca de cativos”.³⁵

Portanto, empreender um estudo sobre a temática indígena exige a reflexão sobre conceitos como agência indígena, resistência adaptativa e territorialização, resultados

²⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

³⁰ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

³¹ PUNTONI, Pedro. Op. cit., 2002.

³² SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. Op. cit., 2010, p. 143.

³³ LOPES, Fátima Martins. Op. cit., 2003.

³⁴ ELIAS, Juliana L. *Militarização na capitania de Pernambuco no século XVII: caso Camarão*. Tese (Doutorado em História). UFPE, Recife, 2005.

³⁵ MONTEIRO, John Manuel. Op. cit., 1994, p. 118.

dessas novas concepções teórico-metodológicas advindas da Antropologia Histórica, propiciando novas abordagens a respeito dos indígenas e desconstruindo o entendimento histórico antes predominante, atribuindo aos ameríndios a famosa dualidade que os dividia em “aculturado” (para os aliados) e “exterminado” (para os inimigos). Nessas abordagens, os povos indígenas “não agiam, apenas reagiam a estímulos externos sempre colocados pelos europeus”.³⁶ Desse modo, a noção de agência – *agency*, em inglês – é essencial para pesquisas que buscam evidenciar os indígenas enquanto sujeitos históricos conscientes, pois esse conceito buscando “qualificar a ação consciente dos povos nativos enquanto sujeitos da história, desenvolvendo estratégias políticas e moldando o próprio futuro diante dos desafios e das condições do contato e da dominação”.³⁷

Em muitas obras, autores destacaram apenas as reações indígenas mais visíveis como únicas no processo de vivência entre o “colonizador” e o “colonizado”. Logo, como são mais perceptíveis, as fugas, os isolamentos de povos que adentravam o sertão, rebeliões e a própria escolha dos indígenas nas alianças com os europeus são as mais destacadas práticas de resistência apresentadas. Contudo, tais ações não desaparecem com o aldeamento. E nesta discussão, o conceito de “resistência adaptativa” torna-se fundamental para o estudo das atuações individuais e coletivas dos povos nativos aldeados, desconstruindo a noção de aculturação que os reservou apenas o espaço de povos subjugados ao controle colonial, passando a considerar as escolhas dos indígenas como parte do processo de resistência, pois a própria colaboração com os colonos foi também uma decisão, pois visava à sobrevivência.³⁸

É importante também observar as relações entre indígenas e os não indígenas na colônia, pois através dessa análise mais localizada percebemos melhor essa resistência silenciosa, por meio das negociações barganhadas não apenas com os cargos militares por alguns líderes indígenas, mas também pelos aldeados em geral. Durante o período da invasão holandesa, para firmar alianças estáveis com os Tupi aldeados de

³⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Op. cit., 2013, p. 25.

³⁷ MONTEIRO, John Manuel. “O desafio da história indígena no Brasil”. In: SILVA, A. L.; GRUPIONE, L.D. (orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, 1995, p. 226-227.

³⁸ STERN, Steve. *Resistance, rebellion and consciousness in the Andean peasant world: 18th to 20th Centuries*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1987, p. 52.

Pernambuco, a Coroa portuguesa concedeu patentes militares aos líderes das famílias Arcoverde e Camarão, respectivamente das etnias Tabajara e Potiguara, formando também o Terço dos Índios de Pernambuco, tropa indígena institucionalizada nos padrões militares europeus servindo ativamente nas guerras contra os neerlandeses. Por meio desses cargos, indígenas barganhavam melhor a situação dos povos aldeados na Capitania de Pernambuco, posteriormente também conseguindo jurisdição nas capitanias do Norte e nos aldeamentos instalados nelas.³⁹

Nas fontes relativas ao período colonial onde foram descritos os contatos entre europeus e indígenas, é perceptível processos de resistência, transformações e adaptação dos nativos em meio a um novo mundo que lhes foi imposto, e os próprios aldeamentos coloniais devem ser entendidos como espaços de interações entre grupos sociais diversos, onde os indígenas, através de patentes militares ou dos agentes coloniais, buscaram melhorias de vida, lutando por seus interesses.⁴⁰ Logo, a partir das suas próprias expressões socioculturais, os povos indígenas alteraram e reelaboraram práticas culturais que lhes foram ensinadas, adaptando-as de acordo com a realidade imposta, visto que povos subjugados “não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que o utilizam”.⁴¹ Essa perspectiva foi também bastante discutida pelos chamados “teóricos da recepção”. Estes “substituíram a tradicional suposição de recepção passiva pela nova adaptação criativa. Afirmam que “a característica essencial de transmissão cultural é que tudo o que se transmite muda””.⁴²

Desse modo, o contato foi essencial para intermediar as situações de colaboração entre os povos aldeados na construção das identidades coletivas, impulsionadas pelas

³⁹ Geysa Kelly listou as patentes militares dos líderes Tabajara e Potiguara entre 1633 e 1734, quando o cargo de Governador de Índios foi extinto. SILVA, Geysa Kelly Alves da. *Índios e identidades: formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004, p. 106.

⁴⁰ FLECK, Eliane Cristina Deckmann. “Estados de paz e estados de guerra: negociação e conflito na América Portuguesa (séculos XVI e XVII)”. *Revista Projeto História*, vol. 31. São Paulo: Editora da PUC, 2005, p. 314.

⁴¹ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 32.

⁴² BURKE, Peter. *Varietades da história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 248.

“misturas”, que ocorreram no que João Pacheco de Oliveira denominou como processos de territorialização.⁴³ Para o antropólogo, o conceito de territorialização é definido:

Como um processo de reorganização social que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.⁴⁴

Enfocamos na nossa pesquisa o denominado primeiro processo de territorialização, mas apenas o que o autor se referiu como a “primeira mistura”, quando “famílias de nativos de diferentes línguas e culturas foram atraídas para os aldeamentos missionários, sendo sedentarizadas e catequizadas”.⁴⁵ Em decorrência disso, os territórios das aldeias coloniais passaram a ser as principais referências dos indígenas, tornando possível a formação dessas identidades, pois através do contato interétnico e da colaboração mútua nessa nova realidade, impulsionadas por este sentimento de pertença e pelos compartilhamentos socioculturais na vivência conjunta, foram construídas novas identidades étnicas.⁴⁶

Para fazer a análise, usaremos as perspectivas teóricas da micro-história, reduzindo as escalas de análise a fim de observar melhor as escolhas dos indígenas diante das situações impostas no contexto de guerra contra Palmares, entendendo melhor o deslocamento das aldeias, sua localização, a participação indígena nos conflitos e as mobilizações pelo reconhecimento dos seus feitos. Dessa forma, “a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento”, multiplicando as variedades de interpretação sobre um tema. Assim, a micro-história foi definida através da variação das escalas de análise, produzindo uma pluralidade de formas de enxergar uma trama.⁴⁷

⁴³ OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). *A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004, p. 24.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 22.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 24.

⁴⁶ BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, P., STREIFF FENART, J. Teorias da etnicidade. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 193-195; POUTIGNAT, P., STREIFF FENART, J. Op. cit., p. 103; WEBER, Max. “Relações Comunitárias Étnicas”. In: *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v.1, 3. ed., Brasília, UNB, 1944, p. 270.

⁴⁷ REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 20.

Buscaremos então focar os protagonismos indígena nos conflitos contra Palmares como o objetivo central dessa pesquisa. Não pretendemos apenas tratar da atuação dos líderes militares indígenas nos conflitos, mas de toda a participação de tropas indígenas nas guerras contra o Quilombo de Palmares entre 1660 e 1695. Consideramos a conceituação de agência como elaborada por Ortner, fundamental para entender a ação dos índios aldeados na guerra contra Palmares, pois apesar do termo sugerir uma ação individual ou autônoma de algum ator social, os agentes são entendidos como “envolvidos na multiplicidade de relações sociais em que estão enredados e jamais podendo agir fora dela”. Logo, a própria ação individual é definida através das relações sociais pela qual o agente está envolvido, sejam de poder, de competição ou de solidariedade. Portanto, quando empregamos o termo “agência indígena”, estamos nos referindo a atuação de todos àqueles enredados no conflito, a partir das relações sociais na qual estavam envolvidos, o que também contribuindo para entender as estratégias e conhecimentos elaborados no contexto de relações com o poder colonial.⁴⁸

Nessa perspectiva foi necessário igualmente situar quais indígenas estamos analisando nesse estudo. Os aldeamentos estudados foram apenas os localizados no litoral da Capitania de Pernambuco, habitados pelos povos Tabajara, Potiguara e Caeté, como as aldeias Acaiuba, Acajuapáie, Ananases, Mondaí, Santo Amaro, São Miguel do Una, São João de Carrese, Itapicirica, Nossa Senhora de Escada, São Sebastião, São Miguel e Tabuçurana. A formação dessas aldeias ocorreu a partir da segunda metade do século XVI, durando todo o século XVII por causa dos ataques dos palmaristas, motivando o estabelecimento de muitas aldeias nas fronteiras de Palmares por todo o período das guerras. As etnias indígenas habitantes no litoral de Pernambuco no momento da colonização eram os Potiguara, os Tabajara e os Caeté, estes últimos predominantes no Sul da capitania.⁴⁹ Por fatores como as guerras da colonização e as epidemias, grande parte da população indígena pereceu, ocorreu a mistura de povos em

⁴⁸ ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry. (Orgs.). *Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 47.

⁴⁹ OLIVEIRA, João Pacheco de. “Os indígenas na formação da colônia: uma abordagem crítica”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial: volume 1* (ca. 1443 – ca. 1580) / organização João Luís Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 177-180.

aldeias diferentes, além da própria ação missionária no aldeamento de povos diferentes já no século XVI, ocorrendo o primeiro processo de mistura, como citado.⁵⁰

É importante salientar que a criação dos etnônimos pelos agentes coloniais ocorreu a partir do próprio entendimento da diversidade indígena. Ou seja, termos como “caeté” ou “tabajara” foram atribuídos para diferenciar os vários povos indígenas habitantes no litoral. Portanto, sendo nomeações não refletindo a forma como os ameríndios se identificavam. A definição desses etnônimos em categorias fixas serviu

Não apenas como instrumento de dominação, como também de parâmetro para a sobrevivência étnica de grupos indígenas, balizando uma variedade de estratégias geralmente enfeixadas num dos polos do inadequado binômio acomodação/ resistência.⁵¹

Sobre a análise da guerra, consideramos a definição de John Keegan quando afirmou que guerra envolvendo muito mais do que direito ou política, sendo uma expressão da cultura.⁵² Entendemos que uma análise mais atenta do conflito, bem como dos aspectos militares em geral, contribui para entender melhor as interações entre os envolvidos, evidenciando a multiplicidade de interesses moldando a guerra. Essa é uma das propostas da chamada Nova História Militar, que “permite entender as estruturas sociais complexas e, ao mesmo tempo, compreender que instituições e fenômenos militares têm a sua historicidade, portanto são historicamente construídos”.⁵³

Para a realização da pesquisa, coletamos fontes encontradas em diferentes acervos. Como a bibliografia sobre a participação dos indígenas na repressão a Palmares é relativamente escassa, analisamos a documentação usada por autores que discutiram a Guerra de Palmares, cruzando informações com obras de cronistas, mapas coloniais, fontes holandesas, como os relatórios de funcionários da Companhia das Índias Ocidentais ou o diário da expedição do capitão João Blaer e outros documentos, muitos dos quais disponíveis em acervos digitais, o que facilitou a realização da pesquisa e a obtenção das fontes. Inicialmente destacaremos o Arquivo Histórico Ultramarino, cuja documentação referente à capitania de Pernambuco, de caráter administrativo e político,

⁵⁰ OLIVEIRA, João Pacheco de. Op. cit., 2004, p. 25.

⁵¹ MONTEIRO, John Manuel. Op. cit., 2001, p. 57-58.

⁵² KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁵³ MOREIRA, Luiz G. Scaldaferrri. “A Nova História Militar, o diálogo com a História Social e o Império Português”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho, 2011, p. 15.

possibilitou aportes para identificar a participação da tropa nas expedições contra Palmares, além da identificação dos aldeamentos, pagamento de tropas, despacho de ordens relativas à concessão de patentes militares ou estabelecimento de aldeias.

Outro importante acervo foi a coleção “Documentos Históricos” da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, separados em uma série de 110 volumes impressos com transcrições de correspondência administrativa do Governo Geral do Estado do Brasil, estando catalogado e disponível na internet.⁵⁴ Essa correspondência trocada pelos governadores-gerais e de Pernambuco contém informações essenciais sobre o desenrolar da guerra.

Por fim, o fundo documental parte da Coleção Conde dos Arcos do Arquivo da Universidade de Coimbra, intitulado “Disposições dos governadores de Pernambuco”, com acesso para consulta na referida universidade. Separados em dois tomos, a documentação desse acervo se refere a cópias manuscritas dos registros de vários tipos diferentes de documentos relativos ao contato entre governadores de Pernambuco a diversas autoridades da América Portuguesa, da qual usaremos o primeiro tomo, correspondendo ao recorte temporal da pesquisa.⁵⁵

O presente estudo foi dividido em três capítulos. O primeiro abordando a formação dos aldeamentos dos povos indígenas habitantes em Pernambuco, os Caeté, os Portugara e Tabajara, analisando as alianças e as guerras de colonização. Muitas das aldeias criadas entre o final do século XVI e início do XVII ainda existiam durante a fase final da guerra contra Palmares, algumas sendo deslocadas para regiões fronteiriças ao Quilombo para evitar incursões aos povoamentos, como as aldeias Santo Amaro e a Nossa Senhora de Escada. A partir da identificação das aldeias, percebemos melhor a participação dos indígenas na guerra, e os caminhos percorridos pelas expedições coloniais durante 1660 e 1695, este o ano da morte de Zumbi de Palmares.

O segundo capítulo analisou as guerras entre os palmaristas e as forças coloniais, examinando a estrutura política do Quilombo dos Palmares e o uso da região como espaço importante para efetivação de estratégias de ataque e defesa explicativas para a

⁵⁴ Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/documentos-historicos/094536>>.

⁵⁵ Agradecemos imensamente a Felipe Aguiar Damasceno pelo envio das cópias dos manuscritos de ambos os tomos das Disposições, bem como pela disponibilidade e orientação para as informações a respeito da documentação. Uma ajuda que foi indispensável para a realização dessa pesquisa.

longevidade dos mocambos de Palmares, bem como o recrutamento das tropas indígenas para os conflitos do século XVII. Desse modo, o capítulo focou na explicação da organização de Palmares e o planejamento inicial das estratégias de defesa da administração portuguesa no que se refere no envio de forças indígenas para o conflito, iniciando a discussão a respeito da atuação dos indígenas na guerra contra os palmaristas.

Por fim, no terceiro capítulo discutimos a participação dos indígenas na Guerra de Palmares, destacando as estratégias empregadas, como a criação e a construção de aldeias como barreiras defensivas, identificando também como as forças indígenas foram essenciais em todas as fases do conflito, através da análise das expedições e identificação de nativos nas tropas formadas para a repressão dos palmaristas entre 1660 e 1695, buscando evidenciar o protagonismo indígena através não apenas da ação do Governador de Índios ou de outros líderes militares nativos, mas dos continentes deslocados que saíram dos aldeamentos para compor as tropas, ressaltando práticas de resistência no processo, os interesses dos indígenas na guerra e o próprio sucesso das expedições.

CAPÍTULO 1: A COLONIZAÇÃO DA TERRA E A FORMAÇÃO DAS ALIANÇAS

A colonização da América portuguesa foi efetivada por meio de vários conflitos que determinaram a efetiva ocupação do território. Desse modo, relegar a importância das guerras em todos os contextos da colonização é algo indissociável, pois, entre vários aspectos, ela significou também o domínio de uma região densamente habitada e o massacre de grande parte da população nativa.⁵⁶

Como ocupar e dominar são processos inerentes e característicos da colonização, neste capítulo analisamos a colonização dos povos indígenas habitantes na capitania de Pernambuco para melhor compreender a participação dos indígenas na Guerra de Palmares. No decorrer de dois séculos, a conquista da terra foi um processo custoso, que resultou também na participação de muitos indígenas através de alianças feitas no decorrer de todo o processo.

A imensidão das terras da América portuguesa foi destacada por todos os cronistas do século XVI, e as descrições sobre os rios, florestas, animais e os ameríndios, são características importantes dessas obras. Ao se referir aos nativos em Pernambuco, um cronista afirmou que muitos povos “faziam cruelíssima guerra uns aos outros”⁵⁷, não demorando também para guerrearem contra os europeus colonizadores na região. Antes mesmo da instalação das capitanias hereditárias, os Caeté, maior povo indígena em Pernambuco, destruíram, com os aliados franceses, a feitoria de Igarassu, iniciando uma série de conflitos que só findariam no último quartel do século XVI.⁵⁸

⁵⁶ Para Alfredo Bosi, colonizar tem sentido intrínseco ao de conquistar, pois “*tomar conta de*”, sentido básico de *colo* [termo latino que gerou a noção de “colônia”], importa não só em cuidar, mas também em mandar”. BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 12.

⁵⁷ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Organização de Fernanda Trindade Luciani. – São Paulo: Hedra, 2010, p. 49.

⁵⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A feitoria de Pernambuco (1516-35) e o Reduto dos Marcos (1646-54)*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (a partir de agora RIHGB), vol. 287, abril/junho de 1970, p. 468-473.

As guerras de colonização do litoral na capitania de Pernambuco diminuíram quando o último povo resistente, os Potiguara, se aliaram aos colonos em 1599.⁵⁹ Contudo, isso não significou o efetivo domínio do território pelos colonizadores lusos. As guerras contra outros povos indígenas e invasores estrangeiros, como os franceses e holandeses, continuou por muitos anos. Apesar disso, outro foco de conflito passou a preocupar a administração colonial já no início do século XVII: embates contra os escravizados fugidos do mundo colonial em direção as florestas do interior. Vivendo em pequenas comunidades no interior das densas matas da região Sul da capitania de Pernambuco, a partir da última década do século XVI, aqueles indivíduos construíram vários mocambos no chamado sertão, uma região até então sem vilas ou propriedades ruais. Posteriormente, os agrupamentos de mocambos existentes nessa região seriam chamados de Quilombo de Palmares, constituído também por uma população de indígenas e brancos, e resistindo até as primeiras décadas do século XVIII.⁶⁰

Embora fossem guerras de variadas formas e em períodos diferentes, uma particularidade comum desses conflitos contribuiu para entender como ocorreu a colonização de Pernambuco: o uso da força bélica indígena significou um requisito necessário para o enfrentamento dos conflitos. Como muitos povos eram nativos da região, conheciam bem o território de Palmares, além de também praticarem a chamada “guerra do mato”, ou “brasílica”⁶¹, extremamente importante, em termos de estratégia militar, para os conflitos que os portugueses travaram no decorrer do período colonial. Dessa forma, analisar os conflitos ocorridos na capitania de Pernambuco exige uma compreensão das características físicas e dos assentamentos da área, especialmente se tratando da “guerra do mato”⁶², onde a geografia é um aspecto central para a análise.

A parte Norte da capitania de Pernambuco, correspondendo aos limites do atual estado de Pernambuco, foi a região inicialmente colonizada pelos portugueses. Os

⁵⁹ Segundo o frei Vicente do Salvador, a paz foi firmada em 11 de junho de 1599. SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil, 1500-1627*. Nova edição revista por Capistrano de Abreu. – São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918, p. 371.

⁶⁰ FREITAS, Décio. Op. cit., 1981, p. 73.

⁶¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. – São Paulo, Editora 34, 2007, p. 262.

⁶² Tipo de guerra praticada pelos palmaristas, na qual usavam táticas de emboscadas e fugas rápidas para desbaratar seus inimigos. Depois de mais de um século de contato, os portugueses também fizeram guerra dessa forma contra os neerlandeses. O capítulo 3 enfocará melhor nas estratégias de guerra.

povoamentos e engenhos foram estabelecidos ainda na primeira metade do século XVI, atingindo seu ápice de produção açucareira nas últimas década daquele século. E como o sistema de *plantation* exigia extensas áreas para criação dos latifúndios, o Norte da capitania concentrou a maior parte dos engenhos, não apenas por causa do solo e clima propícios para a plantação de cana-de-açúcar, mas também por ser a região mais colonizada. Desta forma, outras atividades econômicas foram deslocadas para regiões menos adequadas, localizadas no Sul da capitania.⁶³

Na região Sul, portanto, a plantação de gêneros alimentícios e a pecuária⁶⁴ ampliaram mais o espaço, tornando as *Alagoas de Pernambuco*⁶⁵ um território de vital importância para o sustento de toda a capitania. E como essas atividades foram bastante desenvolvidas nessa região, ela conseqüentemente tornou-se um importante ponto estratégico. Isso explicando o esforço na manutenção das alianças com povos indígenas, como ocorreu constantemente desde os primórdios de colonização. Explicativo também das guerras de conquista que, por mais de um século, foram realizadas para destruir qualquer empecilho impossibilitando uma estável colonização da localidade.

É nesse cenário onde ocorreu a guerra contra o Quilombo dos Palmares, este localizado nos chamados sertões da capitania de Pernambuco, uma vastíssima área entre o Cabo de Santo Agostinho, na freguesia de Sirinhaém, e o Norte do curso inferior do São Francisco, no atual estado de Alagoas.⁶⁶ Portanto, iniciaremos com uma descrição geográfica da capitania de Pernambuco, focando mais em uma abordagem das áreas onde os aldeamentos indígenas e os vários mocambos de Palmares foram construídos. Para tal, analisaremos a conquista da terra, priorizando as alianças e os

⁶³ Várias obras que analisando o início do período colonial não deixaram de destacar o sucesso que a capitania de Pernambuco apresentou não apenas na construção de todo complexo agroindustrial açucareiro, mas também na colonização. Para um melhor entendimento sobre a produção do açúcar e o trabalho nos engenhos, ver: FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder* – o mundo dos engenhos no Nordeste Colonial. São Paulo: Ed. Brasiliense/CNPq, 1988; FERLINI, Vera Lucia. *A civilização do açúcar*. São Paulo, Brasiliense, 1994 e SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 148.

⁶⁴ O historiador Décio Freiras sugeriu a hipótese de que a pecuária excedia o açúcar em importância nesse período. FREITAS, Décio. Op. cit., 1981, p. 41-43.

⁶⁵ Foi assim que o cronista italiano e jesuíta André João Antonil, no livro *Cultura e opulência do Brasil*, definiu a região Sul da capitania de Pernambuco, descrevendo também as atividades econômicas praticadas naquela região. Ver: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Edusp, 2007, p. 136.

⁶⁶ CARNEIRO, Edison. Op. cit., 2011, p. 19.

conflitos contra indígenas para entender todo processo de aldeamento dos povos nativos no litoral, bem como situação antes da guerra contra Palmares. Iniciaremos pela parte Norte.⁶⁷

1.1 “Mais férteis e melhores”⁶⁸: domínio e ocupação da parte Norte da capitania de Pernambuco.

O estabelecimento de uma ocupação estável na capitania de Pernambuco foi obtido a partir de várias guerras contra os ameríndios e os franceses, estes aliados de alguns povos nativos, chegando a construírem fortins na região. As guerras de conquista marcaram todo o século XVI, sendo os Potiguara, último povo resistente, aldeados apenas em 1599.⁶⁹ Nesse contexto, os contatos amistosos com vários povos indígenas foi uma prática fundamental para os europeus, pois as guerras somente ocorriam a partir das alianças com os indígenas, ou seja, a força bélica dos nativos era requisito essencial nos combates.

Os escritos dos cronistas que estiveram pela América portuguesa relataram bem os contatos amistosos e hostis entre europeus e indígenas. A expressão usada para nomeação do tópico foi escrita por um deles, Vicente Rodrigues Palha na *História do Brasil*. Mais conhecido por Frei Vicente do Salvador, o cronista nascido em Salvador em 1567, de uma família integrando a pequena nobreza da região, sendo seu pai fidalgo e lavrador de cana. Vicente Rodrigues se formou em Direito, Teologia e doutorou-se em Cânones (Direito Canônico) pela Universidade de Coimbra. Em 1587 retornou ao Brasil, sendo ordenado padre e posteriormente Cônego, Vigário-Geral e Governador do Bispado. Em 1599 ingressou na ordem Franciscana, tornando-se frade em 1600, mudando o nome para Frei Vicente do Salvador. A sua *História do Brasil* foi finalizada em 1627, e o autor falecido entre 1636 e 1639, com 72 ou 75 anos.⁷⁰

⁶⁷ Para um melhor entendimento de toda região da capitania de Pernambuco, a parte Norte é compreendida neste trabalho como toda região entre o rio Una e o rio Goiana, este último definindo a fronteira com a capitania de Itamaracá. Já a parte Sul corresponde aos limites atuais do estado de Alagoas, que no recorte temporal desta pesquisa fazia parte da capitania de Pernambuco.

⁶⁸ SALVADOR, Frei Vicente. Op. cit., 1918, p. 198.

⁶⁹ Ibidem, p. 371.

⁷⁰ SCHAMNE, José Luís. *Histórias na história: contribuições de Frei Vicente do Salvador para a literatura brasileira*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem – Área de Concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade) – Universidade Federal de Ponta Grossa, 2019, p. 17-20.

Além de descrições gerais acerca do clima, geografia e dos contatos entre colonos e indígenas em algumas capitanias, a sua obra também apresenta consideráveis abordagens sobre a colonização das capitanias do Norte. A colonização, em termos de povoamento ainda bastante centrada no litoral, avançava de forma prejudicial sobre a paisagem geográfica dessas capitanias. E foi a respeito desse forte caráter exploratório da ocupação que Frei Vicente do Salvador escreveu:

[...] os povoadores, os quais por mais arraigados, que na terra estivessem, e mais ricos que fossem, tudo pretendiam levar a Portugal, e se as fazendas e bens que possuíam soubessem falar também lhes haveriam de ensinar a dizer como os papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é papagaio real para Portugal; porque tudo querem para lá, e isto não tem só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem, e a deixarem destruída.⁷¹

Esta destruição era provocada sobretudo pela derrubada de pau-brasil e a progressiva instalação de engenhos; ambas as ações mudaram a paisagem das costas brasileiras intensamente, substituindo a Mata Atlântica pelos canaviais. Processo inevitável quando se analisa a forma como ocorreu o povoamento, uma vez que o sistema de *plantation* praticado na América portuguesa exigia grandes latifúndios para plantação dos canaviais, e a exploração do pau-brasil era uma atividade extremamente lucrativa, inclusive anterior aos engenhos e aos povoamentos. Nesse contexto, o desmatamento das florestas era uma prática necessária.

Não é novidade que as capitanias do Norte se sobressaíram em comparação às do Sul na implantação da indústria açucareira, visto que preenchiam bem requisitos essenciais – solo e clima – bastante propícios para tal atividade econômica. Dentre todas, a capitania de Pernambuco apresentou imponente sucesso mesmo em comparação às suas vizinhas. A exemplo, em 1585 quando em Pernambuco existiam 66 engenhos, enquanto a Bahia com 36; ambas as capitanias respondiam por 85% do número total de toda América Portuguesa.⁷²

⁷¹ SALVADOR, Frei Vicente do. Op. cit., 1918, p. 16.

⁷² SCHWARTZ, Stuart. “O Nordeste açucareiro no Brasil Colonial”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial*, volume 2 (ca. 1580-1720) / organização João Luís Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 339.

Como era uma capitania repleta de engenhos e moradores, a paisagem geográfica de Pernambuco foi bastante mencionada por praticamente todos os cronistas do período colonial escrevendo textos testemunhando ou discorrendo acerca da “História do Brasil”⁷³. O senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa mencionou, no *Tratado descritivo do Brasil*, várias informações acerca dos rios, localização e quantidade de engenhos e núcleos de povoamento em Pernambuco, como também importantes descrições acerca dos povos indígenas habitantes em áreas próximas. O relato, escrito em 1587, evidenciou a grande quantidade de colonos habitantes na capitania, próximos a Vila de Olinda:

[...] cada um destes engenhos vivem vinte e trinta vizinhos, fora os que vivem nas roças, afastados deles, que é muita gente; de maneira que, quando for necessário, ajuntar-se esta gente com armas, pôr-se-ão em campo mais de três mil homens de peleja.⁷⁴

O português Gabriel Soares de Sousa foi também sesmeiro e membro da Câmara de Salvador. Isso explica o seu interesse em realizar expedições de exploração aos sertões da capitania, onde encontrou vários povos indígenas, regiões inóspitas, doenças e sua morte em 1591. Muitas das passagens de Gabriel Soares assemelham-se as de Pero de Magalhães Gandavo, provavelmente porque o primeiro deve ter tido acesso a alguma parte dos escritos do cronista. No *Tratados da terra do Brasil e História da província de Santa Cruz*, Gandavo também explicava acerca dos rios (como o São Francisco) e engenhos (muitos movidos a água, outros poucos eram trapiches⁷⁵), informando ser uma região em que “há muito pau do Brasil e algodão de que enriquecem os moradores desta capitania”⁷⁶

Os trechos dos relatos dos cronistas citados evidenciam uma das principais características desses textos (especificamente aqueles escritos do século XVI e início do XVII): como o intuito era propagar a colônia para atrair os colonos, o elogio aos aspectos geográficos e climáticos para exibir a qualidade da colônia estavam sempre presentes.

⁷³ Em consequência do intuito de muitas dessas descrições, algumas obras ignoraram a ocupação indígena do território onde eles habitavam, contribuindo para a criação da imagem do indígena selvagem e silvícola, desconsiderando sua vivência nestes espaços. Portanto, nos relatos o território aparece vazio, o solo virginal e os povos ameríndios nas matas.

⁷⁴ SOUSA, Gabriel Soares de. Op. cit., 2010, p. 53.

⁷⁵ Nome atribuído a máquina que moía cana-de-açúcar, movida através da força animal, geralmente bois.

⁷⁶ GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: história da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008, p. 36.

Como bastante evidente na crônica de Gabriel Soares de Souza, informando que muitos moradores instalados em Pernambuco obtiveram sucesso nos investimentos: “*desta terra saíram muitos homens ricos*” que “*foram a ela muito pobres*”⁷⁷.

Como o perfil das descrições tratavam de exibir as boas qualidades da colônia, quase ocultaram os próprios habitantes nativos: os ameríndios aparecem mais quando os textos procuram ressaltar os perigos da região. Por isso termos como *silvícolas*, por se tratar de uma expressão vinculada aos estereótipos de selvageria tão fortemente construídos e associados aos ameríndios no decorrer de todo o processo de colonização.

Outro ponto importante a ser considerado foi a problemática acerca das nomeações étnicas. A criação dos etnônimos pelos agentes coloniais ocorreu a partir do seu próprio entendimento da diversidade indígena. Ou seja, termos como “caeté” ou “tabajara” tiveram sentido para diferenciar os vários povos indígenas habitantes no litoral. Portanto, isso não refletia a forma que os ameríndios se identificavam. Além disso, a definição desses etnônimos em categorias fixas serviu

(...) não apenas como instrumento de dominação, como também de parâmetro para a sobrevivência étnica de grupos indígenas, balizando uma variedade de estratégias geralmente enfeixadas num dos polos do inadequado binômio acomodação/ resistência.⁷⁸

Dentre os principais aspectos da paisagem geográfica da parte Norte da capitania de Pernambuco, as descrições dos cronistas destacaram as extensas matas de pau-brasil, os abundantes rios (sendo alguns deles caudalosos) e os muito morros e colinas. No princípio do século XVI os portugueses iniciaram suas atividades de colonização na região com a construção de uma feitoria⁷⁹. A primeira notícia desse tipo de construção em Pernambuco data de 1516, organizado pelo navegador português Cristóvão Jacques na primeira expedição à costa brasileira (1516-1519). A feitoria estava instalada na margem direita da foz do rio Igarassu, servindo como armazém de toras de pau-brasil e fortaleza na defesa contra viagens exploratórias de outros europeus, algo recorrente:

⁷⁷ SOUSA, Gabriel Soares de. Op. cit., 2010, p. 54.

⁷⁸ MONTEIRO, John Manuel. Op. cit., 2001, p. 57-58.

⁷⁹ Eram entrepostos comerciais construídos geralmente no litoral para melhor organizar o comércio entre a colônia e a metrópole. Na América portuguesa, especificamente entre o período de 1500-1530, algumas feitorias foram criadas no território das futuras capitanias, com o objetivo de armazenar produtos enviados para Europa. Dentre todos, o principal foi o pau-brasil. Para mais informações, ver: HEMMING, John. *Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 67-95.

entre 1526 e 1532 a feitoria foi duas vezes atacada por navios franceses, tendo estes construído um forte na capitania de Itamaracá alguns anos depois.⁸⁰

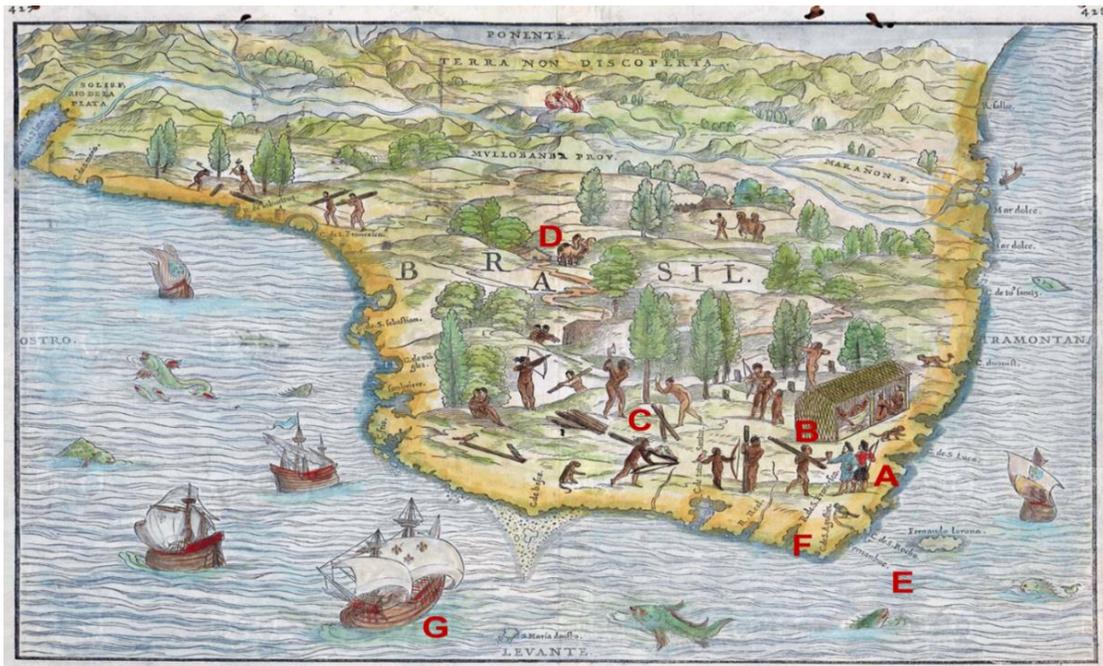
A construção da feitoria em Pernambuco iniciou um processo de ocupação que se intensificou graças às abundantes florestas de pau-brasil. Desse modo, a partir da década de 1520 chegaram cada vez mais colonos portugueses empenhados na extração e comércio das toras dessa árvore. As florestas de pau-brasil se estendiam por toda a costa, cobrindo também grande parte da atual Zona da Mata de Pernambuco. Na atualidade, os nomes de algumas cidades pernambucanas fazem alusão às extensas matas dessa árvore, como é o caso de Nazaré da Mata (Zona da Mata) e São Lourenço da Mata (litoral).⁸¹

Além de indicar importantes informações acerca da ocupação portuguesa e francesa nas costas brasileiras, foi através do comércio de pau-brasil que os lusitanos estabeleceram os primeiros contatos com os povos indígenas habitantes na região. Inicialmente, os contatos entre europeus e ameríndios ocorreram por meio do escambo. Algumas iconografias elaboradas ao longo do século XVI demonstram como o processo ocorria.

⁸⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. "A feitoria de Pernambuco (1516-35) e o Reduto dos Marcos (1646-54)". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (a partir de agora RIHGB), vol. 287, abril/junho de 1970, p. 468-473. O décimo primeiro capítulo do livro *História do Brasil – 1500 a 1627*, do Frei Vicente do Salvador, abordou a construção e destruição desse forte francês mencionado. Cf.: SALVADOR, Frei Vicente do. Op. cit., 1918, p. 121-125.

⁸¹ SILVA, Leonardo Dantas. "Pernambuco: história e aspectos de sua paisagem." In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 411, abril/junho, 2001, p. 9.

Imagem 1: Brasil, 1556 (adaptado).



Fonte: Biblioteca Digital de Cartografia História (USP).⁸²

A figura acima apresenta um mapa da América portuguesa elaborado pelo diplomata e humanista veneziano Giovanni Battista Ramusio, que nas viagens pelo mundo escreveu vários livros geográficos numa coletânea composta por três volumes. O mapa foi escolhido porque apresenta muito bem as “palavra-chave” resumindo o período anterior à instalação dos engenhos: o pau-brasil, os indígenas e os europeus; todos esses personagens foram apresentados, destacando muitos aspectos dessa fase inicial da colonização. Começaremos pelos contatos entre europeus (A) e indígenas (B).

O escambo foi representado com destaque na imagem, onde os europeus estão oferecendo um produto para o indígena (B) levando uma tora de pau-brasil. Esses contatos comerciais foram fundamentais para o estabelecimento dos europeus na América, possibilitando a formação das primeiras alianças com os povos ameríndios e o conhecimento do território. A partir disso, a ocupação do território ocorreu nas áreas

⁸² Mapa de Giovanni Battista Ramusio e publicado no livro *Delle navigationi et viaggi* (1556). In: <http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=579>. Acesso em: 07/07/2020.

dominadas pelos povos nativos possibilitando relações amistosas, evidenciando também a necessidade de tais acordos nesse período.⁸³

Como observado, a maior parte dos indígenas apresentados no mapa estão no centro da imagem. Possivelmente o autor quis evidenciar uma noção de trajetória em todo curso do escambo. A letra “C” apresenta um indígena cortando – com um machado de ferro, vale ressaltar – o pau-brasil; ao lado, outro indígena (D) tirando os galhos e empilhando as toras preparadas para o transporte; logo abaixo um terceiro indígena (com o arco na mão direita) leva o tronco apoiado no ombro; o fim da trajetória acaba no contato com o europeu.

Outra questão importante, trata-se da nacionalidade desses europeus, são os toponímicos escritos ao longo de toda costa do Brasil. A letra “E” foi colocada para assinalar o nome *Pernanbuc* (Pernambuco), local onde o próprio autor afirmava ser o único ponto forte dos portugueses na costa:

Ao longo desta costa e para o ocidente, os portugueses não levantaram nenhuma fortaleza; encontra-se somente num lugar chamado Fernanbuc, situado além do cabo de Santo Agostinho, um fortim de madeira com alguns poucos exilados de Portugal.⁸⁴

Ou seja, a fortaleza provavelmente era a mesma feitoria construída por Cristóvão Jacques. Apenas por essa informação não seria possível elucidar a nacionalidade dos europeus apresentados. Mas, ao lado da expressão *Pernanbuc* está outros toponímicos importantes indicando as origens desses europeus: R. (rio) Real, R. de S. Francesco (rio São Francisco) e C. de S. Agustin (Cabo de Santo Agostinho). Locais constituindo o Centro-Sul da futura capitania de Pernambuco, “a parte mais frequentada pelos franceses [...]. É também nesta parte da costa que se encontra o melhor pau-brasil, e na maior quantidade”.⁸⁵ Provavelmente o autor buscou evidenciar as disputas pelo pau-brasil entre os europeus.

⁸³ FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. Op. cit., 1988, p. 14; OLIVEIRA, João Pacheco de. “Os indígenas na formação da colônia: uma abordagem crítica”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial: volume 1* (ca. 1443 – ca. 1580) / organização João Luís Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 177-180.

⁸⁴ Terzo volume delle Navigazioni et Viaggi, p. 426 apud OKUNUEVA, Olga. Ensaio sobre o mapa “Brasil” de G. Gastaldi pertencente ao Delle navigazioni e viaggi de G. B. Ramusio (1556; 1565; 1606). Terra Brasilis, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, (Nova Série) [Online], 2 | 2013. Obtido em: <<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/715>>. Acesso: 07/07/2020.

⁸⁵ Ibidem, p. 13.

A presença dos franceses nas costas do pau-brasil (região entre os atuais estados da Paraíba e Rio de Janeiro) foi um dos fatores impulsionadores da colonização da América portuguesa. Entre janeiro e fevereiro de 1531, Martin Afonso de Souza capturou três galeões franceses na costa pernambucana, navios bem providos de pau-brasil. Os povos indígenas habitantes nessa região foram nomeados como Caeté e Tabajara, tendo os primeiros provavelmente participado do saque feito à feitoria de Igarassu em dezembro de 1530 e da destruição dela em março de 1531 pelos franceses, construindo uma fortaleza no local. O galeão francês que arrasou a feitoria foi o *La Pèlerine*, dotado de 18 canhões e 120 homens; posteriormente, o navio foi capturado pelos portugueses ao adentrar o Mediterrâneo, sendo conduzido para Lisboa. Entre muitas peles e grandes quantidades de animais (macacos e papagaios), o navio levava 300 toneladas de pau-brasil e 18 de algodão.⁸⁶ Em outros termos, seus interesses na região eram imensos e, sobretudo, vinculados ao lucrativo comércio do pau-brasil. Portugal, então, iniciou uma política de ocupação mais efetiva.

O pau-brasil se consolidou como o principal produto comercial em razão de alguns proveitos tirados dos troncos (extremamente pesados) dessas árvores: a madeira servia para a construção naval, artesanato e produção de tinturas. Este último atributo foi a marca do grande valor dessa árvore. Uma vez cortadas pelos indígenas, as toras de grande espessura eram desbastadas “a fim de facilitar o transporte e o manejo nos navios”⁸⁷, seguindo para Europa onde seriam serradas em pedaços menores e pulverizadas para se obter o pó, criando as tintas, vernizes e corantes. No estado natural, a árvore não apresenta uma cor avermelhada no tronco, apenas tornando-se visível quando a casca era removida.⁸⁸ Sobre o corte realizado pelos indígenas, o pastor e missionário calvinista francês Jean de Léry, que esteve no Brasil no século XVI e publicou a livro *História de uma viagem feita na terra do Brasil* (1578), onde escreveu:

Os selvagens em troca de algumas roupas, camisas de linho, chapéus, facas, machados, cunhas de ferro e demais ferramentas trazidas por franceses e outros europeus, cortam, serram, racham, atoram e desbastam o pau-brasil transportando-o nos ombros nus às vezes de duas ou três léguas de distância, por montes e sítios escabrosos até a

⁸⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit., 1970, p. 472-474; OLIVEIRA, João Pacheco de. Op. cit., 2014, p. 179-180 e 219.

⁸⁷ LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2007, p. 168.

⁸⁸ *Ibidem*; OLIVEIRA, João Pacheco de. Op. cit., 2019, p. 178; OKUNUEVA, Olga. Op. cit., 2013, p. 12.

costa junto aos navios ancorados, onde os marinheiros o recebem. Em verdade só cortam o pau-brasil depois que os franceses e portugueses começaram a frequentar o país; anteriormente, como me foi dito por um ancião, derrubavam as árvores deitando-lhes fogo.⁸⁹

Em outras palavras, muito dos produtos trocados pelos europeus recebendo o pau-brasil – como os machados de ferro ilustrados no mapa elaborado por Giovanni Battista Ramusio – eram estrategicamente pensados para facilitar o corte, assim diminuindo o tempo e conseguindo os troncos de forma mais rápida. Não cabendo nesse texto a discussão do valor das mercadorias que caracterizando essas trocas, mas é importante destacar que após obter uma grande quantidade dos produtos, os indígenas começaram a exigir cada vez mais variedade, quantidade e qualidade deles. Duarte Coelho, o primeiro donatário da capitania de Pernambuco, relatou em uma carta destinada ao Rei de Portugal as dificuldades em continuar as trocas com os ameríndios, pois “estão fartos de ferramentas” e “revoltam-se” quando viam o que receberiam no escambo.⁹⁰

Todo esse processo de desmatamento do pau-brasil modificou consideravelmente a paisagem do litoral pernambucano, especificamente na parte Norte, isto porque, depois da tomada⁹¹ do fortim construído pelos franceses na região de Igarassu, se intensificando o processo de ocupação das terras. Ocupação, vale salientar, nos limites possíveis, ou seja, no território controlado pelo povo indígena dessa região, os Tabajara, que já mantendo contatos amistosos com lusos.⁹²

A necessidade de defesa e ocupação – além das questões econômicas, especialmente porque o comércio de especiarias entrava em declínio nesse período – suscitou a implantação do sistema de capitanias hereditárias. A primeira delas foi exatamente Pernambuco. Quando Duarte Coelho Pereira chegou na capitania em março de 1535, acompanhado pela mulher, Brites de Albuquerque, o cunhado, Jerônimo de

⁸⁹ LÉRY, Jean de. Op. cit., 2007, p. 168.

⁹⁰ *CARTAS de Duarte Coelho a El Rei*. José Antônio Gonsalves de Mello e Cleonir Xavier de Albuquerque (org.); reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada. 2ª ed. – Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1997, p. 100.

⁹¹ Esse fortim, erguido na ilha de Itamaracá, foi ocupado pelos portugueses, tornando-se um povoado em meados do século XVI.

⁹² Para uma maior análise das alianças entre portugueses e Tabajara no século XVI, ver a dissertação de Geysa Kelly. SILVA, Geysa Kelly Alves da. Op. cit., 2004.

Albuquerque, e vários outros portugueses, abrigando-se na feitoria de Igarassu.⁹³ Muitos fatores podem ser elencados para explicar o sucesso de Pernambuco em comparação a outras capitanias, porém, como já citamos na introdução do capítulo, abordaremos aqui o apoio indígena em todo processo, uma vez que a política de aliança iniciada nesse período foi crucial para entendermos a situação em que os indígenas se encontravam no recorte temporal delimitado nessa pesquisa.

O agressivo investimento na indústria açucareira feito por Duarte Coelho, somado com a instalação de vários indivíduos (entre especialistas, artesãos e provavelmente escravizados⁹⁴) e fatores geográficos propícios (solo, clima), apenas não responderam ao destaque que Pernambuco diante das outras capitanias no êxito da montagem da indústria açucareira. A instalação dos engenhos inicialmente ocorreu em território onde estavam concentradas populações tupis menos belicosas aos lusitanos. O local era justamente o extremo Norte da capitania, área de fronteira com a capitania de Itamaracá, habitadas pelos Tabajara. Embora algumas aldeias desse povo indígena também travassem conflitos com os lusitanos, foram esses nativos os seus principais aliados contra os Caeté dessa região, principal obstáculo ao projeto de Duarte Coelho na capitania.

As alianças com os Tabajara foram firmadas nas primeiras décadas do século XVI, especificamente em 1535, sendo consolidada com o casamento de Jerônimo de Albuquerque e a filha de um destacado líder Tabajara, chamada D. Maria do Espírito Santo Arcoverde.⁹⁵ As trocas com os Tabajara continuaram a ser fortemente praticadas até pelo menos o início da década de 1550. Apoiando os indígenas em alguns conflitos contra outros ameríndios na região (como os Caeté), a expansão do povoamento, da pecuária e dos canaviais foi possível. Vale destacar que os interesses nessas alianças não só foram benéficos para os lusitanos, uma vez que os Tabajara usavam a força bélica desses estrangeiros para robustecer seu poderio militar a fim de derrotar outros povos

⁹³ FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. Op. cit., 1988, p. 14; MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit., 1970, p. 474; SALVADOR, Frei Vicente do. Op. cit., 1918, p. 107.

⁹⁴ SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2020, p. 339.

⁹⁵ É importante observar que o nome da indígena Tabajara evidencia que ela foi batizada, refletindo também o processo de domínio colonial com expansão no decorrer das décadas. PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Anais Pernambucanos: 1635-1665*. Vol. 3. Recife, Arquivo Público Estadual, 1952, p. 44-45.

rivais.⁹⁶ Ou seja, para os indígenas essas alianças tinham significados específicos, que podiam alterados ao decorrer dos anos e da situação vivenciada. O próprio Duarte Coelho informou ao Rei, em queixa contra os degredados, de quem os indígenas recebiam armas de fogo como forma de pagamento:

Importunavam tanto os índios e prometem-lhes tantas cousas fora da ordem que metem a terra em desordem da ordem em que eu a tenho posto (...) Porque não basta, Senhor, dar-lhes as ferramentas, como está em costume, mas, por induzirem os índios a fazer brasil, dão-lhes contas da Bahia e carapuças de pena e roupas de cores (...) e o que é pior, espadas e espingardas.⁹⁷

Em virtude dos contatos amistosos com os Tabajara, a fixação de Duarte Coelho e dos lusitanos ocorreu sem muitos empecilhos, pelo menos por parte dos citados nativos. Em 1535, foram fundadas as primeiras vilas em Pernambuco: Igarassu e Olinda, respectivamente. Posteriormente, o sucesso na instalação de engenhos e a produção de açúcar apenas aumentou durante os anos seguintes. Embora a primeira notícia de produção de açúcar em Pernambuco seja anterior à instalação das capitânicas hereditárias, com o engenho sido supostamente erguido antes de 1526⁹⁸, foi somente na década de 1530 que se consolidou a produção açucareira. O primeiro engenho construído nessa capitania foi chamado Nossa Senhora da Ajuda, por Jerônimo de Albuquerque. Até 1570, segundo a observação de Gandavo, em Pernambuco existiam 23 engenhos, tendo 3 ou 4 ainda sem moer cana. Contudo, é sempre importante salientar que o sucesso ocorreu graças a grande escravidão indígena nessa região, resultado das alianças com os Tabajara nas guerras contra os indígenas rivais, proporcionando prisioneiros de guerra que, conseqüentemente, seriam escravizados. E a quantidade de

⁹⁶ Embora não seja possível identificar os povos indígenas não Tupi ou mesmo Tupi afora os Caeté e Tabajara na documentação, diante do forte desinteresse sobre a compreensão das expressões socioculturais ameríndias, acrescido ao emprego de termos genéricos para se referir aos nativos como “gentio” e “índios”, estes indígenas provavelmente eram, pelo menos a maioria, do povo Caeté. Talvez alguns tenham sido povos do tronco linguístico Macro-Jê, migrantes para costa em busca de caju, onde entravam em conflitos com os Tupi habitantes no litoral. Ainda assim, as suposições são frágeis pela ausência de fontes. Para mais informações sobre os povos Macro-Jê habitantes nos sertões de Pernambuco, ver: GALINDO, Marcos. Op. cit., 2017; MEDEIROS, Ricardo Pinto. Op. cit., 2000.

⁹⁷ CARTAS de Duarte Coelho a El Rei. Op. cit., 1997, p. 100.

⁹⁸ Documento citado por Francisco Adolfo de Varnhagen, porém, segundo José A. Gonsalves de Mello, ninguém nunca mais o viu. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit., 1970, p. 472.

escravizados era vultosa, construindo “a principal fazenda da terra”, nas palavras de Gandavo.⁹⁹

Com o crescimento do povoamento da capitania, a aliança com os Tabajara foi sendo reforçada através não apenas de casamento, mas também por meio do escambo e das guerras de conquista, possibilitando para os indígenas a vitória contra os Caeté. Nesse contexto, a escravidão indígena em Pernambuco atingiu seu ápice entre as décadas de 1550 e 1570, em decorrência das guerras justas.¹⁰⁰ Essas práticas de aliança não foram introduzidas pelos portugueses ou franceses. As alianças momentâneas de povos nativos para fazer guerras, o escambo e o casamento já ocorriam entre os indígenas antes da chegada dos europeus, sendo essas duas últimas características para unir os povos quando não estavam em tempos de guerra.¹⁰¹

A colonização exigia grande necessidade de mão de obra para as atividades agrícolas, pressionando os colonos a instigarem cada vez mais guerras entre os indígenas, fazendo com que a dominação colonial intensificasse “as divisões dos grupos étnicos em facções, pois aumentava a competitividade entre eles pelo acesso às riquezas e aos poderes das sociedades dominantes”¹⁰². Isso também ocorreu em Pernambuco.

Como o desejo por melhores e maiores quantidades de produtos aumentou no decorrer dos anos, o escambo com os povos indígenas ficou desgastado, pois deixava os colonos à mercê dos interesses dos nativos. Logo, as exigências dos portugueses nas trocas também foram sendo modificadas, e tanto o *resgate*¹⁰³ quanto a captura de

⁹⁹ SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2020, 339; GANDAVO, Pero de Magalhães. Op. cit., 2008, p. 35.

¹⁰⁰ GARCIA, Elisa Frühauf. “Trocas, guerras e alianças na formação da sociedade colonial”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial: volume 1* (ca. 1443 – ca. 1580) / organização João Luís Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 329-330.

¹⁰¹ Muitas das vezes, essas alianças ocorriam em períodos de safra de frutas como o caju, quando muitos povos não Tupi se deslocavam do interior para o litoral. A esse respeito, cf.: GALINDO, Marcus. Op. cit., 54-55. O que ocorreu depois dos contatos com os europeus foi a modificação ou intensificação de alguns desses hábitos. Ver: CASTRO, Eduardo Viveiros de. “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem”. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v. 35, p. 21-74, 1992, p. 32.

¹⁰² ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Op. cit., 2013, p. 60.

¹⁰³ O resgate “consistia na troca de mercadorias por índios prisioneiros de outros índios”. Em outras palavras, o resgate era uma forma legal de escravização indígena, tradando-se da captura do indígena que havia sido aprisionado por outros. Essa prática foi muito debatida pelas instituições coloniais discutindo a justificação e a maneira como ocorria, estando oscilando entre proibição e permissão ao decorrer das mudanças ocorridas na legislação indigenista entre o século XVI a XVIII. No início do século XVI, a escravização de nativos através dos resgates foi tão intensa que ela era praticada de diferentes maneiras,

indígenas em conflitos cresceram consideravelmente. Sendo um dos motivos pelo qual as guerras entre povos indígenas foram intensificadas, tornando a venda daqueles capturados em combates como meio fundamental no firmamento dos acordos. Ou seja, além de inserir novas práticas socioculturais, o estímulo à guerra mudou vários comportamentos dos ameríndios. No avanço da colonização, o poder luso crescia e novos rumos nas práticas de alianças motivou povos aliados mudarem de lado ou se dividirem. Os Tabajara, nesse contexto, passaram de aliados a inimigos ainda na administração de Jerônimo de Albuquerque.¹⁰⁴

Na parte Norte de Pernambuco a colonização ocorreu a partir de três características explicativas importantes para o êxito: (a) a intensa destruição da Mata Atlântica, (b) o arrasamento da resistência nativa e (c) a instalação de engenhos¹⁰⁵ e propriedades rurais e urbanas no território conquistado, garantindo uma defesa local mais sólida e menos dependente das alianças indígenas. Com o avanço da guerra contra os nativos, mais destruída ficava a Mata Atlântica e maior era o número de engenhos e núcleos de povoamentos. Em uma das cartas enviadas ao Rei, datada de 1546, Duarte Coelho informava que o pau-brasil estava sendo cortado “sertão adentro”, tornando-se muito custoso e perigoso obtê-lo por causa da grande presença indígena na região, indicando que a mata já estava bastante recuada para o interior.¹⁰⁶ Logo, atendendo às necessidades da intensa exploração, a conquista também foi um fenômeno ecológico.¹⁰⁷

Analisando as relações com os Caeté, maior povo Tupi habitante no litoral da capitania, observa-se que desde as primeiras décadas de colonização esses indígenas

seja por terra, com as “tropas de resgates”, ou por mar, através de embarcações destinadas ao apresamento dos nativos, os chamados “saltos”. Nos documentos, os indígenas capturados por resgate aparecem como “índios de corda”. Para mais informações, cf.: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 119; PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/SMC: Cia das Letras, 1992, p. 127-128; OLIVEIRA, João Pacheco de. Op. cit., 2019, p. 185-186.

¹⁰⁴ O frei Vicente do Salvador escreveu sobre a guerra feita contra os Tabajara durante o governo de Jerônimo de Albuquerque e como os portugueses usaram a estratégia de instigar divisões para diminuir o poder nativo sem precisar guerrear a todos ao mesmo tempo ou perder sua importante aliança. Cf. SALVADOR, Frei Vicente do. Op. cit., 1918, p. 116-120.

¹⁰⁵ Neste caso, usamos aqui o significado de engenho do século XVI, que se referindo aos equipamentos usados para produzir o açúcar.

¹⁰⁶ CARTAS de Duarte Coelho a El Rei, op. cit., p. 99.

¹⁰⁷ Cf. DEAN, Warren. *A ferro e fogo: história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

foram citados, especificamente porque grande parte desse povo indígena estava aliado aos franceses.¹⁰⁸ Assim como os Tabajara, os Caeté passaram de aliados a inimigos conforme os interesses nas alianças foram mudando, seja pela pouca relevância do escambo após um tempo, pelo firmamento das alianças com os franceses ou talvez pela progressiva instalação dos lusitanos na região habitada pelos indígenas, provocando uma grande mudança no território, mas também fortalecendo alianças com o principal povo inimigo dos Caeté, notadamente os Tabajara.¹⁰⁹ Acentuando, porém, que os povos Tupi encontravam-se espalhados pelo território da costa e interior, ou seja, não foram todos os Caeté participantes da destruição da feitoria de Igarassu com os franceses em 1530, bem como não foram todos os Caeté que atacaram a vila de Igarassu.¹¹⁰ Além disso, eram populações com mobilidades, migrando de localidade por motivos socioculturais ou geográficos, como as secas e as safras de frutas. Portanto, mapas localizando os povos indígenas nesse período, devem ser analisados com cuidado.

Ainda na década de 1540 iniciaram os primeiros ataques Caeté aos núcleos de povoamento portugueses. Igarassu enfrentou um grande cerco em 1548, como narrado por Hans Staden, arcabuzeiro alemão participante que descreveu o conflito. Para o citado cronista, as relações dos Caeté com os colonos instalados em Pernambuco “até então tinham sido tranquilas”, e as investidas dos nativos contra Igarassu começaram “por culpa dos portugueses”, porém o autor não informou mais detalhes sobre o ocorrido.¹¹¹ As origens do conflito, segundo o frei Vicente do Salvador, surgiu durante um encontro com Duarte Coelho, com muita bebedeira e discussões entre o donatário, convidados e muitos indígenas, que “começaram a ferir e matar”. Alguns indígenas foram mortos na confusão, entre os quais o filho de um *principal* de alguma aldeia. E o corpo, com a “cabeça

¹⁰⁸ O frei Antônio de Santa Maria Jaboatão foi um dos cronistas que escreveu sobre as relações entre os franceses e os Caeté em Pernambuco, afirmando que os indígenas viviam “misturados”. Embora tenha escrito o *Novo Orbe Seráfico Brasilico* em 1761, as informações contidas em seu texto são extremamente importantes para se entender os contatos entre europeus e ameríndios ao decorrer do século XVI. Ver: JABOATÃO, Antônio Santa Maria de. *Novo Orbe Seráfico Brasilico ou Crônica dos frades menores da província do Brasil (1761)*. – Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1º vol. 2ª parte 1958, p. 136.

¹⁰⁹ Gabriel Soares de Sousa relatou que os Caeté também viviam em “guerra cruel” contra os Potiguara. SOUSA, Gabriel Soares de. Op. cit., 2010, p. 57.

¹¹⁰ Para um melhor estudo das expressões socioculturais dos povos Tupi, ver a obra: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/SMC: Cia das Letras, 1992.

¹¹¹ STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil: Primeiros registros sobre o Brasil*. – Porto Alegre: RS: L&PM, 2019, p. 37.

quebrada”, foi levado pelos indígenas de aldeia a aldeia para instigar todos a fazer guerra contra os colonos.¹¹²

Talvez esse tenha sido o estopim de uma série de investidas contra a Vila de Igarassu, interrompendo relações amistosas de alguns Caeté – muitas aldeias estavam aliadas aos franceses desde as primeiras décadas, como percebemos no cerco da feitoria de Igarassu – que até então possibilitava pacíficos contatos com os colonos portugueses. As guerras contra os Caeté somente findaram na década de 1570, possibilitadas pelas ferozes campanhas de *guerra justa* de Mem de Sá, somadas as mortes de muitos indígenas (não apenas os Caeté) em decorrência das muitas epidemias.¹¹³

O cerco de Igarassu durou dois anos. Entre 1548 e 1549 os Caeté realizaram várias incursões ao povoado, mantendo os moradores presos entre suas proteções, uma “cerca de varapaus”, defendida por “noventa cristãos, trinta negros e escravos brasileiros”, ou seja, indígenas escravizados.¹¹⁴ Na tentativa de pôr fogo nas casas, os nativos atiravam flechas incendiárias para o alto e cercavam a localidade impossibilitando os colonos de fugir. Logo no início do cerco, Afonso Gonçalves, capitão apontado por Duarte Coelho para comandar a vila, foi morto em um ataque, recebendo “uma frechada que lhe deram por um olho e lhe penetrou até os miolos”.¹¹⁵

Sitiados por “duas fortificações com espessas toras de madeira”, além da mata de pau-brasil na qual os indígenas se escondiam para perpetuar tanto táticas de ataque quanto de defesa, os colonos resistiram isolados entre as proteções de Igarassu até os alimentos acabarem. Estes consistiam basicamente em farinha de mandioca e de peixes. Sem poder ir às plantações ou ao mar para buscar alimentos, os colonos buscaram reforços (alimentícios e bélicos) em outros povoados.¹¹⁶

A situação em Pernambuco ficou ainda mais complicada quando os Caeté também atacaram Olinda, onde morava o donatário Duarte Coelho em uma torre, deixando-o

¹¹² SALVADOR, Frei Vicente do. Op. cit., 1918, p. 108-109.

¹¹³ Para mais informações sobre a legalização das campanhas de *guerra justa*, cf. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Op. cit., 1992. Para epidemias que dizimaram populações indígenas ao decorrer da costa no século XVI, ver: HEMMING, John. Op. cit., 2007, p. 215-245.

¹¹⁴ STADEN, Hans. Op. cit., 2019, p. 37.

¹¹⁵ SALVADOR, Frei Vicente do. Op. cit., 1918, p. 109.

¹¹⁶ Ibidem, p. 110; STADEN, Hans. Op. cit., p. 37-38.

retido e enfrentando necessidades. Para se protegerem dos ataques dos colonos, os nativos construíram trincheiras buscando escapar do alcance de armas de fogo e canhões, além de usarem as fortalezas para se abrigarem durante a noite. Segundo Staden, o número de indígenas que cercou Igarassu era mais de 8 mil.¹¹⁷

Em Olinda a situação melhorou quando uma indígena Caeté conseguiu persuadir algumas outras mulheres do mesmo povo a ajudar os sitiados, fazendo com que “as trouxesse todas carregadas de cabaços de água e mantimentos, com que os nossos se sustinham, porque isto faziam muitas vezes e com muito segredo.”¹¹⁸ Essa indígena era esposa de um dos homens de Duarte Coelho, chamado Fernandes de Lucena, bastante conhecido pelos indígenas. Após isso, os moradores aos poucos foram conseguindo vencer batalhas e o cerco à cidade foi encerrado.¹¹⁹

Os moradores de Igarassu também conseguiram resistir ao cerco após uma das embarcações chegar com os mantimentos. Staden relatou que os indígenas desistiram do cerco e fizeram as pazes.¹²⁰ Tréguas estendidas a alguns povos, mas suspensas a outros, uma vez que o final do governo de Duarte Coelho foi marcado por incursões pelo litoral e interior, chegando até o rio São Francisco. No avanço para o Sul da capitania, ocorreram mais guerras contra os Caeté, estes apoiados pelos aliados franceses.¹²¹

As décadas entre 1550 e 1570 foram também marcadas pelas guerras contra muitos Caeté, especificamente na parte Sul da capitania, onde a maior parte das aldeias desse povo se encontravam. A estratégia principal dos colonos consistia em apoiar o povo indígena que permitiam contatos amistosos, os ajudando a vencer os nativos rivais nas guerras, pois “foi sempre o modo mais fácil das guerras que os portugueses fizeram no Brasil”.¹²² Da mesma forma, os indígenas aproveitavam a aliança para aumentar seu poder frente aos seus rivais. Em outras palavras, a ação dos indígenas nas guerras coloniais em Pernambuco foi constante durante a efetivação da colonização, sem mudanças nos séculos seguintes. Manter os “índios de pazes” próximos ao mundo colonial tornou-se uma necessidade fundamental para a colonização da terra e sujeição

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 36.

¹¹⁸ SALVADOR, Frei Vicente do. *Op. cit.*, 1918, p. 112.

¹¹⁹ *Ibidem*.

¹²⁰ STADEN, Hans. *Op. cit.*, p. 39.

¹²¹ HEMMING, John. *Op. cit.*, 2007, p. 131-132.

¹²² SALVADOR, Frei Vicente do. *Op. cit.*, 1918, p. 117.

da gente que nela habitava. Para os colonos, as alianças com ameríndios proporcionavam mão de obra considerável para o trabalho nos campos, engenho e nas guerras; enquanto para os nativos, cada vez mais as alianças possibilitavam a sobrevivência do povo em um mundo de mudanças rápidas.

Com a chegada dos jesuítas em 1549, as alianças foram mais bem organizadas e o aldeamento dos indígenas nas décadas posteriores possibilitaria melhores condições de vida aos nativos. Em 1570, D. Sebastião promulgou a primeira lei que regulamentando a escravidão indígena, proibindo a escravização de aliados, pois muitos assaltos aos aldeamentos geravam conflitos entre religiosos, nativos e colonos. Nos casos de resgate ou guerra justa, a escravização continuava sendo prática legal.¹²³ Conforme assinalou Beatriz Perrone-Moisés:

O aldeamento é a realização do projeto colonial, pois garante a conversão, a ocupação do "território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico da colônia. Como diz o Regimento das Missões de 1686, é preciso "que haja nas ditas aldeias índios, que possam ser bastantes, tanto para a segurança do Estado, e defensas das cidades, como para o trato e serviço dos moradores, e entradas dos sertões".¹²⁴

Desta forma, com a instalação e manutenção dos aldeamentos a Coroa portuguesa procurava manter os aliados indígenas próximos ao mundo colonial para se beneficiar do trabalho indígena. Em 1587, através de uma nova lei, essa situação ficou mais evidente. A legislação determinou a permissão do uso do trabalho indígena mediante pagamento pelos colonos. Diversas leis posteriores reforçaram o acesso à mão de obra indígena, e aos poucos o trabalho indígena foi sendo incorporado pela sociedade colonial. Com o estabelecimento dos aldeamentos, a prática do resgate foi diminuindo consideravelmente, substituído pelos *descimentos*¹²⁵ de povos indígenas para o litoral, enquanto as *guerras justas* tornam-se as principais formas de escravizar nativos e de

¹²³ LOPES, Fátima Martins. Op. cit., 2003, p. 162.

¹²⁴ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Op. cit., 1992, p. 120.

¹²⁵ O descimento pode ser entendido como "deslocamentos de povos inteiros para novas aldeias próximas aos estabelecimentos portugueses". Essas novas aldeias seriam os aldeamentos administrados pelos missionários das ordens religiosas. Os descimentos poderiam tanto ser realizados de forma pacífica quanto forçada. Logo, os descimentos também eram parte da estratégia de colonização do território. Cf.: MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Op. cit., 2000, p. 150; PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Op. cit., 1992, p. 118-9.

expandir o domínio colonial para o interior, enquanto o aldeamento servia para controlar os povos aliados.¹²⁶

Não faremos uma discussão mais aprofundada sobre como o aldeamento era organizado, mas a partir de meados do XVI vários deles foram instalados estrategicamente próximos às vilas e engenhos. Isso porque o aldeamento, em termos de defesa, servia como muralhas contra incursões destinadas aos povoamentos de colonos, tema a ser tratado no segundo capítulo com as *guerras justas*.¹²⁷ Embora tenha significado proteção contra a escravidão e sobrevivência no mundo colonial, a imposição do aldeamento para os povos indígenas também significou mudanças socioculturais. Alguns autores questionaram se essa prática não seria uma maneira incompleta de escravidão.¹²⁸ Contudo, o aldeamento não deve ser pensado como um processo de total exclusão das expressões socioculturais indígenas, pois foi nesse espaço que ocorreu, por meio da atuação dos aldeados, uma reorganização sociocultural.

Um importante estudo sobre os aldeamentos indígenas no Rio de Janeiro colonial, evidenciou que as relações entre indígenas e portugueses não ocorreram de forma totalmente pacífica e submissa, muito menos que somente as expressões socioculturais indígenas foram transformadas através desses contatos. Nos aldeamentos, os indígenas reelaboravam os modos de vida com estratégias de resistência que possibilitando a sua sobrevivência por meio de adaptações às novas situações. Ou seja, a identidade étnica dos povos aldeados era constantemente modificada, ocorrendo “metamorfoses indígenas”.¹²⁹ A etnicidade também foi compreendida como um processo de “solidariedade que emerge em resposta à discriminação e à desigualdade e manifesta uma grande consciência política por parte dos grupos que buscam reverter uma lógica de dominação”.¹³⁰ Desse modo, o aldeamento pode também ser pensado a partir das

¹²⁶ HEMMING, JOHN. Op. cit., 2007, p. 140; PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Op. cit., 1992, p. 120; LOPES, Fátima Martins. Op. cit., p. 162.

¹²⁷ Essa estratégia não ocorreu apenas em Pernambuco, mas em toda colônia. Em várias pesquisas que analisando o aldeamento de ameríndios ou a colonização de uma capitania o tema foi ressaltado. Na Bahia, por exemplo, essa estratégia foi usada durante a invasão holandesa. Cf.: PARAISO, Maria Hilda Baqueiro; MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. “Muros do Recôncavo: a capital da América portuguesa transferida para aldeamentos indígenas”. *CLIO – Série Revista de Pesquisa Histórica* (UFPE), v. 25.2, p. 09-38, 2009.

¹²⁸ GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. – São Paulo: Ática, 1988, p. 498.

¹²⁹ Cf. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Op. cit., 2013.

¹³⁰ Apud POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrick Barth / Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart*. – 2.ed. – São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 103.

estratégias de resistência indígena, para assim compreender melhor não apenas a etnicidade, como também as relações entre indígenas, religiosos e colonos no mundo colonial.

Após a morte de Duarte Coelho em 1554, a capitania passou a ser administrada por indicados pela família do donatário, devido à ausência deles. Assim, entre 1554 e 1599¹³¹ os domínios coloniais em direção ao interior Norte e Sul da capitania foram estendidos, região onde habitava a maior parte dos Caeté. O cronista Gabriel Soares de Sousa escreveu que os Caeté viviam desde a “costa da boca do Rio de São Francisco até o rio Paraíba”, na capitania da Paraíba, travando “guerra cruel” com os Potiguara, seus principais inimigos da região.¹³² Apoiados especialmente pelos Tabajara¹³³, os colonos conseguiram sucessivas vitórias em expedições entre 1550 e 1580 em toda essa região.

Os conflitos contra os Caeté se intensificaram motivados pelas campanhas de extermínio de Mem de Sá (3º governador-geral da colônia) contra os povos indígenas considerados inimigos, especificamente depois da morte do primeiro bispo da colônia, Pero Fernandes Sardinha, em 1556, tendo os Caeté sido acusados do assassinato.¹³⁴ Durante as guerras, alguns Caeté fizeram alianças com os portugueses, o que possibilitou a criação de duas grandes facções: os aliados e os contrários aos lusitanos. Apoiados pelos franceses, os Caeté contrários resistiram fortemente, mas por causa de doenças que transmitidas pelos estrangeiros, a população ameríndia aliada ou inimiga foi drasticamente reduzida.

¹³¹ Entre esses anos, a capitania de Pernambuco foi administrada, após os tenentes, pelos dois filhos de Duarte Coelho, respectivamente Duarte Coelho de Albuquerque (donatário entre 1561-1578) e Jorge de Albuquerque Coelho (donatário entre 1578-1597). Em 1599 quem estava na administração da capitania era Duarte de Albuquerque, filho de Jorge de Albuquerque e quarto donatário. Para mais informações sobre a administração de Pernambuco no século XVI, ver: ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco – século XVII.* – Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997, p. 21-26.

¹³² SOUSA, Gabriel Soares de. Op. cit., 2010, p. 57.

¹³³ O frei Antônio de Santa Maria de Jaboatão foi outro cronista que descrevendo as alianças entre os colonos portugueses e os Tabajara em Pernambuco, discorreu acerca do casamento de Jerônimo de Albuquerque com a filha de um *principal* Tabajara chamado Arcoverde. Por sua vez, Pereira da Costa também descreveu essa aliança, além do já citado Frei Vicente do Salvador. Ver: COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Op. cit., vol. 1, 1951, p. 353; JABOATÃO, Antônio Santa Maria de. Op. cit., 1958, p. 146.

¹³⁴ Esse episódio será mais bem abordado no segundo tópico do capítulo, pois ocorreu na região Sul da capitania. SALVADOR, Frei Vicente do. Op. cit., 1918, p. 156-157.

Os primeiros surtos epidêmicos na América portuguesa ocorreram em meados da década de 1550, diferentemente da América espanhola, quando nos primeiros contatos surgiram as doenças contagiosas dizimando grande parte da população nativa. A introdução de animais domésticos não existentes na América (bois, carneiros, galinhas), o grande contato entre indígenas, lusitanos e africanos contribuiu para a disseminação de doenças como o sarampo e a varíola.¹³⁵ Esta última dizimou uma população estimada em 70 mil Caeté.¹³⁶ Epidemias dizimaram também populações nativas já aldeadas. Em 1585, o aldeamento jesuíta denominado Marim, próximo a Olinda e servindo como barreira aos ataques inimigos, perdeu mais da metade da sua população. Nesse ano, registros apontavam a existência de 2 mil indígenas aldeados, quando que em 1578, “contava [com não] menos que 10.000 almas”.¹³⁷ Por causa da baixa resistência imunológica, as populações indígenas em Pernambuco diminuíram drasticamente. De toda forma, isso não significou o desaparecimento dos nativos da capitania, uma narrativa recentemente desconstruída pela historiografia.¹³⁸

Os Caeté que se uniram aos colonos e participaram nos combates contra os povos contrários, foram aldeados próximos aos engenhos e povoamentos, assim como os Tabajara, que possivelmente foram misturados com os Caeté nos aldeamentos.¹³⁹ Segundo Costa Júnior, em 1630 já existia um aldeamento desse povo em Pernambuco, chamado de aldeamento Caeté ou Ipojuca.¹⁴⁰ Já para os nativos contrários sobreviventes de guerras ou doenças, restou a escravidão, morte ou fuga para o interior. Gabriel Soares de Sousa, na sua descrição do Rio São Francisco na década de 1580, citou os Caeté

¹³⁵ GARCIA, Elisa Frühauf. Op. cit., 2019, p. 330.

¹³⁶ ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. p. 410.

¹³⁷ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Op. cit., vol. 1, 1951, p. 327 e 464.

¹³⁸ Embora a pesquisa seja sobre a América espanhola, o texto de Matthew Restall apresentou importantes reflexões acerca de mitos sobre a colonização possíveis de serem associadas à América portuguesa. Cf.: RESTALL, Matthew. *Sete mitos da Conquista Espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

¹³⁹ Apesar do aldeamento reunir povos diferentes em um mesmo espaço, isso não ocorria de forma aleatória, pois misturar populações rivais poderia fracassar toda missão, provocando fugas ou mesmo motins no aldeamento. Para mais informações, ver: CAVALCANTI, Alessandra Figueiredo. *Aldeamentos e política indigenista no bispado de Pernambuco – séculos XVII e XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009, p. 36.

¹⁴⁰ COSTA JUNIOR, Olympio. *Extintos aldeamentos de índios em Pernambuco*. In: *Revista do Norte*, série III, abr.1942, nº. 1, p. 3; Sobre a origem da aldeia de Escada, ver também: SILVA, Geyza Kelly Alves da. *Índios e Identidades: Formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004, p. 84.

vivendo na região.¹⁴¹ Provavelmente os grupos fugidos do litoral juntaram-se a outros povos Tupi ou de expressões socioculturais diferentes, “forjando uma identidade com eles em torno da resistência às entradas coloniais”.¹⁴²

Como a maior parte da região Norte era dominada pelos Caeté, uma vez subjugados, a expansão foi avançando para o interior. Aspecto este evidenciado pelo aumento do número de engenhos, fazendas e aldeamentos em um período desde o início da invasão holandesa. No final do século XVI, a ameaça indígena no litoral onde estava instalado o mundo colonial não era mais tão significativa, apenas ao extremo Norte, na divisa com a capitania de Itamaracá, habitada pelos Potiguara.

Os Potiguara eram predominantes em um território abrangendo desde a costa da capitania do Rio Grande até o interior de Pernambuco. Desse modo, eram muito próximos aos Tabajara e os Caeté, sendo seus inimigos. Bastante populosos e “unidos”¹⁴³, os Potiguara resistiram durante décadas ao avanço português na capitania de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, apoiados pelos franceses desde pelo menos 1518.¹⁴⁴

Os Potiguara que habitavam o litoral da Paraíba e Rio Grande e mantiveram contatos pacíficos com os lusitanos até 1574, quando eclodiu uma série de revoltas motivadas por invasões ao seu território e quebra de acordos, iniciando um processo de guerra resultando na colonização de Itamaracá e da Paraíba, além da destruição de fortes e a expulsão dos franceses dessas capitanias. Para os Potiguara, vários rumos diferentes, dentre perdas do território (muitos fugiram e se concentraram no Rio Grande), da população e do aldeamento, este último significando sua sobrevivência em liberdade, uma vez que os capturados nas guerras (nesse caso “justas”) eram escravizados. Contudo, para vencê-los, os portugueses refizeram as alianças com os Tabajara, usando a força bélica indígena para destruir a resistência dos Potiguara. Entre o final do século XVI e o início do século XVII, a ocorrência de guerras contra povos indígenas nessa região diminuiu. A partir desse momento, com uma força bélica maior devido ao

¹⁴¹ SOUSA, Gabriel Soares de. Op. cit., 2010, p. 57 e 59.

¹⁴² SILVA, Geyza Kelly Alves da. Op. cit., 2004, p. 71.

¹⁴³ HEMMING, John. Op. cit., p. 245.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 67; HEMMING, John. Op. cit., 2007, p. 245.

aldeamento dos povos indígenas, os portugueses avançaram na conquista das outras capitanias do Norte.¹⁴⁵

Todas essas guerras que marcaram a segunda metade do século XVI determinaram o sucesso da interiorização e da pacificação das fronteiras Norte de Pernambuco, incluindo também a colonização de Itamaracá, Paraíba e o fim da resistência Tupi graças, sobretudo, ao aldeamento dos povos aliados. Um reflexo disso foi o aumento do número de engenhos de 137 em 1623¹⁴⁶ para 150 em 1629, um ano antes da invasão holandesa.¹⁴⁷ Após a Guerra de Resistência – entre 1630 e 1637 –, a quantidade de engenhos diminuiu bastante, e isso também significou o empobrecimento da região. Descrevendo o interior habitado da capitania, o coronel da Companhia das Índias Ocidentais, Crestofle d'Artischau Arciszewski, afirmou que “nunca foi tão pobre como é atualmente” por causa da destruição de engenhos promovidas pelos neerlandeses no início da guerra de conquista do território.¹⁴⁸ No fim da primeira fase do conflito, em Pernambuco existia 108 engenhos, ou seja, uma redução de 42.¹⁴⁹ Mas a quantidade aumentou velozmente nos anos seguintes, tendo Pernambuco 121 engenhos em 1639.¹⁵⁰

E do mesmo modo como ocorreu no século XVI, a participação indígena nas guerras sucessivas durante todo o período de invasão holandesa foram fundamentais aos combatentes que disputando o domínio de Pernambuco. Embora seja difícil resumir a participação indígena nos conflitos ocorridos durante a invasão holandesa, Hemming

¹⁴⁵ A paz foi firmada em junho de 1599. SALVADOR, Frei Vicente do. Op. cit., 1918, p. 371.

¹⁴⁶ “Uma relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em 1623”, por José Israel da Costa. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês*. 1ª ed. Recife: Cepe, 2004, p. 22.

¹⁴⁷ SCHWARTZ, Stuart B. Op. cit., 1988, p. 148.

¹⁴⁸ Apud MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar no Brasil holandês*. – 1ª ed. – São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012, p. 31.

¹⁴⁹ “Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil.” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit., 2004, p. 126.

¹⁵⁰ Esta descrição contabilizou os engenhos localizados também na jurisdição de Alagoas, além de enumerar os desativados. Ao todo, 87 estavam em funcionamento. “Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã”. Adriaen citou o nome de todos os engenhos, alguns deles com descrições. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit., 2004, p. 142-163.

escreveu “os índios constituíam importante fator nas guerras entre holandeses e portugueses”.¹⁵¹

Para os portugueses, a manutenção das alianças com as populações Tupi, já aldeadas, eram essenciais na defesa do território contra os invasores, seja na composição das tropas ou na prática da guerra de guerrilha, que aliada ao conhecimento da região provocando danos efetivos nos adversários. Para os indígenas, o momento da invasão holandesa foi bastante oportuno, pois os novos invasores apresentavam uma possibilidade de vencer os portugueses, seus antigos inimigos e dominadores nos territórios indígenas. Da mesma forma como ocorreu com espanhóis, franceses e portugueses, a instalação na América exigiu contatos amistosos com os nativos, pois a própria ocupação dependia de um bom relacionamento com os habitantes locais, e não seria diferente com os holandeses. A procura por alianças com os indígenas foi bastante empreendida e incentivada, e não se resumiu, como ocorreu com os portugueses, nas alianças com os povos Tupi. Dentre os povos (aldeados ou não) que se aliaram aos neerlandeses, destacaram-se os Potiguara e os Tarairiú.¹⁵²

Mesmo sendo importantes aliados dos portugueses até aquele momento – ressaltando a importância do chefe Potiguaçu¹⁵³ na participação das campanhas de expulsão dos franceses do Maranhão, deixando como legado uma sólida aliança com os

¹⁵¹ HEMMING, John. Op. cit., 2007, p. 428.

¹⁵² Embora o assunto seja extremamente importante, não faremos uma discussão mais aprofundada, uma vez fugindo do foco de análise da nossa pesquisa. No entanto, indicaremos algumas referências bibliográficas que melhor analisam o assunto referido. Para os Tarairiú, cf.: LOPES, Fátima Martins. Op. cit., 2003. Para os indígenas aliados dos holandeses, cf.: HEMMING, John. Op. cit., 2007; HULSMAN, Lodewijk. “Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656”. In: *Revista de História*. – São Paulo: Universidade de São Paulo, nº 154, p. 37-69, 2006; MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. 4ª Edição. – Recife: Topbooks, 2001; MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. – Recife: Editora UFPE, 2014; NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. “A flecha e o mosquete: índios e batavos no Brasil Holandês”. *CLIO – Série Revista de Pesquisa Histórica (UFPE)*, Nº 25-2, p. 130-149, 2007; VAINFAS, Ronaldo. *O plano para o bom governo dos índios: um jesuíta à serviço da evangelização calvinista no Brasil Holandês*. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica (UFPE)*, Nº 27-2, pp. 145-162, 2009.

¹⁵³ Posteriormente batizado como Antônio Felipe Camarão, foi um destacado chefe potiguara, responsável por consolidar a aliança entre os Potiguara e os portugueses. Com parte de seu povo, participou ativamente de batalhas decisivas contra os neerlandeses durante a segunda fase dos conflitos que marcaram a ocupação holandesa em Pernambuco. Foi também o primeiro indígena a receber patente militar na América portuguesa, bem como foi o primeiro líder do Terço dos Índios de Pernambuco, tropa formada durante o contexto de guerra contra os holandeses e composta por índios Tabajara e Potiguara. Cf. LOPES, Fátima Martins. Op. cit., 2003, p. 74.

Potiguara em Pernambuco e no Rio Grande –, os Potiguara se dividiram e muitos aliaram-se aos neerlandeses. Nomes como Antônio Paraupaba e Pedro Poti, líderes Potiguara, sintetizam essa nova conexão entre os Potiguara e os neerlandeses, citados bastante na documentação holandesa como grandes aliados.¹⁵⁴

Outra indicação sobre o porquê de alguns Potiguara tornarem-se de aliados a inimigos dos portugueses foi apresentado por Johnnes de Laet quando discorreu sobre a situação das aldeias na Paraíba:

Há nesta capitania sete aldeias, das quais Pinda-Una é a principal, pois tem umas 1500 almas; as outras tem apenas 300 e menos. [...] Andam na maior parte nus; os homens cobrem com uma tanga as partes pudendas e as mulheres usam camisas de linho grosseiro que os homens ganham trabalhando para os Portugueses. Os seus moveis e utensílios consistem em uma rede de algodão (que fazem bonitas, dormem nela à noite e passam também o dia), arcos, flechas, machado, facão etc.; o seu principal alimento é a mandioca. [...] Os Portugueses consideravam-nos um povo inconstante, infiel e ingrato, no qual não se deviam confirmar. Além de que cada aldeia tem seu capitão índio, os Portugueses costumavam dar-lhes um outro português para mantê-los melhor na obediência, o qual os alugava para trabalhar para os Portugueses, devendo eles receber por 25 dias de serviço cinco varas de linho grosseiro. Este capitão recebia por cada índio que alugava um tostão por mês do alugador, mas raramente se satisfazia com isso e ficava também com o linho dos pobres índios, por cujo motivo estavam muito irritados com os Portugueses e passaram-se imediatamente para os nossos, não desejando ter mais um capitão Português.¹⁵⁵

Os Potiguara permanecendo ao lado dos portugueses formaram, no decorrer da guerra contra os neerlandeses, o Terço dos Índios de Pernambuco, também conhecido como Terço de Camarão, liderado por Antônio Felipe Camarão, graças a sua grande participação nos combates de resistência após, principalmente, 1640. O Terço era inicialmente uma tropa Potiguara, mas no decorrer dos anos foi arregimentando indígenas de outros aldeamentos portugueses e assim fortalecendo o contingente.¹⁵⁶

Esse processo de mistura entre indígenas de diferentes povos não ocorreu apenas no terço de Camarão. No decorrer de todo o período de ocupação holandesa, os aldeamentos de população Tupi localizados próximos aos núcleos de povoamento no

¹⁵⁴ Cf. HULSMAN, Lodewijk. Op. cit., 2006, p. 48.

¹⁵⁵ “História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636”. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* (a partir de agora ABNRJ), volumes 41-42, 1919-1920, p. 86.

¹⁵⁶ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. Op. cit., 2010, p. 143.

litoral ou na Zona da Mata da capitania vivenciaram o que João Pacheco de Oliveira chamou de “primeira mistura”. Cabe aqui abordar o conceito de “territorialização”, definido pelo autor.¹⁵⁷

A consolidação das alianças com os povos ocorreu especificamente a partir do aldeamento indígena. Como visto, tanto para os agentes coloniais quanto para os indígenas aldeados, as aldeias tinham significados distintos, variando entre a sobrevivência e a própria resistência dos povos indígenas. A criação desse sistema gerou o primeiro processo de territorialização, uma vez que os povos aldeados construía uma “coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais”.¹⁵⁸ Para isso, três momentos distintos de mistura foram vivenciados pelos indígenas, a primeira ocorreu ainda no século XVI com a criação dos aldeamentos, na medida em que diferentes povos foram reunidos nesses espaços; a segunda no século XVIII através das mudanças com o Diretório dos Índios; e a terceira no século XIX, com a extinção dos aldeamentos.¹⁵⁹

A mistura de povos de expressões socioculturais diferentes em um mesmo aldeamento já ocorria antes mesmo da invasão holandesa, quando alguns deles foram reorganizados em aldeamentos já existentes. O aldeamento de São Miguel de Muçuí, localizado a duas léguas de Igarassu (aproximadamente doze quilômetros) e sete de Olinda (42 quilômetros), reunia populações Tabajara e Potiguara em 1623. Alguns anos mais tarde, o jesuíta Manoel de Moraes informou que nesse aldeamento viviam “índios potiguaras e tabajaras, os primeiros capitaneados por Felipe Camarão, os segundos por Estevão, chamado em tupi Tebu, seiscentos habitantes no total, do qual 170 ‘bons mosqueteiros’”.¹⁶⁰

Esta prática apenas se intensificou com os anos. Em uma consulta de 1691, o Conselho Ultramarino informou ao Rei sobre ordens ao bispo D. Matias de Figueiredo e

¹⁵⁷ OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma etnologia dos “índios misturados”?* Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004, p. 25.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 24.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 25-26.

¹⁶⁰ VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 30 e 73.

Melo. Se pedia a redução do número dos aldeamentos existentes em Pernambuco. Na carta, tanto o bispo quanto os conselheiros, aconselhavam o Rei que essa seria a melhor decisão, justificando que “sendo menor o número dellaz serão mais bem assistidaz de Missionarios”, a fim de melhor organizar as missões. Não foi citado na carta o número de aldeamentos a serem reorganizados, mas a sugestão era que deveriam ser “reduzidas todas ao número de oito”.¹⁶¹ Em decorrência dessa mistura dos povos em aldeamentos, as populações aldeadas passaram não mais a ser identificadas pelos seus antigos etnônimos.¹⁶²

Com a Guerra de Resistência (1630-1637) em curso, alguns aldeamentos foram esvaziados para impossibilitar que os invasores robustecessem suas forças através das alianças com os indígenas. Como foi visto no caso Potiguara, os indígenas “barganhavam as suas alianças com quem lhes fosse mais conveniente”.¹⁶³ Em 1635, os padres responsáveis pelos aldeamentos seguiram conduzindo os indígenas para Alagoas, para impossibilitar que os aldeamentos servissem aos holandeses:

Sabiam, pelo conhecimento experimental que deles (índios) tinham que os que ficassem se transformariam em soldados do inimigo e perderiam a fé, a qual faltava ainda o vínculo da tradição. Decidiu-se que os índios se retirariam para Alagoas, tática de bons resultados sempre, em todas as guerras, fazer o vácuo à roda do inimigo, mais necessário no caso destes índios, ainda estão com ideia rudimentar de pátria, limitada apenas à própria aldeia, e esta ainda assim móvel.¹⁶⁴

Seguiram, então, com mais de cinco mil indígenas, o árduo caminho por “bosques desertos em grande constância e imensos trabalhos, fomes e doenças” até chegarem às Alagoas, provocando ainda mais misturas entre os povos aldeados.¹⁶⁵ Contudo, nem sempre esse processo se dava através de uma imposição aos ameríndios. Nesse exemplo citado, a atuação das lideranças indígenas foi crucial para a permanência dos indígenas como aliados. Para isso, a administração colonial concedia aos líderes mercês,

¹⁶¹ “CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre as ordens passadas ao Bispo de Pernambuco, [D. Matias de Figueiredo e Melo], acerca das aldeias dos índios da dita capitania.” AHU_CU_015, Cx. 15, D. 1538.

¹⁶² Na lista de aldeamentos existentes em Pernambuco do século XVIII, presente no volume 28 dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vários abrigando “caboclos de língua geral”, como a aldeia Nossa Senhora da Escada, em Ipojuca. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 28, 1906, p. 419.

¹⁶³ SILVA, Geyza Kelly. Op. cit., 2004, p. 90.

¹⁶⁴ 09/01/1636 Carta de Sebastião Dias, capitão de índios potiguara ao rei apud SILVA, Geyza Kelly. Op. cit., 2004, p. 90.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

procurando fortalecer ainda mais as alianças com os povos nativos. O primeiro indígena condecorado com uma mercê foi Antônio Felipe Camarão, em 1633, que recebeu o hábito da Ordem de Cristo. Acerca dessa concessão, Ronald Raminelli lembra que “na Chancelaria da Ordem de Cristo, não existe processo de habilitação, nem a carta de hábito, nem o alvará para ser armado cavaleiro”, além da dispensa papal também não ter sido localizada, visto que o mesmo tinha defeito mecânico e de sangue. Apesar disso, a comenda foi registrada, o que lhe concedeu o hábito¹⁶⁶. Em carta para Mathias de Albuquerque, naquele momento governador da capitania de Pernambuco, o Rei confirmava a mercê ao indígena e informava os procedimentos para serem seguidos a fim de permitir os indígenas obedientes:

Mathias de Albuquerque amigo eu El-Rei vos envio muito saudar recebeu-se uma carta vossa de vinte de Agosto passado por que me destes conta do trabalho, que custa conservar os índios dessa Capitania obedientes, e quietos, e que para o fazer use o meio mandar, que se lhe deem algumas mercadorias, como pano de linho, pentes, facas, tesouras, espelhos e veleiros e outras cousas semelhantes com que se obriguem a assistir na guerra, e que eu mande honrar com brevidade ao índio principal, que vos assiste, que se chama Antônio Felipe Camarão de Nação Petigar, e todos os Índios dessa Capitania, e os demais até a Serra (Ceará) respeitam, e serve desde o princípio da guerra na instância mais arriscada, e junto a inimigos Pelejando com todas as ocasiões com muito valor, é bom Cristão, e seus procedimentos, e serviços hei por bem díe lhe fazer mercê do habito da Ordem de Cristo com quarenta mil reis de rendas, e que se lhe passe Patente de Capitão-mor dos índios Petigares com outros quarenta mil reis de soldo pagos no Almojarifado dessa Capitania, e se lhe dê um brasão de Armas de que tudo o avisareis para que para o por sua parte se acuda a tirar os despachos, e para os mais índios tenho mandado se envie o mais que puder das cousas que apontais para que estejam gratos, e açudam a meu Serviço como convém [...].¹⁶⁷

Essa forma de pagamento aos indígenas, característico desde os primeiros contatos, não muda ao longo das décadas seguintes. O aldeamento indígena era autossuficiente: produzia sustento a partir das terras que lhes são concedidas, valendo isso também para os religiosos, administrando o salário recebido pelos aldeados e disso

¹⁶⁶ A concessão do hábito certamente visava a preservação das alianças firmadas durante o governo dos Habsburgos, o que fez D. João IV confirmar as mercês sem as devidas portarias, provisões e registros na Chancelaria. RAMINELLI, Ronald J. “Nobreza indígena – os chefes potiguares, 1633-1695”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 63.

¹⁶⁷ Carta de sua Majestade escrita a Mathias de Albuquerque sobre os índios e Camarão. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (a partir de agora DHBN), vol. 16, Rio de Janeiro, 1930, p. 466.

tirava seu sustento (a principal e mais eficaz fonte de renda) e de contribuições dos moradores da capitania onde estivesse inserido (isso quando ocorria). Essas eram as principais fontes que custeavam o bem-estar financeiro dos padres. Nos aldeamentos os administradores ensinavam muitos empregos aos indígenas, com destaque para o agricultor. Muitas vezes as dificuldades financeiras desagradavam os missionários, somando-se a outros problemas surgidos nos aldeamentos, como a catequese de pessoas já adultas, a abrupta mudança da rotina a qual eram acostumados antes de se tornarem administradores, os muitos conflitos com colonos, o medo de ataques ou revoltas nos aldeamentos (que não eram raras), entre outras adversidades.¹⁶⁸

A estratégia de deslocamento deu certo. Embora alguns aldeamentos tenham sido atacados nas Alagoas pelos batavos – como aconteceu com a aldeia do Una em 1636, sendo bastante arrasada, não sobrando “nem mesmo a própria igreja, que deixaram saqueada e bastante danificada”¹⁶⁹ –, os aldeamentos continuaram servindo aos lusitanos, e nas décadas seguintes outros deles seriam construídos. Juntamente com os Potiguara liderados pelos Camarão, os Tabajara, liderados pelos Arcoverde, também permaneceram ao lado dos portugueses, participando do terço de Camarão e cooperando na resistência aos invasores batavos.¹⁷⁰ Com o final da guerra, em 1654, a capitania de Pernambuco enfrentou os impactos do conflito, ficando bastante devastada. Os aldeamentos indígenas permaneceram em volta dos povoamentos e dos engenhos, mas os povos não Tupi interiorizam-se em direção aos sertões. Posteriormente, muitos desses povos entraram em guerra contra os colonos, conflitos ocorridos na segunda metade do século XVII, quando a expansão das fronteiras coloniais rumou ao Oeste, e adentram nos sertões das Capitânicas do Norte do Estado do Brasil, período conhecido como a “Guerra dos Bárbaros”.¹⁷¹

¹⁶⁸ Para mais informações sobre o trabalho indígena, cf. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Op., cit., 2013. O próprio discurso de garantia de terras e liberdade aos indígenas acompanhava as propostas de descimento. Para isso, cf. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Op. cit., 1992, p. 118.

¹⁶⁹ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Op. cit., vol. 3, 1952, p. 53.

¹⁷⁰ Posteriormente, os Arcoverde se alternariam com os Camarão na liderança do terço indígena, assunto que será tratado no segundo capítulo. Geyza Kelly listou os indígenas dos povos que conseguiram patentes militares no século XVII e início do XVIII. Ver: SILVA, Geyza Kelly Alves da. Op. cit., 2004, p. 116.

¹⁷¹ Nas últimas duas décadas a historiografia brasileira vem problematizando o uso desse termo, pois além de ser etnocêntrico, enfatiza uma ideia equivocada sobre o ocorrido durante a os anos que correspondendo a segunda metade do século XVII e às primeiras décadas do XVIII. Ou seja, a chamada “Guerra dos

Outro foco de conflitos dessa expansão foi a guerra contra Palmares, tema da nossa pesquisa. Organizada especificamente a partir de 1660, as expedições enviadas para destruir os vários mocambos – fortalecidos durante a ocupação holandesa – contaram com grandes contingentes indígenas, arregimentados dos aldeamentos espalhados pela capitania, alguns dos quais localizados nas fronteiras de Palmares. No Norte de Pernambuco, identificamos os seguintes aldeamentos:

QUADRO 1: Aldeamentos indígenas existentes na capitania de Pernambuco (1660)¹⁷²

Nome do aldeamento	Local de estabelecimento	Povo inicialmente aldeado
Aldeia Acaiuiba.	Localizada às margens do rio Tracunhaém.	Provavelmente Tabajara.
Aldeia de Acajuapáie.	Localizada às margens do rio Capibaribe, no litoral.	Provavelmente Tabajara.
Aldeia Itapicirica.	Localizada dentro dos limites da bacia hidrográfica do rio Goiana, provavelmente onde hoje se situa a cidade de Condado.	Provavelmente Tabajara.
Aldeia Santo Antão	Localizada na margem do rio Ipojuca.	Provavelmente Caeté.

Bárbaros” sugerindo uma guerra entre os indígenas “confederados” contra a expansão da sociedade colonial. No entanto, vários conflitos distintos ocorreram nesse período mencionado, seja em tempo ou nos povos nativos envolvidos. Para uma análise geral das guerras travadas nesse período, cf.: PUNTONI, Pedro. Op. cit., 2002.

¹⁷² Mapeamos também os aldeamentos localizados próximos aos rios Tracunhaém e Goiana, na capitania de Itamaracá, visto que a região era bastante influenciada pela política de Pernambuco, além dos aldeamentos instalados naquela região servirem para a defesa das vilas e engenhos da capitania. Para a elaboração do quadro, comparamos diferentes tipos de fontes, como o relatório de Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX, as informações do padre Manuel de Moraes e os mapas produzidos por George Marcgraf (1647) e Andreas Antonius Orazi (1698). Embora Manuel de Moraes, Marcgraf e Van der Dussen tenham elaborado relatos em períodos anteriores a 1660, o mapa feito por Orazi, em 1698, confirmou que os aldeamentos ainda continuavam existindo, quase todos na mesma região e com o mesmo nome. Sobre a etnia aldeada, nos orientamos pelas descrições feitas sobre o povo predominante na região. Por fim, usamos também os verbetes contidos na Coleção Levy Pereira, disponível através do site intitulado *Atlas da América Digital Lusa*. Para consultar o mapeamento de e os citados verbetes, acessar: <<http://lhs.unb.br/atlas/In%C3%ADcio>>; para conferir o mapa de Andreas Antonius Orazi, ver: <<https://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/workspace/handleMediaPlayer?qvq=&trs=&mi=&lunaMediaId=JCBMAPS~1~1~2057~107780002>>; para as informações passadas por Manuel de Moraes, cf.: VAINFAS, Ronaldo. Op. cit., 2008, p. 73-74; sobre o relatório de Van der Dussen, cf.: Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit., 2004, p. 185.

Aldeia S. João de Carrese.	Localizada na margem do rio Goiana, próximo da vila de Goiana.	Potiguara e Tabajara.
Aldeia Nossa Senhora de Escada.	Localizada às margens do rio Ipojuca.	Caeté.
Aldeia São Sebastião.	Localizado na área estuária do rio Una.	Caeté e Tabajara.
Aldeia São Miguel.	Próximo ao Engenho Aldeia, nos limites da atual cidade de Paudalho.	Tabajara e Potiguara.
Aldeia Tabuçurana.	Localizada às margens do rio Itapirema, nos limites da atual cidade de Itaquitinga.	Provavelmente Tabajara.
Aldeia Tapiuruçu	Localizada na margem do rio Tapiuruçu.	Provavelmente Caeté.

O Mapa 1 apresenta a localização dos aldeamentos identificados no Quadro 1.

Mapa 1: Aldeamentos indígenas existentes na capitania de Pernambuco (1660).



Fonte: Mapa produzido a partir das fontes consultadas para a produção do Quadro 1.

Os aldeamentos eram localizados próximos aos povoados e engenhos, e como pode-se observar no Quadro 1, na margem de rios. Embora a área de maior concentração da produção açucareira estivesse no Norte de Pernambuco, os principais mocambos de Palmares estavam localizados na parte Sul, região menos habitada, assunto que será tratado no próximo tópico. Os aldeamentos eram localizados próximos aos povoados e engenhos, e como pode-se observar no quadro, na margem de rios.

1.2 As “alagoas” de Pernambuco: colonização da parte Sul e a região de Palmares.

Grande parte do Sul da capitania de Pernambuco correspondia sobretudo à região que hoje constitui o estado de Alagoas. Apesar de não ter sido, nos séculos iniciais pelo menos, caracterizado pela produção açucareira em larga escala, o território era fundamental para a estabilidade econômica de toda capitania porque lá foram desenvolvidas principalmente atividades vinculadas à produção de alimentos e à pecuária. Sua importância não se devia apenas por ser uma região de abastecimento, mas também pelo progressivo sucesso na fabricação de açúcar, visto que em 1639 já existiam 16 engenhos na região, nove em funcionamento.¹⁷³

O termo “alagoas” é usado como referência ao lugar desde o início do período colonial, advindo das várias lagoas que compunham a região Sul de Pernambuco, dentre as quais a Mundaú e Manguada. A expressão era bastante comum no vocabulário português do período, como podemos observamos nas várias expressões “alagoas” usadas por Gabriel Soares de Sousa em livro *Tratado descritivo do Brasil*.¹⁷⁴ A região de Alagoas era habitada especialmente pelos indígenas Caeté, espalhados por todo o litoral Norte e Sul. A chegada dos europeus se deu nas primeiras décadas do século XVI, e os franceses se destacaram nesse processo. Ocuparam tão intensamente o litoral dessa região que “por dilatado período, dominaram o escambo com os indígenas”.¹⁷⁵ A prática

¹⁷³ “Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit., 2004, p. 160-63.

¹⁷⁴ BRANDÃO, Francisco Henrique Moreno. *História de Alagoas*. – Penedo, Alagoas: Artes Gráficas. Typ. e Pautação, 1909, p. 3. Gabriel Soares de Sousa, ao descrever a paisagem do interior de Ilhéus, descreveu que nela “acharam alagoas e riachos”, para dar apenas um exemplo. SOUSA, Gabriel Soares de. Op. cit., 2010, p. 77.

¹⁷⁵ BRANDÃO, Werther. Os franceses em alagoas no século XVI. In: *Revista do Instituto Histórico de Alagoas*, v. 34, p. 11-56, Maceió, IHGAL, 1978, p. 48.

do escambo já foi abordada no tópico anterior, mas salientamos novamente a intensa ocupação dos franceses no território para entender o povoamento de Alagoas.

A presença de franceses era tão generalizada no Sul de Alagoas que existiam três pontos de exportação do pau-brasil: o Porto dos Franceses e Porto Novo dos Franceses, localizada na atual praia de Pituba, no município de Coruripe; e o Porto Velho dos Franceses, no atual município de Marechal Deodoro. A intensa presença deles pode ser explicada por fatores como o sucesso no estabelecimento dos contatos amistosos com os indígenas, na abundância de pau-brasil e na pouca presença dos portugueses na região.¹⁷⁶

Por causa da forte possibilidade de perder o território para os franceses, a expansão para o Sul da capitania ocorreu ainda durante o governo de Duarte Coelho (1535-1554). Nesse período, além das incursões contra os invasores, ocorreu também uma intensificação dos conflitos contra os nativos. O estopim para uma guerra efetiva contra os Caeté foi a morte do bispo Pero Fernandes Sardinha, sendo usado como justificativa da guerra justa que resultando na conquista do território pelos lusos. O bispo foi supostamente capturado quando seguia para Portugal em uma nau que naufragou na foz do rio Coruripe, “com toda a mais gente que nela ia, [...] que por todos eram mais de cem pessoas, os quais, posto que escaparam do naufrágio com vida, não escaparam da mão do gentio Caeté que naquele tempo senhoreava aquela costa”.¹⁷⁷

A reação colonial veio logo sem seguida. Em 1662 foi declarada a guerra justa contra os Caeté; entre 1560 e 1571 muitos deles pereceram por causa das guerras ou surtos epidêmicos, tendo também vários deles fugido para o interior em direção ao rio São Francisco.¹⁷⁸ Uma vez que a aliança com um determinado povo nativo era indispensável para fazer qualquer conflito contra outro, na parte Sul da capitania não foi diferente. Os Caeté que se aliaram aos lusitanos foram aldeados, garantindo sua sobrevivência. Para os colonos, manter aldeamentos próximos era importante para obtenção da mão de obra indígena e para fins defensivos, tendo o aldeamento uma

¹⁷⁶ DUARTE, Abelardo. Os primórdios do povoamento de Alagoas. In: RIHGAL, v. 25, p. 7-33, Maceió, Imprensa Oficial, 1947, p. 8.

¹⁷⁷ SALVADOR, Frei Vicente do. Op. cit., 1918, p. 156-157.

¹⁷⁸ HEMMING, John. Op. cit., p. 132-133.

função de proteção contra os ataques de indígenas habitantes no interior, servindo como uma espécie de muralha.¹⁷⁹

Mesmo tendo conquistado a região e submetido os nativos, o avanço da ocupação de Alagoas seguiu a passos lentos em comparação à região Norte, na qual algumas vilas já tinham sido fundadas há décadas. O povoamento da região iniciou após as expedições de Jerônimo de Albuquerque, que doou uma sesmaria para Cristóvão Lins numa área estendendo-se pelo atual Norte do território alagoano. Entre 1575 e 1585, os primeiros engenhos começaram a ser construídos, sendo eles Buenos Aires e Escurial, estabelecidos respectivamente nos limites dos atuais municípios Matriz de Camaragibe e Porto Calvo.¹⁸⁰

A expansão da ocupação seguiu em direção ao Sul do território alagoano, efetivando a conquista ao mesmo passo que a doação de sesmarias foi possibilitando a construção de mais engenhos e dos primeiros povoados. O povoado que originou a Penedo foi construído por volta de 1560, seguido por Porto Calvo, em 1590, e Alagoas do Sul, em 1591. Esses foram os povoados mais populosos e importantes da região Sul nessa fase inicial da colonização, sendo elevados à condição de vila em 1636.¹⁸¹ A localização desses povoados tinha caráter estratégico, sendo construídos próximos a lagoas e rios, pois:

Os rios não eram somente os vales férteis, através de cujas margens os canaviais gostosamente se estendiam, como se estendem ainda hoje; eram também os caminhos, por onde as canoas ou as barcaças navegavam, fazendo o comércio do açúcar. E até as próprias barcaças se construíam tendo como referência de tamanho o número de sacos ou de caixas de açúcar que pudessem conduzir.¹⁸²

Mas esses rios também causavam problemas aos canaviais e outras plantações, especialmente em tempos de cheia, pois a região era bastante serrana. Ao mesmo tempo em que o povoamento crescia em Alagoas, a destruição da Mata Atlântica era intensificada, isso sendo “o grande destruidor das árvores; o derrubador das matas à cata

¹⁷⁹ Estratégia também usada na capitania do Rio de Janeiro logo após sua conquista, quando os aldeamentos eram criados no litoral para defender a região. Ver: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Op. cit., 2013, p. 108.

¹⁸⁰ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional*. – 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 50-51.

¹⁸¹ Ibidem, p. 47-83.

¹⁸² Ibidem, p. 45.

de madeira para suas fornalhas, para suas construções. Consumo de lenha que prejudicava o equilíbrio ecológico”.¹⁸³

As matas da região Sul eram densas, constituídas por diversos tipos de árvores diferentes. Em todo litoral encontrava-se o pau-brasil com muita abundância, e a extração dessa árvore se tornou uma atividade econômica bastante importante para a região. No século XVII, o acentuado desmatamento da Mata Atlântica seguiu estável, mas deixou de ser a atividade mais lucrativa por causa da instalação dos engenhos. Em 1630 o secretário conselheiro da Companhia das Índias Ocidentais, Adrien van der Dussen, destacou essa informação em seu relatório, afirmando que o pau-brasil “é a fonte de renda que se segue ao açúcar” e que a mata se estendia para o interior em 12 milhas, sendo uma árvore escassa nessa região, não formando “bosques, achando-se, nas matas fechadas, uma árvore aqui outra ali”.¹⁸⁴

Desde o início da colonização, o corte e o transporte do pau-brasil eram realizados principalmente por indígenas, mas após as guerras de conquista e a disseminação de doenças, o contingente de ameríndios diminuiu bastante. De toda forma, os indígenas ainda continuaram sendo empregados nessa atividade depois que os primeiros aldeamentos foram construídos, embora houvesse “grande falta de índios nas Aldeias dos padres”.¹⁸⁵ Como a atividade era extremamente lucrativa em Pernambuco, o conselheiro do Conselho da Fazenda, em carta para o Rei em 1625, afirmava não ser conveniente ceder o direito do corte do pau-brasil aos jesuítas, pois havia “grande falta de índios nas aldeias dos padres” e muitos moradores que “disso ganham sua vida”, retiravam seu sustento desta atividade, “valendo-se alguns de índios a que pagam seu trabalho, e outros que a maior parte de negros de Angola que para esse efeito compram”. Informando também que a maior parte do pau-brasil que seguiria para o reino “sai da

¹⁸³ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Op. cit., 2006, p. 48.

¹⁸⁴ “Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo senhor Adrien van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit., 2004, p. 142-163.

¹⁸⁵ “Carta do [conselheiro do Conselho da Fazenda], D. Luís de Sousa, ao rei [D. Filipe III], sobre não ser conveniente ao serviço real ceder aos jesuítas o direito de administração do contrato do pau-brasil na capitania de Pernambuco, por não terem índios suficientes e por existir um grande número de moradores que desta atividade retiram o próprio sustento.” AHU_CU_015, Cx. 2, D. 113.

capitania de Pernambuco”, como meio para consolidar o seu argumento e querendo evidenciando que apenas os indígenas nessa atividade não seriam suficientes.¹⁸⁶

A partir das informações dessa carta, deduzimos que em comparação ao Norte da capitania, as guerras de conquista em Alagoas proporcionaram resultados ainda mais severos para os indígenas, devido a fatores como o pouco número de nativos no corte das árvores, o que também é evidenciado pela ausência de muitos aldeamentos no início do século XVII. No seu relatório, Adriaen van der Dussen menciona, sem muitos detalhes, apenas duas aldeias em 1640, uma “em Una” e outra “em Alagoas”.¹⁸⁷ No ano seguinte, Adrien van Bullestraten afirmou que Alagoas estava quase despovoada, por causa da guerra. Considerando que o primeiro aldeamento citado por Adriaen van der Dussen tenha sido a aldeia do Una, talvez o segundo pudesse ter sido a aldeia de Santo Amaro, construída entre 1602 e 1614 e localizada próxima a lagoa Manguaba¹⁸⁸, ou a aldeia dos Ananases, erigida antes de 1660 e situada entre o sertão de Sirinhaém e o Norte de Alagoas, região de maior produção açucareira.¹⁸⁹

Em outros documentos, no entanto, os relatos sobre o número de indígenas que viviam na região não são subestimados. As fontes que informam acerca da formação dos primeiros mocambos em Palmares ressaltaram a importância da ação das aldeias no fornecimento de guerreiros para barrar ataques ou destruir os mocambos. Uma delas é a *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador, informando existir um mocambo no sertão da vila de Sirinhaém no início do século XVII, tendo sido destruído por um ataque liderado pelo líder potiguara Zorobabé, famoso pela participação nas guerras de conquista da capitania da Paraíba. A incursão matou “muitos e [...] levou alguns que foi vendendo pelo caminho para comprar uma bandeira de campo, tambor, cavalo e vestidos, com que entrasse triunfante na sua terra”. O religioso também informou que os negros tinham medos dos indígenas por capturá-los e leva-los de volta aos seus senhores. Este

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit., 2004, p. 185. Para os engenhos em Alagoas nesse período, ver MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit., 2012, p. 134-144.

¹⁸⁸ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Op. cit., 2006, p. 72.

¹⁸⁹ “Escreveu ao mesmo [governador-geral do Brasil] sobre os negros dos Palmares, e sobre os índios que foram povoar a aldeia dos Ananases.” 23 de março de 1661, AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 49. Agradeço a Felipe Aguiar Damasceno por essa documentação.

mocambo já existia entre 1602 e 1608, quando Diogo Botelho foi governador-geral do Estado do Brasil.¹⁹⁰

Outro documento evidenciando a participação dos indígenas na defesa do território contra os *palmaristas* foi escrito pelo padre Pero Rodrigues, em 1597, que destacou a importância em ter os indígenas por perto, pois os aldeamentos serviam como “escudo, muro e baluarte dos portugueses contra todos os inimigos”.¹⁹¹ É possível inferir, portanto, que o número de aldeamentos indígenas em Alagoas do início do século XVII provavelmente era maior do que apenas os três mencionados, estando em processo inicial de sua formação, visto que as fontes apontam apenas “aldeias”, sem uma maior referência. Entre 1601 e 1660, conseguimos identificar os seguintes aldeamentos na região:

Quadro 2: Aldeamentos em Alagoas (1601-1660)¹⁹²

Nome do aldeamento	Local de estabelecimento	Povo aldeado
Aldeia dos Ananases	Nos limites entre Sirinhaém e Porto Calvo.	Potiguara e/ou Tabajara.
Aldeia Mondaí ¹⁹³	Nas margens do rio Mundaú.	Provavelmente Caeté.

¹⁹⁰ SALVADOR, Frei Vicente do. Op. cit., 1918, p. 392-396.

¹⁹¹ “Cópia de uma carta do padre Pero Rodrigues, provincial da Província do Brazil da Companhia de Jesus, para o Padre João Alvares da mesma Companhia: assistente do Padre Geral, 1597”. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ABNRJ)*, v. 20, 1898, p. 255.

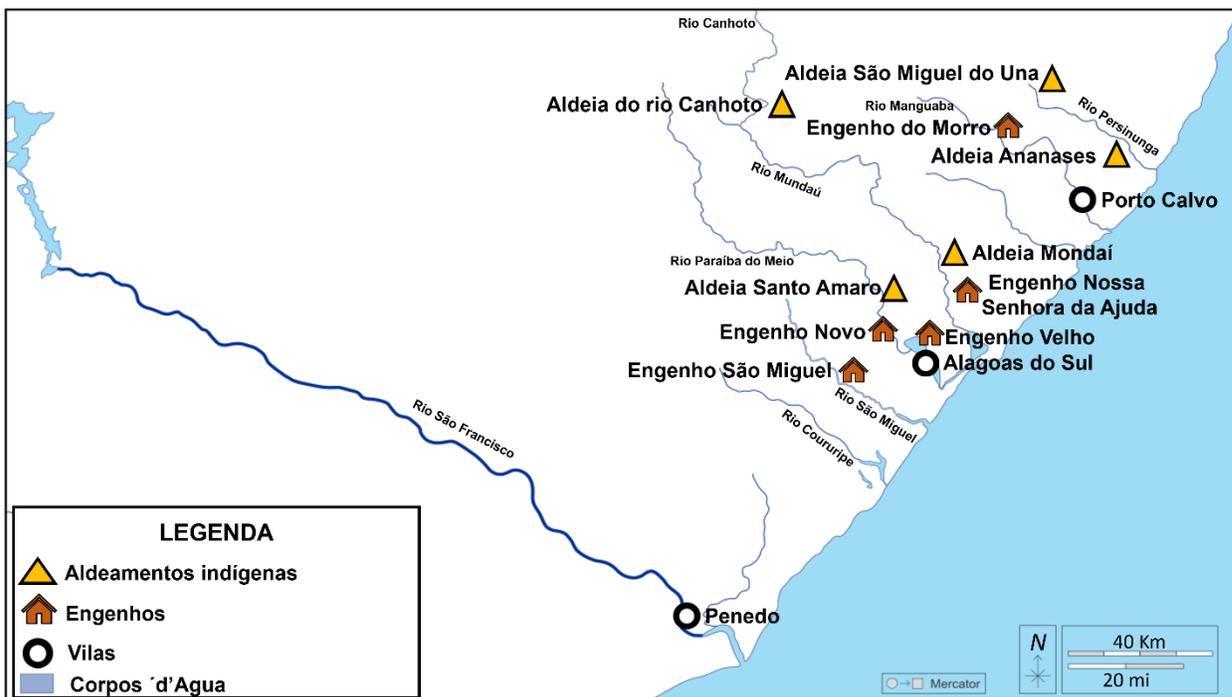
¹⁹² Consultamos fontes e bibliografias diferentes para elaborar o quadro. Para a aldeia dos Ananases, “Escreveu ao mesmo [governador-geral do Brasil] sobre os negros dos Palmares, e sobre os índios que foram povoar a aldeia dos Ananases.” 23 de março de 1661, AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 49; Para a aldeia Mondaí, examinamos o mapa *Brasília Qua Parte Paret Belgis*, disponível na coleção Levy Pereira, disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/Cole%C3%A7%C3%A3o_Levy_Pereira>, e o verbete específico: PEREIRA, Levy. “Mondaí (aldeia de índios)”. In: *BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa*. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Monda%C4%A9_\(aldeia_de_%C3%ADndios\)](http://lhs.unb.br/atlas/Monda%C4%A9_(aldeia_de_%C3%ADndios)). Data de acesso: 19 de outubro de 2020; para a aldeia Santo Amaro, ver: DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Op. cit., 2006, p. 74; por fim, para a localização da aldeia São Miguel do Una, ver: FERREIRA, Lorena de Mello. *São Miguel de Barreiros: uma aldeia indígena no Império*. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006, p. 13.

¹⁹³ A aldeia Mondaí também é mencionada no relatório de Johannes van Walbeeck e Hendrick de Moucheron, respectivamente assessor e diretor do distrito de Alagoas, informando que a aldeia era composta por “dez ou doze família de brasileiros [tupis]”, e que iria ser desfeita para agregar sua população à aldeia Santo Amaro, o que não ocorreu. O relatório foi entregue ao Alto Conselho da Companhia das Índias Ocidentais (WIC - *West-Indische Compagnie*) em 1643. “Relatório sobre o Estado das Alagoas por J. van Walbeeck e H. de Moucheron (1643)”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Vol. 2: A economia açucareira. MEC/SPHAN/Fundação Pró-memória. Recife, 1985, p. 130.

Aldeia Santo Amaro	Nas margens do rio Paraíba.	Caeté e/ou Tabajara.
Aldeia São Miguel do Una.	Erigida inicialmente ao Sul do rio Una, mas posteriormente transferida para as margens do rio Pernisunga.	Caeté e/ou Tabajara.

O Mapa 2 apresenta a localização dos aldeamentos identificados no Quadro 2.

Mapa 2: Aldeamentos em Alagoas (1601-1660).



Fonte: Mapa produzido a partir das fontes consultadas para a produção do Quadro 2.¹⁹⁴

Com a expulsão dos holandeses e a ampliação do Quilombo dos Palmares, o número de aldeamentos aumentou nas décadas seguintes¹⁹⁵, aparecendo vários deles no interior de Alagoas, efetivando a estratégia da administração portuguesa que consistia em usá-los como barreiras aos ataques dos palmaristas, prática bastante recorrente até

¹⁹⁴ As aldeias Urucú, Jacuípe e Orundú foram construídas depois de 1660, por isso não estão identificadas no Quadro 2 e no Mapa 2.

¹⁹⁵ A maior parte dessas aldeias aparecem sem nome na documentação, escritos apenas como “aldeias”, dificultando sua identificação. No capítulo seguinte faremos uma melhor apresentação dessas fontes, quando analisaremos a estratégia em pôr aldeamentos como barreiras para evitar incursões dos palmaristas.

o final da guerra contra Palmares nessa região. Exemplo disso é a ordem dada por Aires de Sousa de Castro, governador de Pernambuco entre 1678 e 1682, para o capitão D. João Camarão acerca da construção de uma aldeia em 1680 pelo Terço de Camarão, erigida “entre o rio do Canhoto e Mundaú, ou donde parecer mais conveniente”¹⁹⁶. Com o fim da guerra, muitas dessas aldeias serão melhor identificadas, algumas recebendo terras como recompensa aos serviços prestados na guerra, ocorrendo também a união de populações espalhadas e a formação de novos aldeamentos, como ocorreu com a aldeia Urucú, Palmeira dos Índios, Limoeiro, entre outras.¹⁹⁷

Esses aldeamentos foram construídos nas regiões fronteiriças das áreas continuamente atacadas pelos palmaristas, por sua vez áreas de maior atividade econômica. Como citamos, na região de Alagoas a agricultura e a pecuária foram atividades bastante desenvolvidas. Os engenhos e os canaviais estavam centrados no Norte, próximos a Porto Calvo, devido a fatores como solo e clima mais propícios. Em 1655, existiam 16 engenhos na região, dos quais apenas 9 moíam, estando situados principalmente entre os rios Camaragibe, Mundaú e o Paraíba.¹⁹⁸

As plantações de gêneros alimentícios e a pecuária foram mais desenvolvidas no Centro-Sul de Alagoas, fazendo com que esse território se tornasse um importante centro de abastecimento de toda capitania. Esse aspecto foi ressaltado no relatório de Adrien Verdonck, em 1630. O autor informou que os habitantes viviam especialmente da criação de gado, pois essa região tinha excelentes pastos, havendo ali “grande quantidade de bois e vacas”. Verdonck também relatou que a produção de açúcar era baixa, tendo entre os “5 ou 6 engenhos” alguns que não moíam. Por isso “os moradores possuem muito gado, que é a sua principal riqueza e constitui a melhor mercadoria destas terras e com a qual mais se ganha devido à sua rápida multiplicação”. Sobre a produção de alimentos nessa mesma localidade, Verdonck escreveu:

Os moradores plantam ali grande quantidade de mandioca e a maior parte da farinha que vem para Pernambuco é dessa procedência; outrossim planta-se nesse lugar muito fumo e prepara-se considerável porção de peixe seco, que todo é trazido para aqui e prontamente vendido; além

¹⁹⁶ “Ordenou ao governador dos índios fosse situar as aldeias entre o rio do Canhoto e o Mundaú.” 8 de outubro de 1680, AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, t. 1, fls. 363-363v.

¹⁹⁷ Vários aldeamentos em Alagoas são identificados por Clóvis Antunes. Cf. ANTUNES, Clóvis. *Índios de Alagoas: documentário*. Maceió: Governo do Estado, 1984, p. 9-11.

¹⁹⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit., 2012, p. 134-144.

desses víveres produz a terra muitos outros gêneros alimentícios, sem os quais dificilmente poderiam manter-se os seus habitantes, tanto os da cidade como os de fora.¹⁹⁹

É importante salientar que a abordagem anterior está se referindo às principais atividades econômicas praticadas nas regiões de Alagoas, não excluindo que em todo território tenham sido construídos engenhos, plantação de alimentos e a criação de gado. Como visto, os aldeamentos ficavam próximos aos povoados e áreas de produção para oferecer mão de obra e para garantir proteção contra os ataques dos palmaristas.

Uma vez terminada a guerra contra os neerlandeses, o problema que Palmares representavam para o mundo colonial passaria a ser intensamente enfrentado e o esforço para sua destruição torna-se o principal objetivo do governo de Pernambuco nos anos seguintes. Por causa disso, a fim de fortalecer as defesas da região, alguns aldeamentos de regiões próximas foram deslocados para as áreas fronteiriças aos principais focos de ataques dos palmaristas, e outros foram criados.

Ao enviar indígenas para essas áreas, a administração portuguesa visava não apenas a proteção da população nesses locais, como também povoar o chamado sertão através da expansão das forças coloniais e, conseqüentemente, mais uma etapa da conquista do território de Pernambuco. Portanto, entender a região de Palmares e a organização do quilombo é importante para compreensão das estratégias usadas para a conquista da região, como o envio de índios para região, bem como as dificuldades encontradas durante as expedições. Estes serão assuntos abordados no segundo capítulo.

¹⁹⁹ “Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adrien Verdonk, posso me recordar”. Escrita em 20 de maio de 1630. In: MELLO, José Antônio Gonçalves de. Op. cit., 2004, p. 36.

CAPÍTULO 2

O SERTÃO DE PALMARES: MOCAMBOS E O RECRUTAMENTO DOS INDÍGENAS

A Insurreição Pernambucana (1645-1654) deixou a capitania de Pernambuco devastada. Os esforços movidos para a realização dos combates provocaram forte abalo econômico. Assim como na Guerra de Resistência (1630-1637), os anos da também chamada Guerra de Restauração haviam arrasado muitos engenhos e provocado baixas na produção açucareira, além do problema da fuga de escravizados que aproveitaram a instabilidade para fugirem, aumentando a crise dos produtores rurais.²⁰⁰

A crise em seguida foi apenas acentuada nas décadas posteriores, visto que o açúcar também passou a ser produzido em outras colônias da América, a exemplo das Antilhas holandesas, proporcionando considerável concorrência para os portugueses no mercado europeu. Segundo Vera Lúcia Acioli,

Com a restauração pernambucana conseguiram os senhores de engenho reconquistar os seus domínios, mas já achavam-se sufocados por problemas econômicos. Endividaram-se com juros extorsivos dos usuários, enquanto contemplavam uma queda do preço do açúcar, pela concorrência competitiva de outros centros produtores. O dízimo, imposto e cobrado sobre a produção brasileira e sua comercialização, e o único aplicada na colônia, em 1656, rendia a Pernambuco apenas 11:200\$000, quando em tempos anteriores tinham sido arrematados por 24:000\$000 e os da Bahia por 16:000\$000.²⁰¹

Como a crise afetou bastante a economia local, a Coroa lusa passou a interferir intensamente em outras esferas do poder da capitania. Na política local a administração metropolitana fortificou seu poderio, passando a controlá-la unilateralmente sob o argumento de que a retomada de Pernambuco dos invasores foi realizada pelas forças do monarca e de seus vassalos. Dessa forma, a Coroa passou a nomear os governadores da capitania, dotando-os de funções militares, administrativas, civis, judiciárias e

²⁰⁰ Um problema sério durante todo o período de ocupação holandesa, tornando-se o principal motivo para o envio de expedições contra Palmares no governo de Nassau (1637-1644). Nos anos finais do governo holandês em Pernambuco, a fuga dos escravizados continuava muito grande devido a instabilidade provocada pela guerra. Essa realidade só iria diminuir anos depois, com a retomada da estabilidade política a partir, principalmente, na década de 1660. Cf. NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. Op. cit., 2014, p. 88-98.

²⁰¹ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Op. cit., 1997, p. 33-34. Para uma visão mais geral da crise econômica vivida pela capitania de Pernambuco pós-restauração de 1644, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*, Pernambuco, 1666-1715. Editora 34, 2003.

financeiras. Em contrapartida, os herdeiros dos antigos donatários buscavam na justiça sustentar ações contra o monarca, tentando recuperar os direitos perdidos em decorrência da perda do estatuto hereditário da capitania.²⁰²

Além da delicada situação política e econômica, havia também um outro problema: a existência de vários mocambos de negros fugitivos espalhados pelos sertões da capitania, concentrados especialmente nas Alagoas, que faziam vários ataques aos povoados coloniais. Nesse período, o poder dos palmaristas era maior do que aquele enfrentado pelos neerlandeses uma década atrás, pois as guerras entre neerlandeses e tropas luso-brasileiras em disputa por Pernambuco viabilizou o crescimento do Quilombo dos Palmares. Muitos escravizados aproveitaram a situação caótica dos conflitos para fugir em direção às florestas de Palmares. Outro fator que explica esse forte crescimento da população do quilombo foram as poucas investidas holandesas durante o período em que conquistaram Pernambuco.

Por causa disso, logo nos primeiros anos após a restauração pernambucana, incursões dos palmaristas provocaram a administração colonial passasse a enfrentar o problema de Palmares com mais afinco, devido não apenas a reclamações dos moradores, mas também pela estabilidade da produção econômica da capitania, já fragilizada resultante da concorrência estrangeira no negócio do açúcar. Em 1654, duas expedições contra Palmares foram organizadas, a primeira liderada por Brás de Rocha Cardoso, destacado comandante nas guerras contra os neerlandeses. Partindo no final do mesmo ano era composta de 600 homens, entre brancos, negros, indígenas e mamelucos, conseguindo destruir um mocambo. Perdidos na floresta ao tentar seguir o rastro dos palmaristas, os soldados foram acometidos por doenças e passaram fome, forçando-os a retornar. O próprio Brás da Rocha chegou no Recife gravemente

²⁰² COSENTINO, Francisco Carlos Cardoso. "Hierarquia política e poder no Estado do Brasil: o governo-geral e as capitanias, 1654-1681". *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 515-543, jul./dez. 2015, p. 533. Para um maior aprofundamento a respeito de Pernambuco na segunda metade do século XVII, conferir: ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. *Palavra de Rei: Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001; DE MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. Editora 34, 2003.

enfermo.²⁰³ A segunda expedição, que também tinha entre os efetivos um contingente indígena, conseguiu igualmente encontrar os mocambeiros, capturando 100 deles.²⁰⁴

No ano seguinte, o governador Francisco Barreto de Meneses organizou outra expedição, esta liderada por Antônio Jácome Bezerra, fidalgo português, alcaide-mor da vila de Igarassu e coronel da infantaria da ordenança, juntamente com Antônio Dias Cardoso, senhor de engenho que ganhou destaque na guerra contra os neerlandeses. O resultado do ataque aos palmaristas, na qual foram capturados 200 deles, agradou o governador-geral Jerônimo de Ataíde, que escreveu a Francisco Barreto em março de 1655: “muito melhoradas são as novas que V. Sa. me dá da entrada dos Palmares”.²⁰⁵ No mesmo ano, grandes senhores de engenho da Vila de Porto Calvo, como Cristóvão e Sibaldo Lins, Clemente da Rocha Barbosa e José de Barros Pimentel, planejam ataques contra Palmares, organizando incursões particulares, mas sem sucesso no encontro dos palmaristas.²⁰⁶

Embora essas primeiras investidas tenham surtido algum efeito positivo, o impacto a Palmares foi mínimo. As providências planejadas para conter o crescimento do quilombo, bem como as fugas de escravizados em direção aos mocambos, foram sendo efetivadas nos anos finais da década de 1650 e em 1660, quando a primeira grande expedição organizada pelo governador Francisco de Brito Freire, saiu rumo a Palmares.

Como a situação de Palmares era extremamente preocupante, devido as expedições de sucesso relativo e a perpetuação das investidas dos palmaristas aos povoados, não apenas o governo de Pernambuco lidou com o desenrolar do conflito, mas também o governo-geral, responsável por gerir as ações das guerras.²⁰⁷ A partir de 1660, os ataques à Palmares foram sucessivos e demandaram grandes esforços, período em que também identificamos uma maior participação dos indígenas. O Quilombo de

²⁰³ FREITAS, Décio. Op. cit., 1981, p. 77.

²⁰⁴ GOMES, Flávio. *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2019, p. 68.

²⁰⁵ FREITAS, Décio. Op. cit., 1981, p. 77.

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 78; GOMES, Flávio. Op. cit., 2019, p. 68

²⁰⁷ COSENTINO, Francisco Carlos Cardoso. Op. cit., 2015, p. 525. Sobre o ofício do governador-geral e a administração das guerras, ver: ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. *Governança em tempo de guerra: governo geral do Estado do Brasil e a gestão da defesa (1642-1654)*. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014; COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume/FAPEMIG, 2009.

Palmares, contudo, já estava bastante populoso nesse período. Acreditava-se que o quilombo abrigasse algo em torno de 20 mil habitantes, divididos em vários mocambos espalhados pela vastidão da região de Palmares.²⁰⁸ Por isso, antes de analisar as expedições e a participação dos indígenas nela, é importante entender a região de Palmares e a organização sociopolítica do quilombo.

2.1 “Os salteadores dos bosques”²⁰⁹: Palmares e os palmaristas.

O surgimento do Quilombo dos Palmares ainda é algo incerto. Sabe-se que as primeiras repressões aos mocambos existentes na região de Palmares ocorreram no final da década de 1590, mas isso não significou a origem de uma organização sociopolítica coesa e bem articulada. E a inexatidão do surgimento dos primeiros mocambos de Palmares fez com que alguns historiadores divergissem a respeito do surgimento do quilombo. É importante salientar que Palmares não representou no Brasil a primeira experiência de agrupamentos de fugitivos na América portuguesa. Já existiam mocambos em Sergipe e na Bahia, embora não houvesse muitos como em Palmares.²¹⁰

O historiador Ivan Alves Filho afirmou em seu *Memorial dos Palmares* que o quilombo se originou inicialmente entre a divisa dos atuais estados de Alagoas e Sergipe, na faixa contígua do rio São Francisco no final da década de 1590. A hipótese levantada pelo autor não é baseada em uma fonte específica, mas através da análise documental aliada à observação geográfica da região.²¹¹ Como foi abordado anteriormente, a maior parte dos engenhos de Pernambuco centravam-se na parte Norte da capitania. Nas Alagoas, os engenhos estavam próximos às várzeas dos rios Paraíba, Mundaú e Canhoto. Quanto mais ao Sul do território alagoano, menos engenhos existiam, tornando a pecuária e a agricultura atividades predominantes.

No curso do rio São Francisco que servia como divisa entre Alagoas e Sergipe, alguns engenhos moíam cana desde o final do século XVI, e nesse mesmo período foram

²⁰⁸ “RELAÇÃO das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida de 1675 a 1678 (M. S. oferecido pelo Exm. Sr. Conselheiro Drummond)”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), v. 22, 1859, p. 309.

²⁰⁹ ALVES FILHO, Ivan. *Memorial dos Palmares*. 2ª ed. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, Editorial Abaré, 2008, p. 52.

²¹⁰ GOMES, Flávio. Op. cit., 2019, p. 52.

²¹¹ ALVES FILHO, Ivan. Op. cit., p. 29.

registrados alguns ataques de escravos fugitivos sublevados. Como as regiões produtoras são mais populosas, seja em número de escravos ou moradores livres, seguindo tal intuição, o autor defende a ideia que os primeiros mocambos tenham justamente surgido nessa localidade, cujos ocupantes aproveitavam as florestas de Alagoas para se esconder.²¹²

Outros autores afirmaram que a incidência dos primeiros mocambos ocorreu no Sul da capitania de Pernambuco entre 1590 e 1610. Para Edison Carneiro, nos albores do século XVII os primeiros mocambos apareceram na região de Alagoas. Isso porque no governo de Diogo Botelho (governador-geral entre 1602 e 1608) houve uma expedição para destruir agrupamentos de fugitivos. Citando o *Livro que dá razão do Estado do Brasil* (1612), do sargento-mor Diogo de Campos Moreno, ele evidencia a existência de agrupamentos de fugitivos em território alagoano nesse período:

Nesta capitania [Pernambuco], trinta léguas ao sertão, está um sítio entre umas serras, a que chamam os Palmares, ao qual ordinariamente se acolhem, fugindo do trabalho, os escravos... e depois, com assaltos e correrias, que fazem, obrigam os brancos a que os busquem com mão armada, de que sucedem trazerem muitos algumas vezes, porém, tanto que os soltam nos trabalhos, logo se tornam para a mesma parte, não sendo possível extinguir-lhes o fundamento, pelo que não faltam desordens, e queixumes, porque sucede que os insultos, que os vadios cometem, lançam a fama aos dos Palmares, e assim ficam sem castigo.²¹³

O historiador Décio Freitas também definiu o surgimento dos primeiros mocambos de Palmares em Alagoas, especificamente na Serra da Barriga. Como era uma região áspera, montanhosa e de difícil acesso, os primeiros fugitivos encontraram muitos problemas para se instalarem na localidade. No entanto, sem muitas possibilidades de sobrevivência fora do mundo da escravidão, acabaram se adaptando à nova situação.²¹⁴

Ambas as incertezas – localização dos primeiros mocambos e data de origens – proporcionou várias possibilidades a respeito do aparecimento dos quilombos. A partir de um levantamento geral sobre as principais obras sobre Palmares²¹⁵, acreditamos que não

²¹² *Ibidem*, p. 29-30.

²¹³ CARNEIRO, Edison. *Op. cit.*, 2011, p. 24.

²¹⁴ FREITAS, Décio. *Op. cit.*, 1981, p. 16-17.

²¹⁵ A esse respeito, além das já citadas obras de Décio Freitas, Ivan Alves Filho e Edison Carneiro, ver: ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares* (subsídios para sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938; GOMES, Flávio. *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2019; PÉRET, Benjamin. *O Quilombo dos Palmares*. Organização e estudos complementares de Mário Maestri e Robert Ponge. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002;

apenas um foco de resistência escrava tenha surgido no final do século XVI entre as capitanias de Pernambuco e Sergipe, mas pelo menos alguns agrupamentos de fugitivos. Embora escassos, existem alguns relatos de cronistas em torno do mesmo período citando a existência de focos de resistência de fugitivos em regiões distintas. Em 1597, o padre Pero Rodrigues escreveu:

Tem os Portuguezes moradores nestas partes, trez generos de inimigos por mar e por terra, e um só de amigos, e chega a tanto á cêga cobiça, que só aos amigos fazemos guerra, largando o campo aos contrários, e deixando-os cada vez tomar mais força e animo. Os primeiros inimigos, são os negros de Guiné alevantados que estão em algumas serras, donde vem a fazer saltos e dar algum trabalho, e pôde vir tempo em que se atrevam acometter e destruir as fazendas, como fazem seus parentes na ilha de S. Thomé.²¹⁶

Ainda que o religioso se referisse à Bahia na maior parte do texto, relatava também informações gerais sobre o Estado do Brasil. É importante observar o destaque do autor sobre a localidade de onde partiram os “alevantados”: as serras. Portanto, certamente ele estava se referindo a uma região mais interiorana. Outra descrição importante – e posterior – foi do frei Vicente do Salvador no livro *História do Brasil* (1627). Segundo ele, havia no sertão de Sirinhaém “um mocambo ou magote de negros de Guiné fugidos que estavam nos palmares do rio Itapucurú [hoje escrito Tapiruçu, afluente do rio Sirinhaém]”, reprimido durante a administração do mencionado Pedro Botelho.²¹⁷ Um último relato aqui apresentado será o de a carta de Manoel Mascarenhas Homem, capitão-mor da capitania de Pernambuco, escrita em 1603. Nela, Manoel alertava ao governador-geral Diogo Botelho da existência de mocambos em Palmares. Talvez fosse o mesmo relatado por Salvador.²¹⁸

Nesse período, a região de Sirinhaém abrigava alguns engenhos, o que pode explicar a fuga de alguns escravizados para os sertões da região. Esses exemplos demonstram que a incidência de mocambos em áreas diferentes entre o final do século XVI e o alvorecer do XVII na região de Palmares foi algo tangível. Dessa forma, percebe-

²¹⁶ “Cópia de uma carta do padre Pero Rodrigues, provincial da Província do Brazil da Companhia de Jesus, para o Padre João Alvares da mesma Companhia: assistente do Padre Geral, 1597”. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* (ABNRJ), v. 20, 1898, p. 255.

²¹⁷ SALVADOR, Frei Vicente do. Op. cit., 1918, p. 396.

²¹⁸ “Carta de Manuel Mascarenhas Homem [1603]”. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Mocambos de Palmares. Histórias e Fontes* (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010, p. 157.

se que a definição de “Quilombo dos Palmares” fica mais clara: um agrupamento de mocambos localizados em áreas distintas de toda região chamada de “palmares”. A centralização política deles é uma característica de anos seguintes, por motivações que serão abordados posteriormente.

Nessa perspectiva, é necessário explicar os termos “mocambo” e “quilombo”, além da região de Palmares. Para Décio Freitas, mocambo é derivado do termo *munkambu* em *kimbundo*²¹⁹, e foi usado pelos portugueses para designar genericamente todas as povoações dos fugitivos nas matas da América portuguesa.²²⁰ Por sua vez, o vocábulo “quilombo” vem de *kilombo*, também de origem *quimbundo*. *Kilombo* é um termo que tem duas acepções oscilantes. A primeira, e mais recorrente, significando um acampamento militar fortificado, seminômade e eminentemente masculino, comum entre os *Mbangalas*. Entre os *Ovimbundu* (povo que habitava ao Sul do Kwanza²²¹), era também entendido (a) como uma instituição reservada para o treinamento de jovens do sexo masculino para os ritos de passagem para vida adulta; e (b) como um campo de circuncisão na qual os jovens rapazes aprendiam táticas de combate ofensivas e defensivas.²²² A segunda definição está relacionada à união de indivíduos, ideia fortemente difundida “no Congo, Matamba, Ndongo e nos estados Ovimbundo do atual planalto central angolano, onde provavelmente teve sua origem”.²²³

Na América portuguesa, “quilombo” passou a ser usado para designar qualquer comunidade de fugitivos no sentido de acampamento militar. Contudo, lembra Stuart B. Schwartz que até o final do século XVII, o termo ganha força por volta da década de 1690 e torna-se bastante recorrente no século XVIII. Para o historiador, o uso do termo como referência a Palmares não significa necessariamente que todos os aspectos culturais das sociedades *Mbangalas* estivessem presentes entre os agrupamentos dos palmaristas, mas que “quilombo” passou a se referir “àquelas formas políticas de influência imbangala

²¹⁹ Priorizaremos a grafia banto para nomes de etnias ou línguas.

²²⁰ FREITAS, Décio. Op. cit., 1981, p. 16.

²²¹ Maior rio exclusivamente pertencendo ao território da atual Angola.

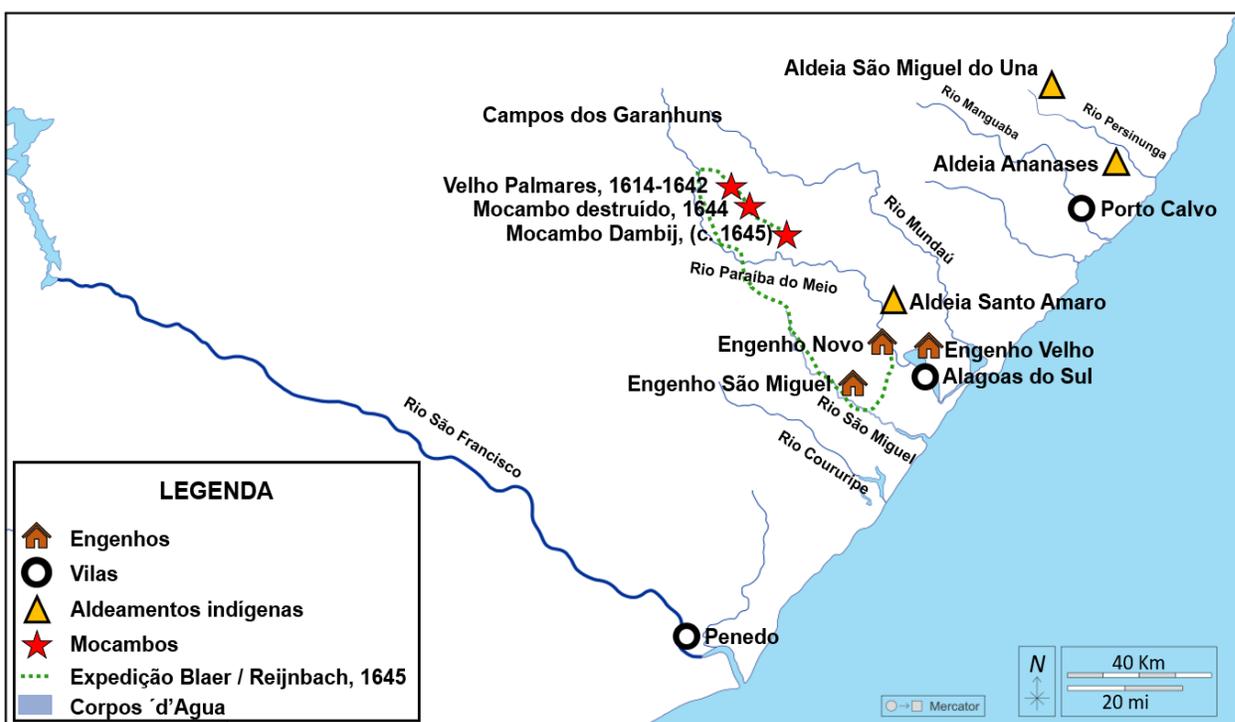
²²² FONSECA, Mariana Bracks. *Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola*. Século XVII. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, SP, 2012, p. 29.

²²³ MACEDO, José Rivair. Jagas, Canibalismo e 'Guerra Preta': os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII. *HISTÓRIA* (SÃO PAULO), v. 32, p. 53-78, 2013, p. 77.

mas não necessariamente sugeria a existência plena da instituição original nem suas práticas rituais”.²²⁴

Como boa parte da historiografia citada já abordou, o Quilombo dos Palmares era formado por vários mocambos localizados em uma vastíssima área que cobria os espaços próximos ao Cabo de Santo Agostinho (atual município de Pernambuco) e se estendia até a zona ao Norte do curso inferior do São Francisco, no atual estado de Alagoas, ficando a maior parte dos mocambos situada na região da Serra da Barriga.²²⁵ É igualmente importante atentar para o fato de que Palmares deve ser entendido através da sua movimentação no espaço-tempo, em contraponto a uma perspectiva que o define como algo estático. Os palmaristas construíam e abandonavam suas habitações dependendo da situação de risco e exposição aos ataques das forças coloniais.²²⁶

MAPA 3: Localização dos mocambos atacados em Pernambuco, c. 1600-1654.



²²⁴ Para uma discussão mais precisa da etimologia da palavra quilombo, ver: SCHWARTZ, Stuart. “Mocambos, quilombos e Palmares”. *Estudos Econômicos*, nº 17 (1987), p. 83-87.

²²⁵ CARNEIRO, Edison. Op. cit., 2011, p. 19.

²²⁶ Sobre essa perspectiva, ver: DAMASCENO, Felipe Aguiar. *A ocupação das terras dos Palmares de Pernambuco (séculos XVII e XVIII)*. Tese (Doutorado em História). UFRJ: Rio de Janeiro, 2018, p. 25.

Fonte: Mapa elaborado através de diversas fontes consultadas na pesquisa.²²⁷

O mapa acima evidenciou os principais mocambos atacados e sua localização entre 1600 e 1654, período no qual a população de Palmares cresceu bastante. Sobre as expedições organizadas pelos portugueses e, posteriormente, holandeses nesse período, grandes adversidades vividas pelos soldados não dizia respeito apenas aos combates contra os palmaristas: achá-los era tarefa difícil. Como bem colocou o historiador Luiz Sávio de Almeida,

Um personagem central, embora oculto, de toda a vida do Quilombo dos Palmares era a mata. Sem ela, praticamente seria impossível manter a resistência e isso nos demonstra que era necessário um ambiente que provesse, pelo menos, duas condições: a) a estratégia e b) o sustento.²²⁸

Adentrar a região de Palmares era tarefa difícil, algo que os mocambeiros passaram a se adaptar com o tempo, providenciando da floresta sua habitação, ferramentas e utensílios diversos e, é claro, sua maior defesa. O próprio nome do quilombo vem das palmeiras, tendo várias espécies nativas dessa árvore (*Rhapis pyramidata*, *Attalea humilis*, *Attalea oleifera* e *Attalea speciosa*) no atual nordeste, existente também na África. Erguidas em meio à mata, a presença abundante de palmeiras serviu para identificar uma ampla região do sertão de Pernambuco, e seu uso pelos palmaristas também marcou o seu modo de vida, pois delas eles tiravam o seu sustento.²²⁹ Décio Freitas resumiu os vários proveitos que os mocambeiros tiravam das palmeiras:

A palmeira que mais utilidade lhes dava era a de variedade nucífera. Apresentava-se com um cáudice que atingia grande altura e considerável grossura. Os frutos cresciam em cachos, tendo cada cacho até cem frutos. Estes tinham o tamanho de um ovo ou pouco mais, adquirindo quando maduros uma cor amarelo-esverdeada. Batida a casca do fruto, aparecia uma polpa que os negros comiam com farinha. A polpa servia ainda para a fabricação de um óleo empregado na iluminação. Do núcleo da polpa extraíam pelo processo da compressão um azeite muito limpo empregado na preparação de alimentos e uma manteiga clara e branca.

²²⁷ O Mapa 3 foi produzido a partir das fontes consultadas para a produção do Quadro 2, além dos engenhos identificados em atividade nessa região por Evaldo Cabral de Melo em MELLO, Evaldo Cabral. Op. cit., 2012, p. 134-144; como também pelo mapa elaborado por Felipe A. Damasceno. Cf. DAMASCENO, Felipe Aguiar. Op. cit., 2018, p. 34.

²²⁸ ALMEIDA, Luiz Sávio. Palmares e dois historiadores alagoanos. In: _____ (org.). *Mata e Palmares nas Alagoas*. – Arapiraca: Edual, 2004, p. 16.

²²⁹ DAMASCENO, Felipe Aguiar. Op. cit., 2018, p. 26; FREITAS, Décio. Op. cit., 1981, p. 45.

Serviam-se da palmeira para fabricar uma espécie de vinho, também uma experiência africana [...]. Com a casca manufacturavam cachimbos e com as folhas cobriam as casas, teciam esteiras, cestos e abanos.²³⁰

Inicialmente obrigados a viverem da caça, pesca e coleta dos furtos e raízes em função do isolamento nas matas, os palmaristas passaram, com o passar do tempo, a desenvolver e diversificar a produção de alimentos graças ao crescimento populacional e adaptação ao meio local. As principais atividades dos palmaristas giravam em torno da criação de animais e da agricultura. Plantavam a mandioca, o feijão-preto, batata-doce e o milho, este último seu principal alimento, bem como alguns tipos de legumes e pomares de frutas. Em termos de defesa, os mocambos eram revestidos de paliçadas, erigidos por paus e piques de madeiras grossas. Em mocambos como Macaco e Subupira, havia também muros de pedras. Os palmaristas complementavam a defesa dos mocambos com diversos tipos de armadilhas, como fossos crivados de estrepes e poucas passagens, estas bastante vigiadas e protegidas.²³¹

Dentre as estratégias de defesa, os palmaristas contavam com fugas para outros mocambos próximos, abandonando suas habitações e plantações até os inimigos desistirem das investidas. Essa tática foi bem-sucedida e serviu durante a maior parte da história do quilombo, mas na medida em que as expedições das forças coloniais se intensificaram, o conhecimento das serras da região de Palmares foi ampliado. Conseqüentemente, os mocambos podiam ser encontrados mais rapidamente, bem como as forças empregadas obtinham bons resultados nas escaramuças.

Como a região de Palmares cobria uma vastíssima região de matas fechadas e muitas serras, o acesso ao território era extremamente difícil, pois além de animais selvagens perigosos (onças, serpentes venenosas), as tropas enfrentavam a fome, o esgotamento físico, além das picadas dos insetos provocando doenças. Em resumo,

A região era montanhosa e difícil – cômoros, colinas, montes, montanhas, rochedos a pique estendiam-se a perder de vista... Vinha desde o planalto de Garanhuns, no sertão de Pernambuco, atravessando várias ramificações dos sistemas orográficos central e oriental, até as Serras Dois Irmãos e do Bananal, no município de Viçosa (Alagoas), compreendendo, entre outras, as Serras do Cafuxi, da Juçara, da

²³⁰ FREITAS, Décio. Op. cit., 1981, p. 46.

²³¹ Ibidem; CARNEIRO, Edison. Op. cit., 2011, p. 20; ALVES FILHO, Ivan. Op. cit., 2008, p. 37-38.

Pesqueira, do Comonati e do Barriga – o “oiteiro do Barriga”, onde se travou a maior parte dos combates pela destruição final de Palmares.²³²

Como observado no mapa 3, os mocambos estavam bastante próximos aos principais pontos de povoamento, não ocorrendo mudanças nas décadas seguintes. Assim como o mocambo instalado nas margens do rio Tapiruçu, o de Amaro ficava tão próximo aos engenhos da região de Sirinhaém que o próprio Domingos Jorge Velho não se sentiu seguro em estabelecer seu acampamento em Tapirabapé, território um pouco ao Sul da vila de Vitória de Santo Antão.²³³ Portanto, a própria ideia de sertão precisa ser discutida. Descritos com certa perplexidade pelos cronistas do século XVI ao XIX, o destaque nos relatos sobre os sertões de Palmares foi justamente a quase impenetrável mata fechada, tornando árduo o percurso para encontrar os mocambeiros. Vejamos alguns exemplos:

E outrossim, ordenou que se fizesse uma entrada pelo sertão dentro aos Palmares, onde estava cópia de negros alevantados de que os moradores desta capitania recebiam dano e opressão pelos muitos roubos e latrocínios que faziam e contínuos assaltos que davam: aquela jornada se fez sem despesa da fazenda de Sua Majestade e dela redundou serem os inimigos desbaratados com dano e perda de muita gente morta e cativa, com que esta capitania ficou livre por ora das insolências desses alevantados.²³⁴

Escrita em 1603 pelo então governador de Pernambuco, o problema apresentado pelos mocambeiros que viviam nos sertões já era bastante preocupante, ou pelo menos essa foi a impressão que o governador procurou evidenciar na carta. Sobre o “sertão dentro aos Palmares”:

É o sítio naturalmente áspero, montanhoso, e agreste, semeado de toda a variedade de árvores conhecidas, e ignotas, com tal espessura, e confusão de ramos, que em muitas partes é impenetrável a toda luz; a diversidade de espinhos, e árvores rasteiras nocivas servem de impedir os passos, e de intrincar os troncos; entre os montes se esprião algumas várzeas fertilíssimas para as plantas; e para a parte do Oeste do sertão dos Palmares se dilatão campos largamente estendidos, porém infrutíferos, e só os para pastos acomodados.²³⁵

²³² CARNEIRO, Edison. Op. cit., 2011, p. 19.

²³³ FREITAS, Décio. Op. cit., 1981, p. 158.

²³⁴ GOMES, Flávio. Op. cit., 2019, p. 50-52.

²³⁵ “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida...” In: *RIHGB*, v. 22, 1859, p. 304-305.

Dessa forma, Palmares era considerado sertão não por causa da distância dos núcleos de povoamento, mas em razão do desconhecido terreno. A ideia de sertão é originária da expressão “desertão”, ou seja, os vazios de súditos da coroa Portuguesa. O significado inicial era de interior, mas ao decorrer do tempo foram atribuídas conotações de região inóspita e sem lei. Nos relatos de alguns cronistas, foi apresentada a ideia de vários sertões, onde cada descrição de sertão tinha características distintas. A mais recorrente delas foi sobre um território vasto e desabitado. Partindo da perspectiva de um local distante do litoral, alguns sertões eram descritos como lugares exóticos e perigosos, habitado pelos indígenas “tapuia”, os inimigos da colonização do interior. Em outros, eram espaços de abundância e promessas de riquezas. O termo era também empregado para nomear lugares anônimos, e uma quarta acepção dizia respeito a espaços habitados por fugitivos, indígenas aldeados ou escravizados.²³⁶

Portanto, o emprego do termo “sertão” em nossa pesquisa foi entendido a partir dessas definições, refletindo o imaginário do mundo colonial, isto é, um espaço ainda não dominado pela administração portuguesa, possuindo sentidos não apenas limitados a uma perspectiva geográfica, mas também a noção cultural e móvel, na medida em que foi se alterando ao decorrer do tempo. Um território visto como “o mundo da desordem e da barbárie”.²³⁷

Embora a maior parte dos habitantes de Palmares fosse composta de escravizados fugitivos das fazendas, engenhos e povoados do mundo colonial, o quilombo era constituído também por indígenas e brancos. Sobre este último, uma evidência era a estratégia de espionagem praticada pelos holandeses durante o período da ocupação em Pernambuco ou o rapto de pessoas brancas para Palmares²³⁸. Escreveu Gaspar Barléus:

Os Palmares são povoações e comunidades de negros. Há dois desses quilombos: os Palmares grandes e os Palmares pequenos. Estes são escondidos no meio das matas, às margens do rio Gungouí, afluente do célebre Paraíba. Distam de Alagoas vinte léguas e da Paraíba, para o norte, seis. Conforme se diz, contam seis mil habitantes; vivendo em choças numerosas, mas de construção ligeira, feitas de ramos e capim.

²³⁶ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. Op. cit., 2010, p. 112.

²³⁷ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Op. cit., 2013, p. 88.

²³⁸ O soldado Antônio Garro da Câmara, que participou da expedição de Manuel Lopes em 1682, mencionou que “algumas mulheres brancas” haviam sido raptadas pelos palmaristas e levadas a Palmares. Cf. CARNEIRO, Edison. Op. cit., 2011, p. 34.

Por trás dessas habitações há hortas e palmares. A êsses palmares se vai margeando a Alagoa do Norte. Certo Bartomeu Lintz vivera entre eles para que, depois de ficar-lhes conhecendo os lugares e o modo de vida, atraísse os antigos companheiros e servisse de chefe da presente expedição.²³⁹

A presença de indígenas em Palmares era bem mais significativa. Vários deles fugiam dos aldeamentos localizados próximos às matas, robustecendo ainda mais o contingente dos mocambos. Situação comum desde os primeiros anos do quilombo, negros e indígenas fugitivos procuravam no inóspito terreno de Palmares sobrevivência e liberdade, resistindo conjuntamente ao mundo colonial, criando redes de solidariedade e formando povos cada vez mais coesos. Em um documento datado de 1612, o problema da fuga de indígenas dos aldeamentos jesuíticos é destacado, na qual eles “logo se vão para o mato” onde

[...] Fazem abomináveis vivendas e ritos, juntando-se com os negros da Guiné também fugidos, do que resultam mortes, furtos escandalosos e violências, motivo pelo qual não se pode atravessar o sertão comodamente de uma parte a outra, nem dilataram-se as povoações pela terra a dentro.²⁴⁰

Alguns relatos de holandeses frisam a existência de indígenas em Palmares, informando quantos deles eram capturados nas incursões aos mocambos. Em fins de 1644, uma expedição organizada por Maurício de Nassau e liderada pelo capitão Rodolfo Baro, saiu com o objetivo de atacar os palmaristas. No percurso, acharam e destruíram o mocambo que denominaram de Palmares Grandes, causando a dispersão da maioria dos palmaristas, causando a morte de 100 deles e a captura de 31, entre os quais sete eram indígenas.²⁴¹

As fugas dos escravizados para as matas continuou sendo constante durante todo o período de existência do quilombo. Em uma carta destinada ao Rei em 1608, essa preocupação é evidenciada:

²³⁹ BARLÉU, Gaspar. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau. – Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940, p. 270.

²⁴⁰ MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá Razão do Estado do Brasil (1612)*, p. 113 apud HEMMING, John. Op. cit., 2007, p. 458.

²⁴¹ FREITAS, Décio. Op. cit., 1981, p. 65; BARLÉU, Gaspar. Op. cit., 1940, p. 304-305. Sobre o aumento da população de Palmares nas suas primeiras décadas, Flávio Gomes levanta algumas hipóteses que explicam o crescimento do número de mocambos. Cf.: GOMES, Flávio. Op. cit., 2019, p. 52.

Não ser necessário a este estado tanto negro de guiné os quais é a maior parte da pobreza dos homens porque tudo gastam na compra deles e quando cuidam tem cinquenta negros que um engenho há mister acham-se com menos da metade porque fogem e metem-se pelos matos, e são tantos que desta maneira andam que fazem aldeias, e andam alevantados e ninguém pode com eles e podem crescer de maneira que custe muito trabalho o desbaratá-los.²⁴²

Nesse mesmo período, alguns colonos criticam o sistema de aldeamento, provavelmente por causa da procura de mão de obra indígena. Em 1608, tanto o sargento-mor Diogo de Campos Moreno quando o governador-geral Diogo de Meneses e Siqueira criticaram os aldeamentos. O primeiro, já mencionado, deplorou também da catequese feita pelos religiosos, afirmando que “estão os índios tão mimosos e tão pouco práticos no uso da nossa justiça e obediência, que logo se vão ao mato”²⁴³; o segundo, em 1611, propôs o fim das aldeias, justificando que “maiores vantagens ganhariam, introduzindo-se os gentios nas grandes povoações, onde somente, que não isolados delas em aldeias, poderiam ganhar hábitos civilizados”.²⁴⁴

Longe de serem casos isolados, no início do século XVII ocorreram vários embates a respeito do uso da mão de obra nativa fora dos aldeamentos. Em 1609 foi promulgada a primeira lei que garantindo a plena liberdade para todos os indígenas, inclusive para àqueles capturados através dos resgates ou comprados, estipulando o pagamento para qualquer trabalho feito pelos índios. A promulgação veio como resultado do crescimento da escravidão indígena na colônia, bem como da importância econômica e estratégica do Brasil. No mesmo ano foi criado o Tribunal da Relação do Brasil, órgão que tinha a função de controlar as relações sociais, jurídicas e políticas da colônia, tendo sido responsável por fiscalizar e fazer cumprir a lei de proibição total da escravidão indígena.²⁴⁵

O impacto da lei de 1609 foi grande, provocando a revolta dos colonos, criticado a administração colonial alegando que também contribuía para a “civilização dos índios”

²⁴² GOMES, Flávio. Op. cit., 2019, p. 47.

²⁴³ MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá Razão do Estado do Brasil (1612)*, p. 113 apud HEMMING, John. Op. cit., 2007, p. 458.

²⁴⁴ Carta de Diogo de Meneses ao rei, 7 de fev. 1611, em Perdigão Malheiro, *Escrivão*, parte 2, p. 49 apud HEMMING, John. Op. cit., 2007, p. 459.

²⁴⁵ LOPES, Fátima Martins. Op. cit., 2003, p. 162-163. Para mais informações sobre a política indigenista colonial, ver também: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Op. cit., 1992.

por meio dos ensinamentos com o trabalho sedentário e da convivência com os cristãos. Pressionada, dois anos mais tarde a Coroa recuou da sua decisão e promulgou a lei de 1611, retornando às disposições de 1570, permitindo a escravidão de indígenas em casos de guerra justa ou resgate, contudo, em um prazo de até dez anos.²⁴⁶

Contrário ao sugerido pelo governador-geral Diogo de Meneses e Siqueira, ocorreu o aumento das aldeias em Pernambuco, principalmente na medida em que o mundo colonial avançava seu domínio para o sertão, habitado pelos palmaristas e vários outros povos ameríndios de expressões socioculturais distintas, muitos dos quais circundavam os mocambos de Palmares, sendo também seus inimigos.²⁴⁷ Aproveitando a rivalidade entre povos indígenas e palmaristas “por serem inimigos uns dos outros”, a administração portuguesa firmava alianças com os povos que viviam próximos aos mocambos para fortalecer seu poder de ataque. Exemplo disso ocorreu em 1677, quando uma expedição que saiu da Bahia para atingir os mocambos localizados próximos ao São Francisco, numa região denominada de ribeiro Paiahu, encontrou nativos não-tupis que haviam sido atacados pelos palmaristas enquanto estavam caçando e pescando. Esses mesmos indígenas perseguiram os mocambeiros até um de seus mocambos, e sabendo sua localização, afirmaram aos expedicionários portugueses que os guiariam a qualquer lugar da estacada.²⁴⁸

Impulsionadas também pela necessidade de conquista do sertão, essas alianças com povos Tupi resultaram em aldeamentos em pontos estratégicos do sertão de Palmares. Exemplo disso é a aldeia de Santo Antônio, localizada no Norte do rio Ipojuca, em Pernambuco. Dela partiram ataques aos

mocambos dos negros levantados das partes de Ipojuca, acompanhados de alguns moradores que os foram buscar, pelos danos e roubos que deles receberam, trouxeram presos à cadeia desta vila dois negros.²⁴⁹

Essas alianças com os indígenas firmadas especialmente a partir de 1660, quando as campanhas contra Palmares recrudesceram devido ao grande número de assaltos

²⁴⁶ *Ibidem*.

²⁴⁷ Sobre os povos não Tupi habitantes nos sertões, ver: GALINDO, Marcos. Op. cit., 2004, especialmente os três primeiros capítulos.

²⁴⁸ FREITAS, Décio. Op. cit., 1981, p. 109.

²⁴⁹ “Ordenou ao ouvidor-geral tomasse conhecimento das culpas dos negros apanhados em mocambos”. 21 de dezembro de 1671, AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 309v.

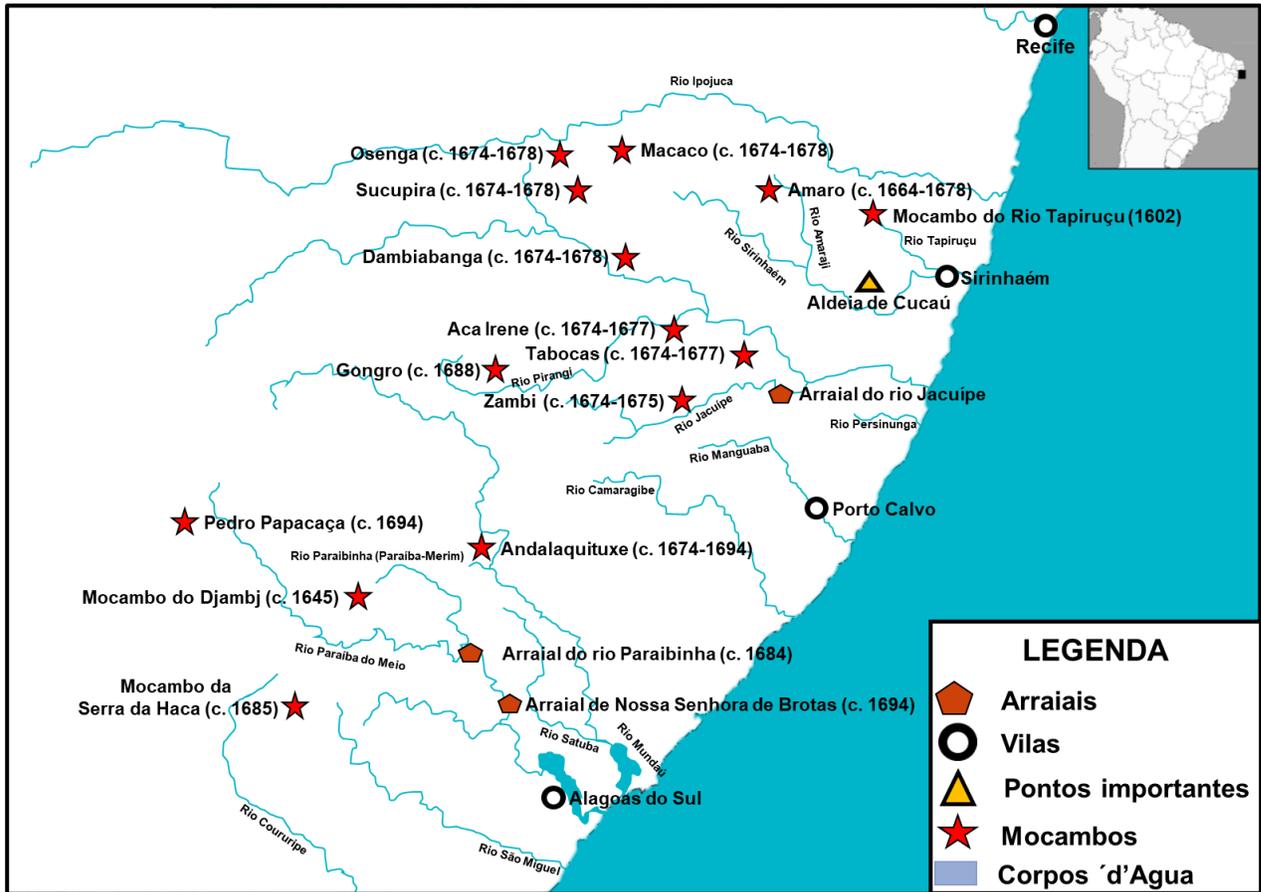
que os palmaristas estavam realizando aos povoamentos portugueses em Pernambuco. Um documento datado de dezembro de 1661 mencionou uma expedição organizada pelo então governador de Pernambuco, Brito Freire, como represália ao assassinato de um colono habitante próximo ao São Francisco, chamado de Álvaro Gomes, morto em casa pelos “negros do mato”. A tropa de 300 indígenas era formada por um contingente tanto de “tapuias” quanto de gente do Terço de Camarão. Analisaremos melhor esse caso posteriormente, quando discutiremos as expedições contra Palmares. Por enquanto, vale destacar que forças de indígenas habitantes no sertão foram progressivamente acionadas conforme as alianças eram realizadas, estas na medida em que os sertões eram adentrados.²⁵⁰

Para resistir aos ataques dos inimigos (internos, como os indígenas, ou externos a Palmares), o quilombo elaborou estratégias defensivas que contavam com grande organização do seu contingente. Além das cercas de estacas e armadilhas que dificultavam o acesso aos mocambos, afora mata fechada, os palmaristas contavam também com ótimos contatos nas vilas e engenhos, avisando-os das expedições. Desse modo, fugiam dos assaltos antes mesmo que as expedições alcançassem suas habitações.²⁵¹ Durante o século XVII, vários mocambos foram construídos pelos fugitivos do mundo colonial, com períodos de existência diferentes.

²⁵⁰ “Escreveu à Câmara do Rio de S. Francisco sobre as tropas que haviam de ir aos mucambos e regimento que deu ao cabo”. 24 de dezembro de 1661, AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 63v.

²⁵¹ Sobre esses contatos entre os palmaristas e os habitantes do mundo colonial, Ivan Alves Filho emprega o termo “rede de espionagem”, destacando essas relações. ALVES FILHO, Ivan. Op. cit., 2008, p. 55.

Mapa 4: Mocambos de Palmares (Século XVII)



Fonte: Mapa produzido a partir das informações dos capítulos anteriores.²⁵²

Entre 1654 e 1676, a organização dos mocambos foi dessa forma: Macaco era o centro político e administrativo; Amaro, Andalaquituche, Aqualtune, Acotirene, Tabocas, Zumbi, Osenga, Dambraganga e alguns outros eram unidades de produção autônomas; e Subupira servia como um campo de treinamento militar. A maior parte dos mocambos recebiam o nome de seu dirigente, e todas elas eram comunidades relativamente independentes entre si. Sobre sua estrutura política, o historiador Ivan Alves Filho alerta para o fato de que vários pesquisadores de Palmares a entendem como uma espécie de república, sendo o quilombo um Estado, que para ele é uma interpretação errônea, pois não existem evidências concretas a respeito da existência de qualquer estratificação

²⁵² Especialmente produzido a partir do mapa elaborado por Felipe Damasceno, presente em: DAMASCENO, Felipe Aguiar. Op. cit., p. 162.

social em Palmares. Desse modo, a estrutura do poder em Palmares se organizava da seguinte maneira:

Compunha-se basicamente de três aparelhos: o administrativo, o judiciário e o militar. Os funcionários administrativos incumbiam-se de coletar, à maneira de impostos, os excedentes agrícolas destinados seja à troca com habitantes dos vilarejos coloniais, seja à sobrevivência dos setores não diretamente ligados à produção de subsistência. Os funcionários da justiça aplicavam a legislação, notadamente no que se refere à punição dos delitos. Havia um corpo militar hierarquizado e permanente: comandante-em-chefe, general-das-armas, oficiais, soldados.²⁵³

Os chefes de cada mocambo eram escolhidos através de assembleias locais, mas não se sabe como era escolhido o principal dirigente palmarista. O pouco conhecido a respeito dessa função, os documentos evidenciaram alguns privilégios, como foi destacado por um cronista (anônimo) *Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida de 1675 a 1678*:

Toda a forma de Guerra se acha nelles, com todos os Cabos Maiores e inferiores, assim para o sucesso das pelejas, como para a assistência do Rei: reconhecem-se todos obedientes a um que se chama o *Ganga Zumba*, que quer dizer Senhor Grande; a este tem por seu Rei e Senhor todos os mais assim naturaes dos Palmares, como vindos de fora; tem palácio, Casas da sua família, é assistido de guardas e officiaes, que custam o ter as Casas Reaes: é tratado com todos os respeitos de Rei e com todas as ceremonias de Senhor: os que chegam á sua presença põem logo o joelho no chão, e batem as palmas das mãos sinal do seu reconhecimento, e protestação de sua excellencia; fallão-lhe por Magestade, obedecem-lhe por admiração; habita na sua Cidade Real, que chamão o Macaco.²⁵⁴

É bastante evidente que a compreensão do cronista a respeito do líder de Palmares foi baseada na sua visão de mundo, ou seja, no entendimento a respeito da liderança máxima de uma nação, por isso o emprego dos termos “rei” e de “reino”. Apesar disso, o relato contém importantes informações acerca dos privilégios e da função de Macaco, possivelmente o mocambo mais protegido entre todos os existentes em Palmares. Em opinião contrária à de Ivan Alves Filho, o historiador Flávio Gomes afirmou que a imagem de Palmares como uma república não seja tão difícil de se pensar, uma vez que ela não era muito distante, em termos comparativos, com sociedades militares

²⁵³ ALVES FILHO, Ivan. Op. cit., 2008, p. 88-89.

²⁵⁴ “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida...” In: RIHGB, v. 22, 1859, p. 304-305.

africanas do mesmo período, especificamente em contextos semelhantes: “ocupação, tráfico e guerras na África centro-ocidental”.²⁵⁵

Apesar das discussões sobre a organização política em Palmares ainda ser um tema com muitas incertezas, a partir de 1660 as expedições coloniais enviadas para reprimir os mocambos enfrentaram a força dos palmaristas liderados por Ganga Zumba, e com a morte deste, passaram a lutar contra a árdua resistência de Zumbi, que liderou Palmares até a destruição de Macaco. Uma vez situado como e onde viviam os palmaristas, discutiremos o Terço de Camarão e força indígena aldeada.

2.2 O envio de tropas indígenas aldeadas

Criado em 1636²⁵⁶, no contexto de guerra contra os holandeses, o Terço dos Índios de Pernambuco, também chamado de Terço de Camarão devido a sucessivas lideranças de indígenas da família Camarão, era uma tropa regular a serviço da Coroa lusa, institucionalizada nos moldes portugueses, segundo rigidamente à hierarquia militar. Arregimentando contingentes dos aldeamentos espalhados por Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande – isso porque os aldeamentos Potiguara estavam localizados especificamente nessas três últimas capitânicas –, o Terço de Camarão se tornou a principal tropa indígena da colônia. Dessa forma, buscaremos evidenciar como os aldeados eram recrutados e qual a importância da arregimentação para entender a dimensão da agência indígena na guerra contra Palmares, tema a ser tratado no próximo capítulo.

A participação dos *flecheiros* – forma comum pela qual os guerreiros indígenas eram mencionados em documentos do período – nas diversas guerras ocorridas na segunda metade do século XVII foi fundamental para a composição das tropas coloniais, algo destacado em várias cartas, consultas ou requerimentos a respeito de alguma situação difícil na capitania durante um conflito. Como um exemplo, em outubro de 1692 o governador-geral Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho escreveu uma carta para o mestre de campo Mathias Cardoso, respondendo duas cartas escritas pelo militar datadas

²⁵⁵ GOMES, Flávio Op. cit., 2019, p. 105. Para um maior aprofundamento sobre a organização política em Palmares, bem como o significado dos títulos de dirigentes dos mocambos, conferir as obras de Edison Carneiro, Ivan Alves Filho e Décio Freitas, já citadas em nossas pesquisas.

²⁵⁶ ALVES FILHO, Ivan. Op. cit., 2008, p. 48.

em julho e agosto daquele mesmo ano, ambas informando sobre as dificuldades enfrentadas com sua tropa no sertão, bem como a “desunião dos Paulistas, fugidos do seu Sargento-maior com alguns da sua parcialidade”. Em resposta, o Câmara Coutinho escreveu:

Ao Senhor Marquez [Félix Machado da Silva, 2º Marquês de Montebelo, então atual governador de Pernambuco] torno a escrever efficazmente para que logo socorra a Vossa Mercê com pólvora, munições, Índios, soldados prelos, e se desvele em acudir a Vossa Mercê e que lhe faça restituir os brancos que desta guerra se tiverem retirado para a dos palmares, e do Seara grande. Ao Capitão Francisco Pinheiro com seus parentes índios da sua nação, que se offereceu á Câmara desla Cidade (como ella me representou) a vir fundar uma Aldeia nesta fronteira.²⁵⁷

A decisão do governador-geral de enviar o Terço de Camarão e outros indígenas, provavelmente arregimentados de aldeias próximas, ocorreu como resposta de um pedido de Mathias Cardoso, solicitando “índios”, munições e pólvora, tendo estes pedidos “a importância de os haver para se findar a guerra dos Bárbaros em dois anos [...]”. Além de confirmar ao mestre de campo ter providenciado os pedidos, Câmara Coutinho também mandou instalar “uma Aldeia nesta fronteira”, ou seja, nos limites entre o território conquistado e os inimigos, fazendo com que os aldeamentos servissem como barreiras de defesa.²⁵⁸

Vejamos outra situação:

[...] convinham fazer-se essa guerra assim pela Bahia como Pernambuco, e que no meio desses Palmares se situasse por duas partes a gente de guerra, e Índios indo pela Bahia duzentos homens brancos e todo o mais gentio manso que os pudesse acompanhar para carregar apresso e mantimento de sua jornada; porque o gentio da repartição da Bahia sofre esse serviço o que não tem o de Pernambuco por ser guerreiro e não acostumado a carregar, [...] e que das capitânicas de Pernambuco devem ir outros duzentos homens brancos e dos Índios de guerra negros e mulatos foros outros tantos que é o poder bastante para se dar esta guerra.²⁵⁹

A citação acima retrata uma estratégia apresentada pelo Conselho Ultramarino, em 1677, para combater os palmaristas. O plano consistia basicamente em enviar tropas para o socorro de núcleos de povoamento e moradores, evitando os “danhos que deles recebem continuamente”. Um aspecto bastante importante da carta foi a distinção que o

²⁵⁷ “Carta para o mestre do Campo Mathias Cardoso em resposta do estado em que estava aquella campanha.” *DHBN*, vol. 38, Rio de Janeiro, 1937, p. 294-295.

²⁵⁸ *Ibidem*.

²⁵⁹ AHU_ACL_CU - Cód. 265, fl. 14v/15.

Conselho Ultramarino fez sobre os indígenas que marchariam até Palmares, sendo os advindos da Bahia bons para o serviço do carregamento de mantimentos, enquanto os de Pernambuco eram “índios de guerra”, apesar de todos irem fazer guerra. É possível que essa ênfase a tropa de Pernambuco tenha sido atribuída por causa do Terço de Camarão, já que o próprio governador dos índios vivia nessa capitania.²⁶⁰

Em ambos os casos, o número de indígenas solicitados não foi mencionado, algo bastante comum na documentação. Porém, algumas fontes citam o quantitativo. Quando somando o total dos soldados recrutados para algum combate, muitas vezes a quantidade de indígenas é muito maior, superando as demais tropas arregimentadas. Durante a Guerra do Açu, uma série de conflitos ocorridos em fins do século XVII contra os Tarairiú e outros povos que habitavam o sertão da capitania do Rio Grande, escreveu o governador-geral Mathias da Cunha em março de 1688:

Com toda a pressa ordeno ao Governador de Pernambuco João da Cunha de Soto Maior que remeta de socorro a essa Capitania a ordem do Capitão-mor Manuel de Abreu Soares a quem mando Patente minha 150 infantes com quatro Capitães da praça de Olinda; 25 de Itamaracá, e 25 que ordeno ao Capitão Amaro Velho mande da Paraíba; o Capitão-mor dos índios com 400, e o Governador dos pretos com cento, e as armas, e munições necessárias. [...] E pelo sertão mando marchar do Rio de São Francisco um Governador das Armas Paulista com 300 homens armados; e dois Capitães-mores da jurisdição de Pernambuco, um deles que estava para ir aos Palmares com mais de 600, para cada uni fazer guerra aos Bárbaros por sua parte independentes uns dos outros: e creio que obrarão muito pelo interesse dos prisioneiros que declarei por cativos a todos os que os tomarem nesta guerra. E para acrescentar gente ao Coronel Antônio de Albuquerque da Câmara mando publicar o Bando que será com esta em todas as Capitânicas, o que Vossa Mercê fará também nessa, e formar companhia de pardos ao Ajudante que veio com as cartas, e que

²⁶⁰ Ibidem. A diferenciação dos indígenas da Bahia e Pernambuco feito pelo Conselho Ultramarino pode ser também entendida como um contraste da própria realidade colonial, visto que os indígenas que marchavam para Palmares saídos dos aldeamentos situados na Bahia guerrearam não apenas durante a Guerra do Recôncavo, como também foram arregimentadas para outros conflitos nas décadas finais do século XVII, tendo sido, em ambos os casos, fator indispensável para o sucesso nos embates enfrentados. Sobre a Guerra do Recôncavo e a agência indígena no conflito, ver: ARAUJO, Soraya Geronazzo. *O muro do demônio: a economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social). Centro de Humanidades. Universidade Federal do Pará, 2007, p. 75-92; SILVA, Victor André Costa da. *Guerra Justa e desterritorialização: os índios e as novas configurações espaciais na Capitania do Rio Grande (c. 1680-1720)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020, p. 72-100.

da Paraíba lhe remeta o Capitão-mor todos os índios que estão na Aldeia da Preguiça, fugidos das de Mapebú, Cunhaú e Guarairas.²⁶¹

Endereçada para Paschoal Gonçalves de Oliveira, capitão-mor da capitania do Rio Grande, acerca do reforço enviado pelo governador de Pernambuco, o total de indígenas mencionados era considerável, especificamente quando comparado aos demais números de outras tropas citados na carta. Considerando que a maior parte da tropa dos paulistas²⁶² era composta por indígenas – segundo Pedro Puntoni, aproximadamente 54% do contingente total da tropa²⁶³ –, mais nativos deveriam ser arregimentados pelo terço de Camarão, das aldeias da Mapebú, Cunhaú, Guarairas e Preguiça. Sendo, portanto, possível inerir que a força bélica dos nativos era indispensável nas empreitadas coloniais, devido ao grande número deles empregados no conflito.

Na guerra contra Palmares a tendência não mudou. Um documento datado de junho de 1687, relatava:

Parece-me que ordene S. Majestade que no meio dos Palmares, se faça uma casa forte, e que nela assista por cabo, Fernão Carrilho pelo temor que dele tem os Negros com a infantaria necessária; e que as Aldeias do terço do Camarão, e as demais dos Índios domésticos, se situem por diversas partes dos Palmares; tanto para que os negros, não tenham lugar seguro, em que habitar, como para cativar, e impedir aos dos moradores, que fugirem; mas para isto é muito necessario que assim o cabo, enquanto de todo senão acaba esta guerra, como os cabos dos Índios das Aldeias, que ali se devem mandar perpetuar, tenham ordem, para que todo o negro, que fugir, o enforcem onde quer que o acharem: porque só este temor, e nenhum outro os há de sujeitar, a não se irem para os Palmares.²⁶⁴

Embora o escritor não mencionou uma quantidade exata de indígenas a ser arregimentados e enviados para o “meio dos Palmares”, sua sugestão era construir aldeamentos indígenas no terreno, servindo como arraiais. A formação de aldeias para pontos estratégicos de Palmares foi uma iniciativa de outros governadores, e igualmente

²⁶¹ Carta para o Capitão-mor da Capitania do Rio Grande Paschoal Gonçalves de Oliveira sobre a guerra dos Bárbaros da dita Capitania. *DHBN*, vol. 10, 1929, p. 270-271.

²⁶² Ou também denominados de bandeirantes, são sertanistas que ficaram famosos, desde o final do século XVI, por suas expedições em busca de minérios, sobretudo ouro e prata, bem como pela escravização de indígenas e a participação na repressão de quilombos. Apesar de serem mais famosos por ter sua origem atrelada a região de São Paulo na capitania de São Vicente (Sul do Estado do Brasil), existiam sertanistas oriundos das capitanias do Norte.

²⁶³ PUNTONI, Pedro. Op. cit., 2002, p. 205.

²⁶⁴ “Cópia de uma carta de 25 de Junho de 1687 que se escreveu de Pernambuco sobre os Negros dos Palmares”. In: Ernesto. *As Guerras nos Palmares* (subsídios para sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 162.

discutida pelo Conselho Ultramarino em momentos anteriores. Com indígenas no local, suas aldeias serviriam como barreiras de defesa, tendo também o propósito de assegurar o mantimento das tropas enviadas à procura dos palmaristas, pois encontrá-los era tarefa custosa, enfraquecendo a tropa e deixando-a sem mantimentos dependendo do tempo para desbravarem as matas procurando os mocambos. Evidenciando que além de componente militar, os índios eram fornecedores de víveres para as expedições.

Desse modo, o recrutamento de indígenas ocorria da seguinte maneira: formado por tropas advindas dos aldeamentos sob jurisdição do Governador de Índios – o mais alto cargo da hierarquia indígena na colônia –, o Terço de Camarão arregimentava tropas dos aldeamentos espalhados pelo litoral, em uma região que se estendia por todas as capitanias do Norte. Durante os conflitos, era função do governador de índios e dos capitães-mores das aldeias organizarem as tropas dos aldeamentos e estarem dispostos a marcharem para qualquer conflito que fossem convocadas.²⁶⁵

Mas apenas o Terço de Camarão pode resumir a participação das tropas indígenas nas guerras coloniais? Não exatamente. Apesar da maior parte dos aldeados que participaram na Guerra de Palmares serem das aldeias coloniais, existiam também as tropas particulares de colonos e dos paulistas, com contingentes consideráveis de nativos. Muitas das expedições feitas contra os mocambos foram iniciativas dos colonos, como destacado por Edison Carneiro, Décio Freitas e outros historiadores citados.

Vejamos mais um exemplo sobre o envio de aldeias para servirem como muros de defesa. Um regimento destinado ao capitão-mor D. Diogo Pinheiro Camarão, informava:

1º Primeiramente Marchará daqui com toda a sua gente junto com o capitão Antônio da Silva até a Vila de Sirinhaém, e depois de ali tomarem os mantimentos que lhes hão de dar os oficiais da câmara, seguirá o que contém o regimento que leva o dito capitão Antônio da Silva, com o qual se confirmará sempre o capitão-mor para as disposições do que mais convier ao serviço de sua majestade, DG, e para o efeito de se conseguir o intento para que os envie;

2º [...] escolherá o sítio que melhor lhe parecer junto a um mocambo velho que dista das Alagoas para o sertão 18 ou 20 léguas, e em ele se aposentará com a gente de seu terço, fazendo aldeia e fortificando-se com

²⁶⁵ A esse respeito, conferir: SILVA, Wesley de Oliveira. Valentes Flecheiros: atuação das tropas indígenas na capitania de Pernambuco entre 1660-1700. *Revista Epígrafe*, v. 8, p. 110-137, 2020.

estacada e a mais defesa que lhe parecer necessária para sua segurança.²⁶⁶

No regimento, as ordens eram não apenas acerca da arregimentação dos indígenas do Terço de Camarão, mas também sobre a estratégia de criação de aldeamentos para servirem como barreiras, formado pelos indígenas marchando para Palmares. Na prática, nem sempre os indígenas obedeciam ao solicitado. Em outro documento, observamos os aldeados fugindo das expedições e se escondendo nas casas dos moradores nas localidades próximas.²⁶⁷ Ao situar uma aldeia perto de povoados coloniais, disputas pela mão-de-obra indígena eram comuns. É possível inferir que, além da recusa dos nativos ao serviço militar, talvez os indígenas estivessem na casa dos colonos de forma compulsória.

A resistência indígena em todo esse processo de deslocamento era constante, e não apenas com deserções, mas também com a queixa durante a mudança da região onde habitavam para outras localidades, já que alguns aldeamentos eram deslocados de outras áreas para o chamado sertão de Palmares. Da mesma maneira, a dimensão das estratégias de resistência não se resumia a recusa de alguma ordem. As alianças da família Tabajara e Potiguara para a formação e liderança dos povos aldeados, e ações pela inserção na hierarquia social ou busca por enobrecimento também evidenciava muito sobre essas estratégias de sobrevivência e busca por benefícios interpessoais.

Portanto, identificamos que a presença de indígenas na guerra contra Palmares foi essencial em vários sentidos. Primeiro, o próprio aldeamento servia, muitas vezes, como um arraial, protegendo as fronteiras entre os núcleos de povoamento português e o Quilombo dos Palmares, bem como produziam mantimentos para as tropas partindo para as matas; os índios eram também essenciais na procura dos mocambos, pois muitos conheciam a região, desabitada por povoados portugueses, mas habitada por povos indígenas muito antes da chegada dos europeus; a forma de guerrear dos palmaristas, que consistia em praticar e assaltos rápidos pelas matas, também era identificada pelos nativos; por fim, o grande contingente citado nos documentos evidenciam a participação

²⁶⁶ “Regimento que levou o capitão-mor D. Diogo Pinheiro Camarão sobre o mesmo.” Olinda, 26 de novembro de 1664. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 167.

²⁶⁷ “Ordenou aos moradores dessas capitanias entregassem os índios que tivessem em suas casas pertencentes ao governador Antônio Pessoa Arcoverde.” 10 de setembro de 1683. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 374.

dos índios como fundamental, pois a própria população de Palmares era também significativa, sendo necessário arregimentar diferentes tipos de tropas – indígenas de várias procedências étnicas (povos Tupi ou não), tropa dos Henriques²⁶⁸, paulistas, entre outras – para participar nos conflitos e nas diferentes etapas dele.

Outras perguntas a respeito da agência indígena nas guerras contra os palmaristas: as tropas aldeadas eram pagas ao serem arregimentadas para os conflitos? A estratégia de deslocamento de indígenas aldeados para as fronteiras foi eficaz? Os aldeamentos criados nesse contexto persistiram mesmo após a guerra de Palmares ou foram destruídos, sendo apenas como arraiais? O Terço de Camarão tinha jurisdição sobre os indígenas marchando em expedições financiadas por tropas particulares? No decorrer da guerra, os indígenas foram deslocados para os conflitos no Açu ou a demanda em Palmares pela força bélica dos flecheiros continuou importante até o final da guerra contra os mocambeiros? Esses questionamentos são fundamentais para entender a agência indígena na Guerra de Palmares e serão discutidos no capítulo seguinte.

²⁶⁸ Terço militar constituído por homens pretos.

CAPÍTULO 3

“ÍNDIOS DE GUERRA”²⁶⁹: TROPAS INDÍGENAS NA GUERRA DE PALMARES

A participação dos indígenas aldeados em todo o desenvolvimento da Guerra de Palmares foi central para o desenrolar dos conflitos. Até agora fizemos uma análise geral da colonização e dos processos de pacificação²⁷⁰ dos nativos, vivenciado no decorrer do século XVI e início do XVII, destacando que a atuação dos indígenas aldeados em guerras coloniais foi essencial desde o estabelecimento dos primeiros acordos no século XVI. Inclusive, a própria forma de fazer guerra dos Tupi passou a ser praticada pelos europeus com os quais fizeram contato.

A chamada “guerra brasílica” – às vezes também chamada de “guerra do mato” ou mesmo “guerra volante” –, é comumente associada a uma guerra essencialmente indígena, praticada nas matas e utilizando emboscadas como principal estratégia para o ataque. Contava com a agilidade e mobilidade dos indígenas para fazer a “surpresa” causar pânico e desestabilizar os inimigos, que, no caso dos europeus, estavam mais acostumados com uma guerra em campo aberto ou com ataques a construções fortificadas.²⁷¹ No entanto, tal abordagem ignora o fato da própria guerra brasílica ter sido incorporada dentro das táticas militares dos colonizadores portugueses, sendo a guerrilha já praticada por outros europeus desde muito antes do contato com povos indígenas na América portuguesa, a exemplo dos neerlandeses, que durante a Guerra dos Oitenta Anos, praticaram-na bastante contra o exército espanhol.²⁷²

²⁶⁹ Expressão que aparece em uma correspondência, datada de 1677, escrita pelos conselheiros do Conselho Ultramarino, onde se referiam aos indígenas aldeados em Pernambuco como “índios de guerra”, ou seja, a justificativa era que os nativos aldeados de Pernambuco eram muito aptos para atividades militares. A documentação se encontra no: AHU_ACL_CU - Cód. 265, fl. 14v/15.

²⁷⁰ Processo entendido como “uma transformação profunda sofrida por uma população etnicamente distinta, cujos componentes “pagãos, imorais e anárquicos” deveriam ser substituídos por uma condição supostamente nova e mais elevada, propícia à sua participação na sociedade colonizadora”. OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma guerra sem fim: a retórica da ‘pacificação’ e práticas institucionalizadas de produção de desigualdade. In: SOUZA, Adriana B de (org.). *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017.

²⁷¹ MELLO, Evaldo Cabral. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3.ed. – São Paulo: Ed. 34, 2007, p. 262-263.

²⁷² *Ibidem*, p. 257. Sobre a chamada “Guerra Irregular” no século XVII, cf.: VISACRO, Alexandre. *Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimento de resistência ao longo da história*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 242-248.

Por haver uma multiplicidade de formas de fazer guerra, sobretudo por causa da diversidade dos povos indígenas, além do próprio contato entre nativos e europeus ocasionarem modificações nas práticas de guerras dos nativos, como a adoção de cavalos e armas de fogo, não nos prenderemos a uma definição generalizante, sendo a “guerra brasílica” referida para destacar a adaptação de táticas militares usadas pelos europeus e indígenas na América portuguesa durante o período colonial, ocasionadas através do contato. Esta última foi particularmente bastante praticada durante o período de ocupação holandesa, quando tropas coloniais, compostas também por indígenas, faziam assaltos aos neerlandeses. Alguns relatos de soldados a serviço da Companhia das Índias Ocidentais sobre os ataques sofridos pelas emboscadas de tropas lusas descrevem como também usavam as estratégias da guerra brasílica. Exemplo disso é o relato do soldado dinamarquês Hansen Hajstrup a respeito de um ataque sofrido em 17 de agosto de 1645, quando:

De madrugada, ao alvorecer, o inimigo com aproximadamente 4000 portugueses, nos atacou no engenho de Tournalon. Na madrugada, tinham nos cercado de todos os lados. Nós pegamos nas armas e lutamos durante quase meia hora, mas porque a maior parte da nossa gente tinha ido à cidade ou andava dispersa por todas as partes, não tínhamos mais que uns 300 ou 350 militares europeus entre oficiais e soldados, e perto de 200 brasileiros. Os portugueses nos atacaram. Eu, com 40 homens, fui mandado para trás do engenho para que não nos atacassem desse lado, pelo pântano. Mas, como nos atacaram com força maior, fomos obrigados a nos retirar do grupo principal da nossa gente. E quando pensamos em voltar à nossa gente, eles já tinham sido derrotados, e os que restavam haviam se retirado à casa-grande, que, entretanto, já fora ocupada pelos portugueses. Contudo, quando esses portugueses nos atacaram [e] nosso grupo constava de apenas 40 soldados europeus e alguns brasileiros, nos retiramos para o pântano para que não pudessem chegar a nós com sua cavalaria.²⁷³

O cerco ao engenho, o ataque rápido, a fuga para o pântano para evitar a investida da cavalaria, são elementos característicos das táticas da guerra brasílica. Mas apesar do emprego de táticas de guerra usadas por vários povos indígenas ter se tornado uma

²⁷³ HAJSTRUP, Peter Hansen. *Viagem ao Brasil (1644-1654)*. Organizadores: Benjamin Nicolaas Teensma, Bruno Romero Ferreira Miranda, Lucia Furquim Werneck Xavier. Recife: Cepe, 2016, p. 54-55.

das formas mais comuns de fazer guerra colonial²⁷⁴, destacando o porquê vários governadores e líderes de expedições exigirem a presença de nativos aldeados no contingente das tropas, a agência indígena nos conflitos contra os mocambos de Palmares não se resumiu somente a esse aspecto. A organização de incursões contra os palmaristas demonstram que havia um significativo contingente de indígenas aldeados ao longo do litoral da capitania de Pernambuco, pois em várias campanhas tropas de índios ou aldeamentos inteiros eram deslocados para as zonas de combate. Por fim, o recrutamento do Terço de Camarão nas incursões aos palmaristas constituiu outro fator fundamental para compreender a dimensão da presença dos indígenas na guerra.

Como visto no capítulo anterior, o recrutamento dos nativos aldeados acontecia de diferentes maneiras. O Terço de Camarão, ou também Terço dos Índios de Pernambuco, era constituído por indígenas dos aldeamentos que estavam sob jurisdição do Governador de Índios, a mais alta patente da hierarquia militar indígena. Assim como o terço, o cargo foi criado durante a ocupação holandesa para firmar alianças com os povos Tabajara e Potiguara, essenciais para a resistência colonial no período. Posteriormente, o Terço dos Índios de Pernambuco se tornou a principal tropa indígena da colônia, regulamentada e institucionalizada nos moldes portugueses, constituindo-se inteiramente por indígenas, inclusive suas lideranças, sendo hierarquizadas nos cargos de cabo, sargento, tenente, capitão-mor e capitão.²⁷⁵

Entre as funções do governador de índios, estavam: ajudar na administração dos aldeamentos que estivessem sob sua jurisdição, se encarregando de todos os assuntos relacionados aos indígenas, como resoluções referentes à posse e ao uso de terras; mediações entre seu povo e a administração colonial, incluindo as tratativas com o próprio Rei; solicitação de missionários para assistência religiosa nos aldeamentos; nomeação de cargos militares aos indígenas e, principalmente, buscar solicitações para manutenção de sua tropa.²⁷⁶ Escolhidos entre as lideranças das famílias Arcoverde

²⁷⁴ A esse respeito, cf. FUJIMOTO, Juliana. A Guerra Indígena como Guerra colonial – As Representações e o Lugar da Belicosidade Indígena e da Antropofagia no Brasil colonial (séculos XVI e XVII). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, São Paulo, 2016.

²⁷⁵ LOPES, Fátima Martins. Op. cit., 2003, p. 76; SILVA, Geyza Kelly da. Op. cit., 2004, p. 106-107.

²⁷⁶ Ibidem; SILVA, Kalina Vanderlei. Op. cit., 2010, p. 144.

(Tabajara) e Camarão (Potiguara), ao todo existiram quatro Governadores de Índios, apresentados no quadro abaixo:

Quadro 3: Lista dos Governadores de Índios²⁷⁷

NOME E CARGO/PATENTE	PERIODO DO GOVERNO
Diogo Pinheiro Camarão	22/06/1672 até 02/12/1683
Antônio Pessoa Arcoverde	02/12/1683 até 05/03/1694
Sebastião Pinheiro Camarão	05/03/1694 até 12/02/1721
Antônio Domingos Camarão	12/02/1721 até 12/01/1733

A criação do terço alterou as relações internas dos próprios povos indígenas, a começar pela importância e escolha dos chamados “principais” das aldeias, denominados com maior relevância pelos europeus do que pelos próprios nativos. Na cultura Tupi, os anciões eram mais prestigiados e respeitados. Em cada aldeia existia uma espécie de “conselho de anciões”, detendo forte influência política e poder de decisões do grupo. Contudo, durante o contato com o colonizador, os mais destacados guerreiros intermediavam a comunicação e, portanto, pareciam ser os “líderes” para os europeus.²⁷⁸

Após os processos de pacificação, uma nova simbologia do poder foi se ressignificando na cultura dos povos aldeados, e o prestígio social passou a ser ainda mais associado aos feitos militares. Logo, nesse novo contexto, os “principais”, “maiorais” ou chefes militares foram ganhando poder, conseqüentemente alterando a própria lógica da guerra, fazendo com que os indígenas buscassem patentes militares que passaram a

²⁷⁷ Confirmação das patentes: Diogo Pinheiro Camarão, AHU_ACL_CU - Cód. 118, fl. 132; Antônio Pessoa Arcoverde, AHU_ACL_CU - Cód. 120, fl. 29, v-30; Sebastião Pinheiro Camarão, AHU_ACL_CU - Cód. 122, fl.6, v-6; Antônio Domingos Camarão, AHU_ACL_CU - Cód. 128, fl. 77, v-78; extinção do cargo, AHU_ACL_CU_015, Cx. 42, Doc. 3797.

²⁷⁸ Muitos dos quais, eram os próprios pajés ou caraíbas, que representaram a mais poderosa defesa das tradições indígenas. Mesmo no início do século XVII em Pernambuco, foram organizadas “migrações para o sertão” feitas por caraíbas. Cf.: FERNANDES, Florestan. *A Organização Social dos Tupinambá*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 268. MONTEIRO, John Manuel. Op. cit., 1994, p. 48. Sobre os caraíbas e as migrações para o sertão, ver: VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 64-69.

estimular uma distinção social cada vez mais presente nos grupos. Nesse contexto, torna-se compreensível como as famílias Camarão e Arcoverde se revezaram no comando do Terço de Camarão. Orientadas pela lógica do Estado Português, na qual o poder era passado de maneira hereditária, as famílias assumiram as patentes distribuídas por causa dos feitos militares, sabendo se beneficiar disso para conseguir direitos coletivos e pessoais.²⁷⁹

Dessa forma, a noção de “agência” é essencial para pesquisas que buscam evidenciar os indígenas enquanto sujeitos históricos conscientes, pois esse conceito busca

Qualificar a ação consciente dos povos nativos enquanto sujeitos da história, desenvolvendo estratégias políticas e moldando o próprio futuro diante dos desafios e das condições do contato e da dominação.²⁸⁰

Por meio da colaboração com os colonos, o envolvimento dos indígenas nas tramas coloniais não se deu apenas por uma questão de obediência frente à nova realidade imposta devido à condição de aldeado, mas também por causa da busca por vantagens que atendessem melhor seus interesses. A própria distribuição de mercês para as lideranças indígenas tinha sentidos diferentes para os nativos e para os agentes coloniais. Para estes últimos, serviam especialmente como forma de estreitar as alianças, concedendo mercês aos “principais” que se destacavam nos conflitos e na intermediação dos contatos entre os colonizadores e seu povo; para os indígenas, as mercês serviram como mecanismos de distinção social e garantia de diversas vantagens, tornando a busca por sua obtenção como fator que alterou a dinâmica interna dos povos, transformando as relações de poder entre os indígenas.²⁸¹

²⁷⁹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Op. cit., 2013, p. 156; MONTEIRO, John Manuel. Op. cit., 1994, p. 22-23.

²⁸⁰ MONTEIRO, John Manuel. “O desafio da história indígena no Brasil”. In: SILVA, A. L.; GRUPIONE, L.D. (orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, 1995, p. 266-267.

²⁸¹ MONTEIRO, John Manuel. Op. cit., 1994, p. 22. Apesar de haver tido a concessão de mercês, como o Hábito da Ordem de Cristo para Antônio Felipe Camarão, não foram encontrados documentos comprobatórios do processo de habilitação, da dispensa papal necessária para o indígena ser agraciado com o hábito, já que ele tinha “defeito de sangue” e “mecânico”, como também não foram encontrados a carta de hábito e o alvará para ser armado cavaleiro. De toda forma, houve a confirmação do hábito por D. João IV. Segundo Ronald Raminelli, provavelmente para firmar as alianças com os indígenas, mesmo sem fazer os registros oficiais. Cf. RAMINELLI, Ronald J. “Nobreza indígena – os chefes potiguares, 1633-1695”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. Op. cit. 2011, pp. 49-50

Como as lideranças constituídas pelos agentes coloniais tornaram-se as mais importantes na intermediação dos contatos, acabaram obtendo com novas atribuições, antes inexistentes no grupo. Contudo, embora a inserção de novos valores culturais tenha modificado a cultura política indígena, a forma de recepção não deve ser entendida como um processo automático, imediato e autêntico. Há, nessa transformação, também uma resistência adaptativa, visto que os povos subjugados não controlam “facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que o utilizam”²⁸², o que reconfigura as “fronteiras interétnicas”, elaborando novos elementos que permitem a dicotomização entre membros e não membros.²⁸³

Essas discussões são caras para um estudo da atuação dos indígenas nas tramas em que estavam enredados. Num mundo em construção, onde as identidades eram forjadas a partir da interação em um contexto hierárquico, os indígenas:

Identificavam-se a partir da aldeia na qual habitavam, reivindicando os direitos que lhes haviam sido dados por sua condição de aliados da Coroa portuguesa. Essa identidade — de índios aldeados, súditos cristãos do rei português, para o qual prestavam serviços, sobretudo militares — lhes garantia direitos e, sem dúvida, se construía com referência aos demais grupos com os quais interagiam, sobretudo negros e índios escravos.²⁸⁴

Como uma das formas de garantir direitos era a lealdade e o serviço militar, a atuação dos nativos aldeados nas tropas que marcharam contra os palmaristas entre 1660 e 1695 foi constante e central para a colonização do sertão de Palmares. E essa participação de contingentes indígenas nos conflitos foi possível através de algumas estratégias que serão analisadas nos próximos tópicos, a começar pela instalação de aldeamentos nas regiões de maior incidência de conflitos.

²⁸² PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 30-31.

²⁸³ BARTH, Fredrik. Op. cit., 2011, p. 165.

²⁸⁴ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Cultura Política Indígena e Política Indigenista: Reflexões sobre Etnicidade e Classificações Étnicas de Índios e Mestiços (Rio de Janeiro, Séculos XVIII e XIX)”. In: AZEVEDO, Cecília et al. (orgs.). *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 214.

3.1 “Muros do sertão”²⁸⁵: os aldeamentos na Guerra de Palmares

O estabelecimento do sistema de aldeamentos coloniais possibilitou, para além dos múltiplos sentidos para os indígenas, colonos e missionários, uma efetiva colonização da América portuguesa. A construção das aldeias em regiões próximas aos núcleos de povoados proporcionou a inserção dos nativos na economia colonial através do trabalho, que deveria se constituir como uma atividade remunerada.²⁸⁶ Desse modo, a participação de nativos aldeados na formação da sociedade colonial de Pernambuco foi substancial, sobretudo quando forças indígenas eram arregimentadas para os conflitos coloniais, resultando na ocupação e colonização do território, pois aldeamentos foram frequentemente deslocados para os chamados sertões ou criados nessas regiões com indígenas locais ou arregimentados dos aldeamentos do litoral.

O século XVII foi marcado pelas várias guerras que culminaram na expansão das fronteiras coloniais para o sertão. Na medida em que a interiorização avançava, novas aldeias eram construídas com o propósito de ocupar e proteger o território recém conquistado. A construção da aldeia Santo Amaro, em 1602, seguiu esta estratégia. Estabelecida nas margens do rio Manguaba, o aldeamento deveria ficar “no lugar mais próximo aos pretos levantados nos Palmares”. Sabe-se que ali residiram até que foram acudir as minas de salitre por ordem do rei”.²⁸⁷ Inserir indígenas em uma região de intensa produção açucareira visava também a conter as fugas de escravizados das propriedades rurais, bem como atender as necessidades dos colonos locais, seja nos trabalhos dentro dos engenhos, no corte de pau-brasil ou na extração de outras madeiras para aquecer as fornalhas. Esta última atividade foi uma das mais atribuídas aos indígenas em Alagoas, de acordo com os relatos de Léry²⁸⁸ e Dussen.²⁸⁹

²⁸⁵ Expressão usada pela historiadora Kalina Vanderlei Silva para se referir a estratégia das barreiras indígenas, enfoque do tópico. SILVA, Kalina Vanderlei. Op. cit., 2010, p. 152.

²⁸⁶ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colo-nial (século XVI a XVIII).” In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/SMC: Cia das Letras, 1992, p. 117-118.

²⁸⁷ CABRAL, João Francisco Dias. “Vestígios de uma antiga família estabelecida no território de Santa Maria Magdalena da Lagos do Sul”. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, v. II, nº. 11, 1879, p. 15.

²⁸⁸ LÉRY, Jean de. Op. cit., 2007, p. 168-174.

²⁸⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit., 2004, p. 190-191.

Em 1614, outro aldeamento foi criado no litoral Norte de Alagoas, próximo a Penedo e Alagoas do Sul, área onde já havia alguns engenhos e canaviais. A aldeia, que não conseguimos identificar seu nome, posteriormente serviu como barreira contra as investidas dos holandeses e palmaristas.²⁹⁰ Outra aldeia criada nessa região foi a de Una, construída ao Sul do Rio Una, próxima à vila de Sirinhaém, que também serviu a este propósito. O aldeamento foi destruído em 1636 em um ataque de tropas neerlandesas, não sobrando “nem mesmo a própria igreja, que deixaram saqueada e bastante danificada”.²⁹¹ Posteriormente, a população sobrevivente foi relocada em outros aldeamentos próximos até que a aldeia fosse reconstruída, dessa vez próxima ao rio Pernisunga, em Alagoas, em algum momento antes de 1660.²⁹²

Alguns outros aldeamentos em Pernambuco foram estabelecidos com o mesmo propósito e erigidos na região hoje denominada de Zona da Mata²⁹³, como foi o caso da aldeia São Miguel, construída próxima ao povoamento de São Lourenço²⁹⁴, e a aldeia Acajuapaie, estabelecida próxima ao Rio Capibaribe²⁹⁵ antes de 1640. Ambos os aldeamentos estavam localizados a poucos quilômetros de mais de dez engenhos em atividade na Várzea do Capibaribe.²⁹⁶

Como a construção das aldeias era importante para a defesa da região, o processo de estabelecimento era bastante organizado, tentando evitar a fuga ou as queixas dos aldeados. Nesse processo, várias famílias de indígenas eram deslocadas para as áreas mais perigosas aos povoamentos, visando também reforçar a quantidade de nativos das aldeias, pois, muitas vezes, os próprios indígenas fugiam para Palmares. Isso aconteceu com a aldeia Ananases em 1661. Nesse ano, o governador Francisco de Brito Freire informou da sua decisão de reforçar a população da referida aldeia ao governador-geral Francisco Barreto de Meneses (1657-1663), com o objetivo de fortificar o contingente para que ela melhor servisse como barreira aos ataques dos palmaristas:

²⁹⁰ Sobre a aldeia construída em 1614, cf. CABRAL, João Francisco Dias. Op. cit., IHGAL, 1879, p. 15. Para os engenhos nessa região, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit., 2012a, p. 134-144.

²⁹¹ COSTA, Francisco A. Pereira da. Op. cit., 1952, p. 53.

²⁹² FERREIRA, Lorena de Mello. Op. cit., 2006, p. 13.

²⁹³ A Mesorregião da Mata Pernambucana é uma das cinco que formam o atual estado de Pernambuco.

²⁹⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit., 2004, p. 185.

²⁹⁵ Idem. Tempo dos Flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p. 227-229.

²⁹⁶ Sobre os engenhos da região citada, cf.: MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit., 2012a, p. 57-73.

Acabou vossa Senhoria com a Guerra dos Holandeses, nestas Capitâneas, e começam a fazerem os negros de Palmares, que continuamente quietão os moradores por todas as partes; Haverá quinze dias que deram na freguesia de São Lourenço e levaram 16 escravos daqueles vizinhos, despachei em seguimento o capitão Francisco Ramos com 40 soldados e alguns índios, poderá ser que os encontrem, por que todavia não é recolhido; Ontem que foram 22 do corrente chegou aviso ao mestre de campo Antônio Dias Cardoso do capitão Belchior Álvares Camelo, que o Governador André Vidal havia mandado aos Palmares antes de minha chegada com sua tropa de 90 soldados, como ficava no Rio de S. Francisco com 60 negros que aprisionou em uns mocambos que tinham situado de seis meses a esta parte, tanto que se recolher esta gente determino repetir outras tropas por aquelas capitâneas de Porto Calvo e Sirinhaém onde os moradores são mais molestadas, por cujo respeito mando agora 25 índios com mulheres e meninos a povoarem a Aldeia de Ananases distrito do mesmo Sirinhaém, por nos pedirem o capitão-mor e câmara entendo que com esta vizinhança enfrearão o desaforo dos negros.²⁹⁷

O envio das famílias de indígenas para a aldeia Ananases foi provavelmente organizado pelas lideranças do Terço de Camarão, que possivelmente foram viver na aldeia, levando em consideração que a medida pretendia justamente fortificar seu poder. O mesmo ocorreu em 1685, quando novamente a aldeia recebeu mais indígenas. Desta vez é exposto na carta que o próprio Antônio Pessoa Arcoverde, então governador de índios, recebeu ordens diretas para organizar todo o processo:

Ordeno a Antônio Pessoa Arcoverde, governador dos Índios, mande situar a aldeia chamada dos Ananases com 12 casais dos índios de sua jurisdição, levando consigo toda a sua família e parecendo-lhe necessário mais casais os meterá nela para que com esta povoação na dita aldeia se assegurem as circunvizinhas a ela dos assaltos dos negros dos Palmares.²⁹⁸

Aumentar a população de nativos do aldeamento ajudava tanto na proteção da região onde estava localizado quanto definia a possibilidade de expansão para o interior, o chamado sertão colonial, alargando as fronteiras rumo a um território não colonizado. Com a aplicação da estratégia, a expectativa era que as aldeias também impossibilitassem o agrupamento dos fugitivos. Desta forma, deslocar contingentes indígenas para o sertão foi uma medida que visou ao crescimento do poderio militar

²⁹⁷ “Escreveu ao mesmo [governador-geral do Estado do Brasil, Francisco Barreto de Meneses] sobre os negros dos Palmares, e sobre os índios que foram povoar a aldeia dos Ananases”. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 49.

²⁹⁸ “Ordenou ao Governador dos Índios situar a Aldeia dos Ananases com 12 casais dos Índios da sua jurisdição”. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 424.

colonial em áreas pouco povoadas, uma vez que o aldeamento também servia como um ponto de partida para as tropas que saíam em expedição rumo a Palmares. Vejamos outra situação:

E porque Vossa Majestade vejam que não falto com aquilo que está em minha mão lhes concedo a licença que me pedem para passarem a aldeia dos índios que está nesta sua jurisdição para o Engenho de Chucaup [Engenho Cocaú, às margens do rio Capibaribe, na região de Sirinhaém]; folgarei muito que por esta via se fique reparando o dano que os moradores recebem dos tapanhunos levantados, com esta vai a ordem para o capitão de mudar com a sua gente seguindo o que vosmicês lhe derem sobre o sítio em que se hão de aposentar, advertindo que se lhes for necessário mantimento para estes primeiros meses, vosmicês os hão de dar enquanto não tiverem fruto de suas plantas, porque o mesmo fizeram os oficiais da câmara com o capitão-mor Camarão no Porto Calvo.²⁹⁹

Este é um trecho de uma carta escrita pelo governador Jerônimo de Mendonça Furtado em 1666 para a câmara de Sirinhaém. Não foi mencionado qual aldeamento seria deslocado para região em questão, mas o governador foi enfático ao declarar que tinha expectativa no sucesso da estratégia para que reparasse “o dano que os moradores recebem dos tapanhunos³⁰⁰ levantados”. É possível inferir que a administração do aldeamento passou a ser particular, já que ficou dentro da jurisdição do Engenho Cocaú, bem como foi sendo feita sem a intermediação de um religioso. Provavelmente também os nativos aldeados passaram a trabalhar compulsoriamente no engenho.³⁰¹ Como se verá adiante, o envio de indígenas para o sertão de Palmares aumentou progressivamente ao decorrer da segunda metade do século XVII, devido não somente as necessidades da guerra, como o importante auxílio na penetração da região, devido à falta de conhecimento dos colonos, mas também para reforçar o contingente para auxiliar nas atividades econômicas locais.

²⁹⁹ “Escreveu a câmara de Sirinhaém sobre a mudança da Aldeia para o engenho de Cocaú.” 17 de junho de 1666. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 203.

³⁰⁰ Um dos termos atribuídos aos africanos habitantes na América Portuguesa.

³⁰¹ Situações como essas geravam vários conflitos entre proprietários rurais, religiosos e indígenas. Mutas vezes por causa da escravização dos indígenas e do trabalho compulsórios no qual os indígenas eram submetidos, algo denunciado pelos religiosos, ou mesmo pela própria administração dos aldeamentos. Os historiadores Ricardo Pinto de Medeiros e Fátima Lopes apresentaram em suas obras vários conflitos motivados por brigas entre religiosos e proprietários rurais acerca do trabalho indígena. Cf. LOPES, Fátima Martins. 2003; MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Op. cit., 2000.

Embora a guerra contra os palmaristas ainda perduraria por muitos anos, a estratégia continuou recorrente nas décadas seguintes. Desde 1671, o governo-geral e o de Pernambuco organizaram várias expedições não apenas para conter os ataques dos palmaristas e capturar os prisioneiros, mas para achar os mocambos espalhados pelas matas. Sob ordem do governado Fernão de Souza Coutinho, grandes contingentes foram mobilizados em 1672 para a região, resultando na captura de sessenta palmaristas. Contudo, a fuga dos sobreviventes, o reagrupamento em outros mocambos e o esgotamento dos militares que passaram cerca de quatro meses estacionados nas matas, tornaram ínfimo o sucesso da repressão.³⁰²

Na “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador D. Pedro de Almeida de 1675 a 1678”, é descrita a situação de Pernambuco assim que Pedro de Almeida assume o governo da capitania:

Com todas estas entradas ficaram as nossas povoações destruídas, e os Palmares conservados; sendo a causa principal deste dano a dificuldade dos caminhos, a falta das aguas, o descômodo dos soldados, porque como são montuosas as serras, infecundadas as árvores, espessos os matos, para se abrirem é trabalho excessivo, porque os espinhos são infinitos, as ladeiras muito precipitadas, e incapazes de carruagens para os mantimentos com que é forçoso que cada soldado leve às costas a arma, pólvora, balas, capote, farinha, água, peixe, carne e rede com que possa dormir; com a carga que os oprime é maior que o estorvo, que os impede; ordinariamente adoecem muitos, assim pelo excesso do trabalho, como pelo rigor do frio; e estes ou se conduzem a ombros, ou se desamparam às feras; e como os negros são senhores daqueles matos, e experimentados naquelas serras, o uso os tem feito robustos naquele trabalho e fortes naquele exercício. Com que nestas jornadas nos costumam fazer muitos danos, sem poderem receber nenhum estrago, porque, encobertos nos matos e de fendidos dos troncos, se livram a si e nos maltratam a nós. Este era o estado em que achou D. Pedro de Almeida, quando entrou a governar estas capitânias; e como os clamores do perigo comum, e a guerra da insolência dos negros era geralmente lamentada de todos os moradores; logo tratou de acudir ao remedio daqueles povos, e de conquistar a soberba daqueles inimigos.³⁰³

O balanço das expedições feitas entre os vinte anos (1654-1674) antes do novo governador foi bastante negativo. Dentre os fatores apontados, ressalta-se a falta de conhecimento do terreno de Palmares, principal embaraço às expedições. É interessante

³⁰² FREIRAS, Décio. Op. cit., 1981, p. 94-96; GOMES, Flávio. Op. cit., 2019, p. 166.

³⁰³ “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida de 1675 a 1678 (M. S. oferecido pelo Exm. Sr. Conselheiro Drummond)”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), v. 22, 1859, p. 310-311.

notar que não apenas nesse conflito em particular o desconhecimento da geografia da região onde habitavam os inimigos foi motivo de queixas. O historiador Evaldo Cabral de Mello destacou que o mesmo acontecia com os neerlandeses décadas antes, onde as reclamações dos soldados que marcharam contra Palmares “parecem sair de relatório militar neerlandês de 40, 50 anos antes”.³⁰⁴ As queixas sobre o terreno eram tão detalhadas que serviam para justificar o insucesso das incursões:

[...] o nosso exército, que pode domar o orgulho de Holanda naquele tempo, já formidável a todo mundo, nenhum efeito tem conseguido contra estes bárbaros em várias e repetidas entradas que fez aos Palmares com grande dispêndio da Fazenda Real, antes com o pouco dano que receberam, se lhe aumentou a confiança, para nolo fazerem maior. A razão desta diferença é que na guerra dos Holandeses era a vitória do valor, nesta do sofrimento: lá pelejava-se contra homens, cá contra a fome do sertão, contra o inacessível dos montes, o impenetrável dos bosques e contra os brutos, que os habitam.³⁰⁵

O agigantamento da região nos relatos criou a imagem de que as matas de Palmares eram quase impenetráveis, justificando um melhor pagamento dos soldos e a dispensa de tributos devido aos custos na formação e manutenção das tropas que, às vezes, passavam meses estacionadas em arraiais criados dentro da mata. Esses pedidos de isenção de tributos, ou mesmo ajuda da Coroa para financiar nos custos da guerra, foram comuns em todas as fases do conflito. Em 1663³⁰⁶, moradores das vilas de Pernambuco reclamavam de tributos donatários e do “donativo da Rainha da Inglaterra e paz de Holanda”, que através da Câmara de Olinda, na tentativa de negociar o pagamento das taxas de tributos, propôs fazer o pagamento em pau-brasil, justificando que a difícil situação econômica da capitania deixou os moradores “molestos de tantas sangrias, envelhecidos nas opressões”³⁰⁷, e nas tentativas de negociação com a Coroa,

³⁰⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit., 2007, p. 314.

³⁰⁵ “Cópia de uma carta de 25 de junho de 1687 que se escreveu de Pernambuco sobre os negros dos Palmares”. In: ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 160.

³⁰⁶ “Carta dos oficiais da Câmara de Pernambuco ao rei [D. Afonso VI] sobre o zelo com que o governador da dita capitania tem tratado a administração pública, principalmente no que se refere às obras das pontes do Recife, Afogados e dos Carvalhos, bem como nas áreas da justiça com a domesticação dos Tapuias e aquietação dos negros dos Palmares; pedindo para se reformar uma parte da milícia de Infantaria a fim de desonerá-los do peso das contribuições e poderem colaborar com o dote da Rainha da Inglaterra e Paz de Holanda”. 25 de março de 1663. AHU_CU_015, Cx. 7, D. 700.

³⁰⁷ “Carta dos oficiais da Câmara de Pernambuco ao rei D. Afonso V, pedindo licença para embarcar 30 quintais de pau-brasil para o reino”. 1 de agosto de 1664. AHU_ACL_CU_015, Cx. 8, D. 742.

pediam “clemencia de Vossa Majestade” para que “fique mais tolerável este peso em ombros tão fracos”.³⁰⁸ De toda forma, a Coroa recusou a proposta.³⁰⁹

Na década de 1670, novos pedidos de ajuda de custo a Fazenda Real para formação de expedições foram feitos, e a justificativa continuou a mesma: apenas os moradores não poderiam “obrar coisa alguma sem grande despesa da Fazenda de Vossa Alteza”.³¹⁰ Como a Coroa contribuiu com custos das expedições em vários momentos, não renunciou à cobrança dos tributos, chegando a confiscar bens daqueles que não pagavam ou estavam em atraso.³¹¹

O agravamento da crise econômica e discordâncias políticas entre governadores da capitania de Pernambuco e o governo-geral, motivados por fatores como as disputas por causa da jurisdição de territórios, marcou todo período antes de 1674. De toda forma, as expedições contra os palmaristas não cessaram nesse período. Inclusive, na expedição de 1672 que foi organizada no governo de Fernão de Souza Coutinho, já citada anteriormente, foi construído um arraial para abrigar as tropas que estavam à procura de mocambos nas matas. Além dos problemas já mencionados, a construção do posto militar não serviu bem aos propósitos da grande expedição. Os arraiais eram acampamentos militares improvisados, logo, não havia meios de subsistência além do que a vegetação local oferecia, devido ao tempo preciso para criação de plantações de gêneros alimentícios como àqueles mais consumidos pela população do período: a mandioca, o milho e o feijão.³¹² É interessante evidenciar também a distinção feita entre

³⁰⁸ Carta dos oficiais da Câmara de Pernambuco ao rei sobre um relato de todos os produtos que pagam impostos naquela capitania, o estado de miséria em que fica o povo a pagar tanto tributo, e a importância de se obter licença para remeter pau-brasil ao Reino, livre da restrição da Companhia Geral do Comércio”. 1 de agosto de 1664. AHU_ACL_CU_015, Cx. 8, D. 743.

³⁰⁹ MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*, Pernambuco, 1666- 1715. São Paulo: Editora 34, 2012b, p. 51.

³¹⁰ “Carta do governador da capitania de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, ao príncipe regente [D. Pedro], sobre a organização dos negros fugidos nas terras dos Palmares, informando que está refazendo os Terços militares, e alistando homens capazes para guerrear com os ditos negros”. 1 de junho de 1671. AHU_CU_015, Cx. 10, D. 917.

³¹¹ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit., 2012b, p. 50-51.

³¹² A plantação de mandioca era intensa especialmente na região Sul de Alagoas desde antes da ocupação holandesa, como foi observado por Adrien Verdonk em 1630, uma característica que não mudou no século seguinte. VERDONK, Adrien. “Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adrien Verdonk, posso me recordar”. Escrita em 20 de maio de 1630. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit., 2004, p. 36. Já o feijão e o milho

arraiais e aldeamentos na documentação. Muitos mocambos foram construídos em áreas próximas aos povoamentos coloniais, como engenhos ou mesmo vilas. As aldeias também estavam localizadas nessa região. Quando as expedições conseguiam identificar os caminhos percorridos pelos palmaristas, deslocavam aldeamentos locais ou construíam novas aldeias para facilitar o envio de novas incursões e frear o avanço dos palmaristas para os povoamentos. Diferentemente de um arraial, os aldeamentos se autossustentavam.

O que atrapalhava ainda mais a estadia dos soldados era a dificuldade e a demora no envio de alimentos, “porque sem assistência de cinco ou seis meses nos ditos Mocambos, não será possível em nenhuma maneira extinguirem-se, ou domarem-se”³¹³. Na carta, o governador também relata que fazia parte da estratégia não destruir totalmente os mocambos, pois suas roças deveriam servir para o mantimento dos soldados durante “muitos meses”.³¹⁴ Mesmo com os esforços para a manutenção do posto militar dentro de Palmares, sua estrutura foi abandonada e as tropas retornaram, gerando um quase total fracasso da expedição, tendo os militares ocupado somente um mocambo com mais de 700 casas, mas sem fazer muitos prisioneiros. Os palmaristas capturados foram reescravizados e divididos entre os expedicionários e os colonos que, reconhecendo os fugitivos, pagaram uma quantia de dois mil réis e restituíam seus escravizados.³¹⁵ Nessa expedição, foram arregimentados indígenas dos aldeamentos próximos, mas o quantitativo total não foi especificado.³¹⁶

A expedição não apresentou os resultados esperados, mas logo novas ações foram tomadas para evitar ataques dos palmaristas, e dentre elas o envio de indígenas para reforçar o contingente das aldeias estabelecidas no sertão de Palmares. Poucos

constituíam-se como alimentos bastante produzidos no século XVII. Cf.: SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). Op. cit., 2020, p. 390-398.

³¹³ “CARTA do [governador da capitania de Pernambuco], Fernão de Sousa Coutinho, ao príncipe regente [D. Pedro], sobre os negros levantados dos Palmares e as tentativas para sua extinção”. 19 de agosto de 1673. AHU_CU_015, Cx. 10, D. 988.

³¹⁴ Ibidem.

³¹⁵ Ibidem. Na carta é mencionado o número de palmaristas capturados e seu destino. Ver também: FREITAS, Décio. Op. cit., 1981, p. 96.

³¹⁶ “Carta do governador da capitania de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, ao príncipe regente [D. Pedro], sobre a organização dos negros fugidos nas terras dos Palmares, informando que está refazendo os Terços militares, e alistando homens capazes para guerrear com os ditos negros”. 06 de outubro de 1671. AHU_CU_015, Cx. 10, D. 917.

meses depois do fim da expedição, o governador-geral Afonso Furtado de Castro Rio de Mendonça escreveu uma carta para Fernão de Sousa Coutinho e Antônio Vaz Gondim, o capitão-mor do Rio Grande, “acerca das pessoas que se devem propor nas Aldeias da jurisdição de D. Diogo Pinheiro Camarão”³¹⁷. É possível inferir que o governador-geral acreditou que a instalação de aldeias na região fosse um meio eficaz, pois, no ano seguinte, em outra carta escrita para Pedro de Almeida sobre a conquista de Palmares ele valorizou a ação de Diogo Pinheiro Camarão nas expedições que foram realizadas até então, “por ser sua pessoa muito necessária para acompanhar, com eles a conquista”.³¹⁸ No entanto, desaconselhou Pedro de Almeida em colocá-lo como líder de uma expedição em 1674, por não ter as “qualidades de autoridade, respeito, e disposição”, devido a nenhum oficial branco querer servir ou obedecer as ordens de um indígena, o que poderia gerar vários incômodos que poderiam prejudicar toda a incursão.³¹⁹ O governador-geral escreveu ainda uma outra carta para Antônio Vás Gondim, onde ordenou que o capitão-mor escolhesse “de todas as aldeias dessa capitania os índios que forem suficientes para aquela guerra” e os enviasse para Palmares.³²⁰ A partir de agora, o envio de aldeias para as regiões estratégicas aparece com mais frequência nos planos dos governadores, possivelmente por causa da experiência obtida na instalação dos arraiais, devido principalmente na dificuldade da sua manutenção em meio as matas, algo que não seria um problema grave problema na instalação de aldeias na região, pois as aldeias se autossustentariam na medida em que o assentamento estivesse feito, apesar de inicialmente depender do envio de mantimentos para seu próprio mantimento, devido à espera das colheitas.

O governo de Pedro de Almeida iniciou em fevereiro de 1674, mas desde o ano anterior o novo governador já vinha negociando e tratando dos assuntos econômicos e militares da capitania, identificando sérios problemas na sua defesa, como a falta de

³¹⁷ “Carta que se escreveu ao Governador de Pernambuco e ao Capitão-mor da Capitania do Rio Grande sobre as pessoas que se devem propor nas Aldeias de D. Diogo Pinheiro Camarão”. 27 de janeiro de 1673. DHBN, vol. 10, Rio de Janeiro, 1929, p. 73.

³¹⁸ “Carta que se escreveu a Dom Pedro de Almeida Governador de Pernambuco sobre a Conquista dos Palmares [1674]”. DHBN, vol. 10, p. 109.

³¹⁹ “Carta que se escreveu a Dom Pedro de Almeida Governador de Pernambuco sobre a Conquista dos Palmares”. DHBN, vol. 10, 1929, p. 108-109.

³²⁰ “Carta para o Capitão-mor do Rio Grande Antônio Vás Gondim para mandar os índios para a conquista dos Palmares”. DHBN, vol. 10, 1929, p. 116.

abastecimento de munições.³²¹ Ainda em 1673, Pedro de Almeida escreve ao príncipe regente solicitando o fornecimento de mais munições e propondo sugestões de como o processo poderia ser feito agilmente. O príncipe D. Pedro de Bragança respondeu positivamente, atendendo ao seu pedido e enviando a renda necessária para abastecer a capitania.³²²

A atuação de Pedro de Almeida na área militar da capitania foi marcada, logo em seu início, por algumas reformas feitas nas tropas e pela repressão aos mocambos de Palmares. Em abril de 1674, o governador planejou construir novos aldeamentos em pontos estratégicos da capitania. É possível afirmar que as novas medidas articuladas pelo governador foram tomadas mediante os fracassos na repressão dos mocambos nos anos antes, e os aldeamentos serviriam justamente para reforçar o contingente local em casos de novos ataques. O propósito da estratégia era fazer os aldeamentos servirem como escudo às vilas, como Porto Calvo, sendo estabelecidos no sertão, próximos aos mocambos. Ou seja, as aldeias ocupariam a região na mesma medida em que também serviam para atacar os palmaristas. Além disso, um terceiro propósito dos aldeamentos dentro dessa estratégia de defesa pode ser percebido no planejamento feito por Pedro de Almeida:

O que convém ao serviço de Vossa Alteza e conservação das suas praças, me apliquei a este negócio com remédio que me parece será ocasião de começarmos a extinguir estes negros; tenho determinado abalar [os mocambos] as aldeias dos índios que governa o Camarão com cem soldados brancos, e pô-las de assento em oposição aos Palmares, com que ficam estas aldeias nesta forma cobrindo estas duas capitancias [Porto Calvo e Alagoas do Sul], impedindo que baixem os negros, e que senão entrem outros.³²³

Como visto, é possível inferir que as aldeias serviam para abrigar os soldados enviados nas expedições, semelhantemente a um arraial. No entanto, longe de uma

³²¹ Carga do [governador nomeado à capitania de Pernambuco], D. Pedro de Almeida, ao príncipe regente [D. Pedro], sobre o estado das praças da dita capitania e de suas anexas, devido a falta de munição para defendê-las. 20 de agosto de 1673. AHU_CU_015, Cx. 10, D. 989.

³²² Carga do [governador da capitania de Pernambuco], D. Pedro de Almeida, ao príncipe regente [D. Pedro], sobre a chegada do navio vindo da Índia, falta de material bélico e pessoal especializado, soldo da infantaria e plano de destruição dos negros de Palmares. 30 de abril de 1674. AHU_CU_015, Cx. 10, D. 1007 [anexo 1].

³²³ Carga do [governador da capitania de Pernambuco], D. Pedro de Almeida, ao príncipe regente [D. Pedro], sobre a chegada do navio vindo da Índia, falta de material bélico e pessoal especializado, soldo da infantaria e plano de destruição dos negros de Palmares. 30 de abril de 1674. AHU_CU_015, Cx. 10, D. 1007 [anexo 1].

interpretação que entenda o aldeamento como algo fixo e imóvel, é importante evidenciar a mobilidade das aldeias em todas as fases do conflito: as aldeias eram frequentemente deslocadas e estabelecidas nas áreas que registravam maior quantidade de ataques dos palmaristas, evitando ataques e dificultando a fuga de escravizados para as matas. De toda forma, o príncipe regente e o Conselho Ultramarino criticaram todo o planejamento, afirmando que o estabelecimento de aldeamentos não seria suficiente para desbaratar os palmaristas.³²⁴ Embora não se tenha notícia se Pedro de Almeida chegou a ser informado dessa desaprovação, sabemos que o governador agilizou a organização de uma expedição contra Palmares ainda antes de setembro de 1674.

Os detalhes dessa expedição serão apresentados posteriormente. Cabe por enquanto apenas evidenciar que embora os conselheiros e o príncipe não tenham apoiado a ideia, Pedro de Almeida organizou o deslocamento de famílias indígenas para formarem novas aldeias no sertão de Palmares. Considerando que a situação da guerra precisava de uma ofensiva mais eficiente e duradoura, porque até então os fracassos das entradas que foram feitas “por várias vezes, e com grande cuidado, e despesa [...] o não conseguiram pela brevidade com [que] iam ao sertão”³²⁵, o governador iniciou a organização do estabelecimento das aldeias no chamado sertão de Palmares para facilitar o sucesso das entradas, já que a fixação de indígenas nessas localidades fortaleceria o contingente militar e também a própria penetração da região. Para efetivar seu planejamento, inicialmente Pedro de Almeida pede a autorização³²⁶ de Afonso Furtado pedindo no envio de nativos aldeados das capitanias da Paraíba e Rio Grande

³²⁴ Ibidem [anexo 2].

³²⁵ “Carta que se escreveu a Dom Pedro de Almeida Governador de Pernambuco sobre a Conquista dos Palmares [1674].” DHBN, vol. 10, p. 107.

³²⁶ Como eram capitanias régias e não subordinadas ao governo de Pernambuco, qualquer ordem fora de sua jurisdição precisava de uma autorização do governo-geral. Para uma discussão mais aprofundada a respeito das chamadas “capitanias anexas”, cf.: CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. *Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”*: O Perfil de Recrutamento, a Comunicação Política e as Jurisdições dos Governadores da Capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756). Tese (Doutorado em História) – Programa Interuniversitário de Doutoramento em História Universidade de Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora, Lisboa, 2019; já sobre o governo-geral e a administração das guerras coloniais, ver: ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. *Governança em tempo de guerra: governo geral do Estado do Brasil e a gestão da defesa (1642-1654)*. Dissertação (mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014; COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII)*: ofício, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume/FAPEMIG, 2009; COSENTINO, Francisco Carlos. “Governadores gerais do Estado do Brasil pós Restauração: guerra e carreira militar”. *Varia História*, n. 48, Belo Horizonte, 2012.

para o sertão de Palmares, sendo atendido. Em setembro de 1674 o governador-geral escreve carta para Pereira de Lacerda, governador da Paraíba, ordenando que

Os índios que houver capazes de tomar armas nas Aldeias dessa capitania por serem muito necessários para a conquista dos Palmares, ficando os menos aptos e suas mulheres plantando suas roças, e conservando as aldeias, enquanto durar aquela guerra, depois da qual serão outra vez restituídos a elas: pois não convém ao serviço de Sua Alteza se mudem outra para parte quando ali são tão precisos para ajudar a defender essa praça, e a remediar seus moradores, como a Câmara dessa capitania me representou.³²⁷

Já para Antônio do Vaz Gondim, capitão-mor do Rio Grande, escreveu:

E porque é de tanta importância como se deixa ver a conquista dos Palmares; no mesmo ponto que Vossa Mercê receber esta carta, que há de acompanhar outra do Sr. D. Pedro de Almeida, escolha de todas as Aldeias dessa Capitania os índios, que forem suficientes para aquela guerra depois de estar primeiro metido de posse o dito Francisco de Almeida Vena da administração deles, e dos ditos índios bem armados mande Vossa Mercê a ordem do Sr. Pedro de Almeida.³²⁸

Em ambas as cartas Afonso Furtado alertou aos endereçados de que arregimentassem apenas os homens aptos a marchar, ficando nas aldeias o restante dos indígenas para conservarem as roças e não abandonarem o local, que são tão “precisos para ajudar a defender” os moradores. Através desse relato, fica ainda mais evidente a importância das aldeias para a produção de alimentos e para a defesa dos núcleos de povoamento, e que a estratégia das barreiras indígenas não foi praticada apenas para o caso de Palmares.³²⁹ Além disso, fica claro também como o recrutamento dos indígenas para os conflitos era feito, e pode se concluir que a participação deles era central para o desenrolar dos confrontos que seriam travados. Não apenas para a Guerra de Palmares forças indígenas foram enviadas, mas para vários outros combates ao decorrer da segunda metade do século XVII, como a Guerra do Recôncavo e a Guerra do Açú.³³⁰

³²⁷ “Carta para o Governador da Paraíba Manuel Pereira de Lacerda sobre dar os índios para a dita Conquista”. 13 de setembro de 1674. DHBN, vol. 10, p. 117-118.

³²⁸ “Carta para o Capitão-mor do Rio Grande Antônio Vás Gondim para mandar os índios para a conquista dos Palmares”. 18 de setembro de 1674. DHBN, vol. 10, p. 116.

³²⁹ A mesma estratégia foi usada na Guerra do Açú, ocorrida nas últimas décadas do século XVII, quando aldeamentos foram deslocados ou criados próximos as regiões onde os Tarairiú viviam. A esse respeito, cf. LOPES, Fátima Martins. Op. cit., 2003, p. 344.

³³⁰ Historiadores como Pedro Puntoni e Maria Idalina fizeram análises desses famosos episódios da conquista dos sertões das capitanias do Norte do Estado do Brasil. Ver: cf. PUNTONI, Pedro. Op. cit., 2002; PIRES, Maria Idalina da Cruz. *A Guerra dos Bárbaros: resistências e conflitos no nordeste colonial*. 2. ed. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

Vale salientar que nos casos de arregimentações de nativos para os conflitos em Palmares, os indígenas eram enviados para as aldeias já instaladas nas áreas onde as expedições iriam sair. Outras vezes, para arraiais construídos em pontos estratégicos nas matas³³¹

Em todo processo de mudanças de aldeias, ou de indígenas para arraiais instalados nas matas, nem sempre os indígenas aceitavam pacificamente as ordens impostas. Na documentação podemos identificar alguns casos de deslocamentos de aldeias em que houve forte resistência dos nativos, que muitas vezes fugiam dos aldeamentos ou reclamavam da mudança. Na verdade, desde o início do século XVII que isso gerava preocupação na administração colonial, como observou Diogo de Campos Moreno em 1612 com uma aldeia em Alagoas.³³² Em 1665, moradores da Paraíba e Rio Grande fizeram queixas ao governador-geral Vasco de Mascarenhas, o Conde de Óbidos, reclamando da saída de indígenas que viviam em aldeias instaladas em suas capitanias para as de Pernambuco, feitas pelo capitão-mor dos índios Diogo Pinheiro Camarão. Na carta para o capitão-mor datada de abril do mesmo ano, o Conde de Óbidos escreveu:

Tenho entendido, por queixa que se me fez da Paraíba, e Rio Grande, que o capitão-mor Dom Diogo Pinheiro Camarão, manda ocultamente induzir os índios das aldeias que naquelas capitanias estão, para segurança de seus moradores; o que eu não posso crer; por ser grande o prejuízo que causa ao serviço Del-Rei meu Senhor. Aos capitães-mores de ambas as capitanias ordeno, e encarrego conservem as ditas aldeias; e não só não consintam que delas se tire um só índio; mas antes façam recolher a elas todos os que forem da obrigação das mesmas Aldeias, nas quais é tão importante, assistam, como está pedindo a vizinhança dos Tapuias inimigos; cujo temor obriga a aqueles moradores a repetir a queixa de os tirarem.³³³

A carta não informa o porquê Diogo Camarão estava retirando os indígenas das aldeias, mas apenas que isso gerou um forte incômodo entre os moradores e os governadores. A hipótese é que o capitão-mor dos índios tenha arregimentado, sem autorização, indígenas para robustecer a força do Terço dos Índios, visto que, nesse

³³¹ Isso será percebido melhor adiante, em situações que várias aldeias recebiam reforços de sua população, como foi o caso da aldeia Ananases em pelo menos duas vezes entre 1660 e 1885.

³³² MORENO, Diogo de Campos. Op. cit., 1955, p. 113.

³³³ “Carta para o Capitão-mor Dom Diogo Pinheiro Camarão acerca dos índios”. DHBN, vol. 9, Rio de Janeiro, 1929, p. 224-225.

momento, a tropa indígena estava próxima à vila de Porto Calvo, protegendo os engenhos da região contra os ataques dos palmaristas, como expresso em carta do governador Jerônimo de Mendonça Furtado para a Câmara de Alagoas.³³⁴ Aliás, nesse caso em particular percebemos um conflito de jurisdição.

A retirada dos indígenas feita por Diogo Camarão fez parte do planejamento de Jerônimo de Mendonça Furtado para fortificar a defesa da região próxima à vila de Porto Calvo. Além de enviar o Terço dos Índios, o governador idealizou criar aldeias no mesmo território, abrigando os indígenas da tropa, como escreveu em abril de 1665:

O remédio mais eficaz [contra Palmares] que de presente pode haver sobre os mais que se tem buscado, é situar uma aldeia nas cabeceiras do Porto Calvo, junto à onde chamam o [engenho] Morro, e ali tenho mandado aposentar o capitão-mor D. Diogo Pinheiro Camarão, com os seus índios, para correrem aquela campanha até as Alagoas, e por esta via assegurar aos moradores dos assaltados que continuamente os negros levantados lhes dão.³³⁵

Ao que tudo indica, o planejamento foi efetivado. No entanto, o governador-geral Vasco Mascarenhas não aprovou a ideia da criação de novos aldeamentos nessa região, chegando a escrever carta para o capitão-mor dos índios proibindo a retirada “para uma e outra aldeia os índios que dela tiver com toda a brevidade possível”³³⁶. Mas o governador Jerônimo de Mendonça Furtado não obedeceu a ordem de Vasco Mascarenhas, justificando à câmara de Porto Calvo que a presença dos indígenas era importante para manter os “moradores em sossego, e aquietação”, informando também que sua decisão permaneceria até receber uma nova resposta do governador-geral Vasco de Mascarenhas.³³⁷ Portanto, é possível afirmar que a decisão de Diogo Pinheiro Camarão em arregimentar os índios se deu em obediência a uma decisão de Jerônimo de Mendonça Furtado, certamente aproveitando que as lideranças do terço têm jurisdição sob todas as aldeias de Pernambuco ao Rio Grande, facilitando o recrutamento de indígenas para Alagoas. Seja como for, tudo indica que os indígenas permaneceram na

³³⁴ “Escreveu a Câmara das Alagoas sobre o negócio dos Palmares”. 11 de abril de 1665. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 184.

³³⁵ *Ibidem*.

³³⁶ “Carta do governador do Estado [do Brasil] ao capitão-mor D. Diogo Pereira Camarão, para que fizesse recolher às suas aldeias os índios que tivesse induzido a si”. Abril de 1665. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 135v.

³³⁷ “Escreveu à câmara do Porto Calvo sobre a retirada do Camarão e sua gente”. 20 de julho de 1665. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 137v.

região, pois em uma carta escrita em setembro de 1665 e endereçada para Câmara de Porto Calvo “sobre o Camarão e os negros levantados”, o governador escreveu:

Eu o aplicarei [Diogo Camarão e sua tropa] pelo contentamento que tenho de me dizerem que estão os negros levantados muito oprimidos com essa vizinhança dos índios, será necessário tê-los sempre contentes, para que esses moradores vivão com o sossego que lhes desejo; e ainda que tarde o capitão-mor, o seu tenente António Pessoa que devia ficar em seu lugar, é sujeito que obrigará a muitos de modo que não entreguem falta na ausência do capitão-mor, e me pareceu muito acertado o meio que vossas mercês tomaram para os obrigar, porque esta casta de gente não atendem a mais que ao interesse.³³⁸

Portanto, como em setembro de 1665 a tropa indígena ainda estava na região de Alagoas, provavelmente o governador-geral permitiu tal decisão, pois não encontramos outros documentos a respeito desse assunto. No ano seguinte, outra mudança de uma aldeia indígena que se situava na jurisdição de Sirinhaém³³⁹, desta vez para perto do engenho Cocaú³⁴⁰:

Muito é para sentir que por causa de negros tapanhunos padeçam os moradores as inquietações e moléstias que vossas mercês me representam, porque havendo por essas vilas e freguesias mancebos mui bem-dispostos com suas armas de fogo, não se ajuntarem para destruir estes mocambos, e outros muitos mais, é coisa lastimosa, e não sei se para estranhar a vossa mercês não se disporem a isso, tendo, por ordem minha, concedido os negros aos soldados, ou pessoas que os tomarem; e bem podem vossas mercês desenganarem-se de que enquanto não tomarem resolução para mandarem daí tropas contra os negros sempre hão de viver avexados deles, porque esperar que daqui vá infantaria a fazer diligência é coisa impossível, sendo que desejo muito conservar a todos os povos pacificamente, mas as impossibilidades me põem embargos à vontade. E porque vossas mercês vejam que não falto com aquilo que está em minha mão lhes concedo a licença que me pedem para passarem a aldeia dos índios que está nesta sua jurisdição para o Engenho de Chucaup [Cocaú]; folgarei muito que por esta via se fique reparando o dano que os moradores recebem dos tapanhunos levantados, com esta vai a ordem para o capitão de mudar com a sua gente seguindo o que vosmicês lhe derem sobre o sítio em que se hão de aposentar, advertindo que se lhes for necessário mantimento para estes primeiros meses, vossas mercês os hão de dar enquanto não tiverem fruto

³³⁸ “Escreveu a câmara do Porto Calvo sobre o Camarão e os negros levantados”. 16 de setembro de 1665. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 140v.

³³⁹ As aldeias que conseguimos identificar nessa região em 1666, são: Ananases, Tapiruçu, São Sebastião e São Miguel do Uma. Como visto, na carta não é mencionado o nome da aldeia que foi deslocada.

³⁴⁰ Ou engenho Cocaú, foi fundado no início do século XVII por Alexandre Moura, governador de Pernambuco entre 1605 e 1615. Em 1641 foi vendido para Duarte Nunes. O engenho foi situado à margem do rio Capibaribe, a oeste do Araquara. Era um Engenho d’água. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit., 2012a, p. 127-128.

de suas plantas, porque o mesmo fizeram os oficiais da câmara com o capitão-mor Camarão no Porto Calvo.³⁴¹

É importante destacar que a aldeia passou para uma administração particular, já que foi transferida para dentro da jurisdição do Engenho Cocaú, algo raro em Pernambuco do século XVII. Em ambos os casos citados, a cautela com a mudança foi motivo de preocupação por Jerônimo de Mendonça Furtado. O estabelecimento das aldeias deveria ser feito em um território com terras férteis o suficiente para que os aldeados criassem suas plantações. Sem isso, a estratégia poderia ficar comprometida devido à resistência dos nativos. Não conseguimos encontrar notícias a respeito do funcionamento logístico dessas aldeias, mas por meio dos relatos é possível inferir que toda população das aldeias era, por vezes, transferida para os locais determinados, o que ajudava na produção dos víveres e o sustento daqueles que iriam combater nas expedições.³⁴²

O governador destacou que “esta casta de gente não atendem a mais que ao interesse” e que é preciso deixá-los “contentes”, ou seja, os indígenas não aceitavam qualquer ordem sem reclamar. Muitas vezes queixavam-se para as suas próprias lideranças, que agiam em prol dos interesses do grupo. Logo, torna-se ainda mais compreensível o papel das lideranças indígenas para os agentes coloniais, e o esforço no mantimento dessas relações através de mecanismos de recompensa como a concessão de patentes militares e honrarias. Em função disso, seja no recrutamento ou nas mudanças de aldeias inteiras, os encarregados por organizarem o processo geralmente eram os militares do Terço dos Índios, certamente para evitarem resistências e fazerem cumprir o estabelecido sem muitas dificuldades.

Retornando ao governo de D. Pedro de Almeida, que assim como Jerônimo de Mendonça Furtado, praticou bastante a estratégia das barreiras indígenas, seu governo também presenciou alguns episódios de resistência indígena. Em 1674, o governador-geral Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça aconselhou Pedro de Almeida a agir com cuidado na mudança de aldeias localizadas em Pernambuco para região de

³⁴¹ “Escreveu a câmara de Sirinhaém sobre a mudança da Aldeia para o engenho de Cocaú”. 17 de junho de 1666. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 204v.

³⁴² Não existem menções a participação de mulheres nos conflitos, nem do quantitativo de pessoas que ficavam nas aldeias. No máximo, menções a quantidade de “famílias” que deveriam ser enviadas para aldeias específicas ou para o reforço de aldeias.

Palmares, “evitando a queixa que terão os mesmos índios [...] daqueles lugares em que a natureza os criou [...] para outros”³⁴³.

Por meio desses casos apresentados, é possível afirmar que a estratégia das barreiras indígenas foi significativa para a conquista e ocupação da região de Palmares. Apesar de alguns momentos o Conselho Ultramarino criticar sua execução, nenhum governador até Pedro de Almeida deixou de enviar indígenas para o meio do conflito. Enviar grandes contingentes para o sertão, na mesma medida em que possibilitou a proteção dos núcleos de povoamento, significou igualmente a oportunidade de expansão. Isso porque vários governadores, quando confrontados sobre como iriam lidar com a Guerra de Palmares, logo pensaram em enviar ou criar aldeamentos nas áreas que apresentavam mais registros de ataques. E como foi bastante praticada, é comum encontrar ocorrências de resistência, já que as aldeias (e as terras adjacentes a elas) eram as principais referências dos indígenas, e a mudança para outras regiões ocasionava um afastamento de um território já conhecido, onde os indígenas estavam mais acostumados a viver, além do risco que estariam frequentemente submetidos, uma vez dentro do campo de batalha.

Ainda assim, nas décadas de 1680 e 1690 a criação das *muralhas do sertão* continuou sendo efetuada pela administração colonial, apesar de já existirem alguns aldeamentos que foram criados ou deslocados nas fronteiras aos mocambos de Palmares. O capitão-mor dos índios, Antônio João Camarão³⁴⁴ foi convocado para arregimentar indígenas do Terço dos Índios e marcharem até a Vila de Porto Calvo, para pegar os mantimentos e irem criar aldeamentos próximos a rios da região:

Ordeno ao governador dos índios D. Antônio João Camarão [que] marche com a sua gente à Vila do Porto Calvo, a donde tenho passado ordem ao capitão-mor e oficiais da câmara dela para lhe darem mantimento de carne e farinha para 80 rações cada mês, para irem situar uma aldeia entre o rio do Canhoto e Mundaú, ou donde parecer mais conveniente, as

³⁴³ “Carta que se escreveu a Dom Pedro de Almeida Governador de Pernambuco sobre a Conquista dos Palmares”. DHBN, vol. 10, p. 113-115.

³⁴⁴ A carta foi endereçada para o “governador dos índios” Antônio João Camarão, contudo, João Camarão nunca chegou a assumir tal posto. Segundo Raminelli, os motivos que fizeram perder o direito de herdar os privilégios do seu pai, Antônio Felipe Camarão, foi o seu envolvimento em graves incidentes desde quando assumiu o posto do capitão-mor dos índios na capitania do Rio Grande, como um assassinato de uma indígena e o consentimento de outros. RAMINELLI, Ronald. “Honras e Malogros: Trajetória da Família Camarão 1630-1730”. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; VAINFAS, Ronaldo. *Império de Várias Faces: Relações de Poder no Mundo Ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 181.

quais se lhe irão continuando de carne e farinha cada mês por tempo de 6 meses, como ajustaram comigo, até plantarem os mantimentos de que se não de valer, e serão obrigados os ditos índios a virem buscar os ditos mantimentos todos os meses à povoação, ou outro lugar donde for mais conveniente, e assim ordeno ao capitão-mor Sibaldo Lins, e aos oficiais da câmara da dita Vila se lhes dê logo o mantimento do primeiro mês para entrarem sem a menor dilação, e na mesma forma se lhe esteja este pronto para as mais vezes que se vierem buscar, cuja prevenção é assim necessária pelo serviço que não fazer a Sua Alteza e a estes povos.³⁴⁵

O governador Aires de Sousa de Castro também ordenou ao provedor da Fazenda enviar dezessete arcabuzes, bem como munições, pólvora e ferramentas aos indígenas que iriam povoar as aldeias que seriam construídas. Não se tem notícias se as munições ofertadas aos nativos se constituíram como uma forma de pagamento. Diferentemente das outras tropas regulares, como as tropas burocráticas, os indígenas aldeados não recebiam soldos.³⁴⁶ Logo, não é difícil pressupor que isto também tenha provocado reclamações dos indígenas e, conseqüentemente, um desgaste da estratégia das *muralhas do sertão*. Toda a efetivação do planejamento em criar aldeias nas regiões próximas às matas onde viviam os palmaristas era, por vezes, desfavorável aos aldeados. A mudança para um novo território, o afastamento da sua aldeia original (nos casos em que a aldeia toda não era deslocada), a nova vivência em uma área mais perigosa, a constante arregimentação para os conflitos, todos estes fatores podem ser apresentados.

Outras vezes, as reivindicações dos nativos eram representadas pelos agentes coloniais responsáveis pelos aldeamentos ou por meio dos moradores preocupados com a defesa local e com a disponibilidade do trabalho indígena. Em 1685, os moradores da Capitania de Itamaracá reclamaram ao Rei acerca da mudança da aldeia de Itapicirica, no momento localizada na fronteira entre Itamaracá e Pernambuco, servindo como barreira aos ataques dos povos indígenas do sertão. Os colonos afirmaram que a

³⁴⁵ “Ordenou ao governador dos índios fosse situar as aldeias entre o rio do Canhoto e o Mundaú”. 8 de outubro de 1680. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 363-363v.

³⁴⁶ Sobre o pagamento das tropas regulares e milícias, cf.: SILVA, Kalina Vanderlei. *O Miserável Soldo & A Boa Ordem da Sociedade Colonial – Militarização e Marginalidade na Capitania de Pernambuco nos Séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife. 2001. Na documentação consultada não encontramos notícias sobre o pagamento de indígenas.

mudança se deu por causa dos “servos religiosos dos quais passam na dita aldeia levando os índios dela e de comboio para uma outra que fizeram”.³⁴⁷

Apesar de bastante praticada até meados de 1680, a estratégia começou a perder força em 1685, deixando de estar presente nos planos de guerra de alguns governadores e do Conselho Ultramarino. Daí em diante, a administração colonial passou a considerar outros meios para obter sucesso na guerra, como a construção de arraiais dentro das matas ao invés de aldeias indígenas. A estratégia, por exemplo, não foi sugerida por João de Souza em um parecer escrito em 1685, quando o então ex-governador apresentava um plano para destruir os mocambos de Palmares, propondo que não se fizesse nenhuma trégua aos palmaristas:

[...] me parece enquanto ao primeiro sobre as pazes que os negros do Palmar pretendem que em nenhuma se lhes admitiam, porque a experiência tem mostrado a cavilação com que as intentam sendo em ordem a contemporizar o novo governador que chega ou quando pela sua escandalosa culpa os ameaça a guerra; nenhuma se lhes pode fazer mais ofensiva que conservar nas capitâneas das Alagoas e Porto Calvo (como mais exposta às insinuações dos seus excessos) dois nas eminências que se julguem suficientes a impedir-lhes as correrias que façam, sendo presididas com 80 soldados pagos a 120 índios, com seus casais que é o que basta para a sua conservação e para dificultar aos negros os seus insultos e estorvar-lhe o plantar os mantimentos que é a maior opressão que eles padecem e dano que se lhes pode seguir.³⁴⁸

Mesmo sugerindo construir dois arraiais que deveriam ser conservados por muitos indígenas, a construção dos aldeamentos não foi citada, o que marca uma distinção entre os aldeamentos indígenas, que eram autossuficientes, e os arraiais militares construídos nas matas e mantidos através de reforços que vinham das vilas. Ou seja, o plano não era afastar os indígenas do conflito, mas construir meios mais efetivos para lutar contra os palmaristas dentro do seu próprio território, enviando tropas para o sertão. Na carta, João de Sousa enfatiza que o arraial foi mantido durante dois anos, mas também não se constituía como um método efetivo para conter os palmaristas “por falta de meios, com que socorrê-lo” sendo “forçoso extingui-lo da Fazenda Real”.³⁴⁹

³⁴⁷ VIEIRA, Geysa Kelly Alves. “Entre perdas, feitos e barganhas: a elite indígena na capitania de Pernambuco, 1669-1732”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.) Op. Cit., 2011, p. 80-81.

³⁴⁸ “Parecer do ex-governador de Pernambuco dom João de Sousa. Dezembro de 1685”. In: ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares* (subsídios para sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 148 [documento 6].

³⁴⁹ *Ibidem*.

Essa carta evidencia a distinção entre os aldeamentos indígenas e os arraiais sugerido pelo governador. Apesar do planejamento em enviar aldeamentos já existentes ou criá-los nas regiões que ocorriam ataques dos palmaristas possa sugerir que as aldeias servissem apenas como arraiais militares, uma diferença fundamental entre ambos está justamente na autossuficiência dos aldeamentos. Embora pudessem servir como postos militares na região devido ao número de indígenas em prontidão para repelir e contra-atacar os inimigos, as aldeias poderiam sempre ser deslocadas de lugar, ou seja, não eram construções fixas ou imóveis, além da sua fixação também está alinhada aos desejos dos moradores locais, interessados na mão-de-obra dos nativos aldeados. Já os arraiais eram construídos em locais mais afastados, geralmente muito próximos aos mocambos criando a possibilidade de continuidade das expedições dentro da mata. Essa diferença é destacada na documentação. Na prática, ambas as estratégias são complementares, pois o próprio João de Souza ressaltou que a construção dos arraiais no sertão era bastante custosa.³⁵⁰

De toda forma, a estratégia das barreiras indígenas ainda foi apresentada em 1687 através de uma carta escrita em Pernambuco, mas que a rubrica está ilegível. Nela, o autor sintetizou um dos resultados esperados com a construção das aldeias, e recomendou ao Rei a construção de:

[...] uma casa-forte [arraial], e que nela assista por cabo Fernão Carrilho pelo temor, e que dele tem os negros com a infantaria necessária e que as aldeias do terço de Camarão, e as demais dos índios domésticos se situem por diversas partes dos Palmares: tanto para que os negros, não tenham lugar seguro em que habitar como para cativar e impedir aos moradores, que fugirem.³⁵¹

O Rei remeteu a carta para João de Sousa, o qual escreveu um outro parecer em 1687, voltando a criticar o planejamento referido na outra missiva e a construção de postos militares (estes por causa do custo da construção) ou aldeamentos indígenas para conter o avanço dos palmaristas, alegando que a mudança das aldeias ocasionava grande prejuízo aos nativos:

Os fundamentos que se apontam nele [na carta] os reputo mais quiméricos que convenientes ao fim do que se dirige porque uma casa-

³⁵⁰ Ibidem.

³⁵¹ “Cópia de uma carta que se escreveu de Pernambuco sobre os negros dos Palmares. 25 de julho de 1687. ENNES, Ernesto. Op. cit., 1938, p. 162 [documento 12].

forte em sertão tão dilatado como aberto demais da dificuldade que considero erigir-se pela condução dos materiais não basta a impedir as correrias aos negros que como prático e previsto no terreno podem variar de sítio para as entradas sem evitar-se lhe possa o dano delas; que os índios se situem por diversas partes do Palmar, julgo por tirania constrange-los a esta assistência, porque estes miseráveis pelo seu braço ganham com que se vestem e remedeiam as suas pobres famílias a apartá-las donde lucrarão esta conveniência é ficar-lhe na restituição do maior prejuízo que padeçam o qual compreenderá tão bem aqueles moradores que por falta de escravos os ocupam em benefício das suas fazendas.³⁵²

Como sugestão, a proposta do ex-governador consistia em enviar várias tropas para atacar os mocambos e destruir as suas roças, uma medida que enxergava ser mais eficaz e econômica, assim como sugeriu em seu parecer anterior.³⁵³ Já sobre a construção das aldeias, deu destaque também a opressão que os indígenas sofriam pelos moradores locais que se aproveitavam do trabalho dos aldeados, muito menos onerosos em comparação ao pagamento de trabalhadores ou a compra de mais escravizados. Ainda em 1687, o Conselho Ultramarino, através de uma consulta sobre um “papel que se deu a Sua Majestade acerca da extinção dos negros dos Palmares” – provavelmente a mesma carta citada anteriormente –, também não recomendou a construção de mais aldeias no sertão, compartilhando da mesma opinião de João de Souza:

Que a casa-forte que se apontava, se falara ia nela no seu tempo, e se vira, que mal podia cobrir mais de oitenta léguas de sertão para impedir o mesmo dano, quando semelhante fortificação só na passagem de um preciso posto tinha lugar e nem era fácil o permutar as aldeias deixando as suas terras e roças de eu viveu levando as famílias inteiras e para socorrê-las de mantimento muito trabalho e perigo.³⁵⁴

Mediante essas questões apresentadas tanto pelo Conselho Ultramarino quanto pelo ex-governador João de Souza, pode-se deduzir que provavelmente a administração colonial recebia diversas reclamações dos indígenas, isso devido ao fato de saberem que a efetivação da mudança dos aldeamentos era algo problemático. É possível inferir

³⁵² Parecer do ex-governador dom João de Sousa de 8 de agosto de 1687, sobre o assunto da carta de Fernão Carrilho”. In: ENNES, Ernesto. Op. cit., 1938, p. 167 [documento 15].

³⁵³ Ibidem.

³⁵⁴ “Consulta do Conselho Ultramarino sobre o papel que se deu a Sua Majestade acerca da extinção dos negros dos Palmares”. 22 de novembro de 1687. In: ENNES, Ernesto. Op. cit., 1938, p. 173 [documento 18].

também que outros problemas, como o fracasso na manutenção das aldeias e arraiais³⁵⁵, a insatisfação ou fuga dos aldeados podem ter levado às autoridades coloniais a pensarem em outras soluções para conter as incursões dos palmaristas. Uma delas foi o envio dos paulistas para o conflito, algo pretendido desde o governo de Pedro de Almeida (1674-1678), mas apenas concretizado em 1686 durante o governo de João da Cunha Souto Maior, firmando os termos e condições da campanha dos paulistas, liderados por Domingos Jorge Velho, contra os palmaristas.³⁵⁶ A inserção das tropas dos paulistas para a Guerra de Palmares será melhor analisada no próximo tópico.

Apesar de todas as críticas e desencorajamento da estratégia das barreiras indígenas, o planejamento não deixou de ser executado. Na década de 1690, alguns novos aldeamentos foram criados nas regiões mais importantes para a colonização de Palmares, a exemplo de Jacuípe e Urucu.³⁵⁷ Entretanto, não foi praticada com a intensidade das décadas anteriores. O governador Félix Machado da Silva (1690-1693), por exemplo, achou desnecessário fazer várias mudanças de aldeamentos para perto de grandes vilas em 1690, como expresso em uma informação³⁵⁸ sobre questões relativas à Câmara de Porto Calvo, destinada ao Rei:

E no que se toca a se haverem de situar nas cabeceiras das vilas das Alagoas, Porto de Calvo e Sirinhaém, as três aldeias de 100 casais cada uma dos índios do Regimento de Antônio Pessoa Arcoverde, ouvindo nesta matéria aos religiosos da Companhia e de São Bento na forma que Vossa Majestade ordena se assentou serem escusadas porque demais do detrimento e necessidade que estes miseráveis padecem com mudanças, brevemente sobre para o sertão de Palmares o mestre de

³⁵⁵ A manutenção dos arraiais, pensando numa lógica militar, era extremamente difícil, pois os soldados não iriam se revezar para plantar alimentos e guarnecer o arraial. Assim como também o mantimento dos aldeamentos era algo que demandava bastante organização, pois, no início, a aldeia precisava de manutenção até que suas plantações estivessem úteis aos assentados.

³⁵⁶ DARIO FILHO, Luiz Pedro. *Lealdade em construção: a (re)inserção de São Paulo nas malhas administrativas do império português (1641-1698)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016, p. 144-145.

³⁵⁷ SILVA, Edson H. “Nós vencemos a guerra!” Histórias, memórias e leituras indígenas da Guerra do Paraguai. In: CLIO – Série Revista de Pesquisa Histórica – N. 25-2, 2007, p. 45; DANTAS, Mariana Albuquerque. *Dimensões da participação política indígena na formação do Estado nacional brasileiro: revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848)*. Tese (Doutorado em História. – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015, p. 44-45.

³⁵⁸ É documento diplomático, informativo, enunciativo. Através dele se institui, por solicitação ou ordem de autoridade competente, um processo, trazendo elementos básicos e elucidatórios para um parecer ou um ato decisório.

campo dos paulistas Domingos Jorge Velho a tratar da sua conquista e da extinção dos negros que o habitam.³⁵⁹

Na margem do documento, consta que a mudança das aldeias deve esperar a guerra findar, para assim os indígenas não sentirem a opressão das mudanças. Ou seja, o mesmo argumento utilizado pelo Conselho Ultramarino e João de Souza anos antes. Não é informado especificamente de qual local deveriam sair os indígenas para formarem as novas aldeias, mas provavelmente seria de Alagoas, pois o governador também informa na carta que se a mudança fosse feita antes da “conquista de Palmares” terminar, os moradores locais ficariam inseguros, pois a maior parte dos mocambos existentes por volta de 1680 e 1694 encontravam-se em Alagoas.

Na fase final da guerra, entre 1685-1695, as tropas dos paulistas chegaram em Alagoas para se juntar aos outros contingentes militares da colônia. Os paulistas se instalaram em algumas partes do sertão de Palmares em 1691, especialmente próximo na Serra da Barriga, onde se encontravam alguns mocambos de localização conhecida, como Macaco.³⁶⁰ No entanto, o percurso do sertão do Piauí para Palmares custou a tropa de Domingos Jorge Velho grande perda dos seus homens. Não se sabe com exatidão o quantitativo máximo da sua tropa. O historiador Décio Freitas estimou entre 800 e 1300 indígenas e 80 a 150 mestiços³⁶¹, sem contar mulheres e crianças que também eram levadas junto; desse quantitativo, pereceram 196 de fome ou doenças e outros 200 desertaram.³⁶² Estudos mais recentes também apontam que o quantitativo total da tropa de Jorge Velho girava em torno de mil homens, entre indígenas, brancos e mestiços, mas por problemas como a falta de abastecimento, deserções e doenças, o seu poderio militar diminuiu consideravelmente.³⁶³

³⁵⁹ “Carta do [governador da capitania de Pernambuco], marquês de Montebelo, [Antônio Félix Machado da Silva e Castro], ao rei D. Pedro II sobre a carta dos oficiais da Câmara de Porto Calvo, em que pedem sejam aliviados da contribuição do dote da Rainha da Inglaterra, e acerca da ida para Palmares do paulista Domingos Jorge Velho”. 20 de julho de 1690. AHU_CU_015, Cx. 15, D. 1509.

³⁶⁰ FREITAS, Décio. Op. cit., 1981, p. 161.

³⁶¹ Sobre as tropas dos paulistas, conferir as análises feitas por John Manuel Monteiro acerca de como grande parte dos paulistas era mestiça, fruto do relacionamento entre indígenas e europeus. Cf. MONTEIRO, John Manuel Monteiro. Op. cit., 2000, p. 57-98; DARIO FILHO, Luiz Pedro. Op. cit., 2016, p. 143-152.

³⁶² FREITAS, Décio. Op. cit., 1981, p. 155.

³⁶³ DARIO FILHO, Luiz Pedro. Op. cit., 2016, p. 150-151; GOMES, Flávio. Op. cit., 2019, p. 147. O historiador Ivan Alves Filho destacou que Domingos Jorge Velho perdeu mais de 400 homens, não somente devido aos fatores apresentados, mas também pelo esgotamento dos vários conflitos seguidos enfrentados pelos seus homens. ALVES FILHO, Ivan. Op. cit., 2008, p. 131.

Como várias tropas foram deslocadas para o sertão de Palmares, muitas aldeias acabaram abrigo soldados, e apesar da estratégia ter perdido força desde meados da década de 1680, conseguimos identificar pelo menos quatro aldeamentos criados entre 1685 e 1695, como as aldeias Jacuípe e Urucú, estabelecidas próximas ao rio Mundaú, em Alagoas;³⁶⁴ a aldeia Orundú, próxima a vila de Sirinhaém³⁶⁵.

Mesmo depois da destruição de Macaco em fevereiro de 1694, o governador Caetano de Melo e Castro ordenou a construção de duas aldeias na região próxima onde o mocambo esteve instalado, para servir também como resistência aos ataques dos indígenas inimigos dos portugueses:

Eu determino formar naquelas partes duas aldeias de índios e nelas mandei ficarem assistindo os paulistas com seus Tapuias para evitar tornem os negros a se valer daquela sua rochela em que cento e tantos anos se defenderão e aumentarão e tão bem para que as ditas aldeias e gente dos paulistas sirvam de antemuro ao Tapuia brabo daquela parte que ainda que lhe fica longe não é muita a distância para o modo de vida daqueles bárbaros.³⁶⁶

Apesar da destruição de Macaco não ter significado o imediato fim do Quilombo dos Palmares – pois o próprio Zumbi escapou com vida do cerco, bem como outros mocambos menores ainda continuaram existindo na região nos anos seguintes –, a perda do mais protegido e populoso mocambo foi um duro golpe para os palmaristas. Os que conseguiram escapar com vida, se reorganizaram na mata, mas foram perseguidos e mortos ou capturados pelas forças coloniais.³⁶⁷ Outra importante informação que podemos retirar dessa carta é que a estratégia das barreiras indígenas continuava nos planos da administração colonial mesmo após os principais focos de resistência dos palmaristas terem sido destruídos, pois ainda existiam povos indígenas não aliados aos portugueses na região.

³⁶⁴ ANTUNES, Clóvis. Índios de Alagoas: documentário. Maceió: Governo do Estado, 1987, p. 11; SILVA, Edson H. “Nós vencemos a guerra!” Histórias, memórias e leituras indígenas da Guerra do Paraguai. In: *CLIO – Série Revista de Pesquisa Histórica* – N. 25-2, 2007, p. 45.

³⁶⁵ “Ordenou ao cabo da aldeia do Orundú desse 10 soldados índios capazes de acompanharem ao capitão Antônio de Souza Souto, que foi fazer entrada aos Palmares”. 16 de fevereiro de 1689. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 469.

³⁶⁶ “Carta do governador de Pernambuco Caetano de Melo e Castro sobre a gloriosa restauração dos Palmares.” 18 de fevereiro de 1694. In: ENNES, Ernesto. Op. cit., 1938, p. 165-196.

³⁶⁷ ALVES FILHO, Ivan. Op. cit., 2008, p. 152.

Nessa fase final, além da proteção aos núcleos coloniais, as aldeias passaram a servir como importantes meios de ocupação da região conquistada, inviabilizando novos reagrupamentos de escravizados fugitivos e possibilitando a colonização segura da região antes dominada pela mata fechada e pelos palmaristas. A construção de uma aldeia foi também ordenada pelo governador Caetano de Melo e Castro em 1694 “nas terras dos Palmares, fronteiras às capitanias das Alagoas”, determinando que o provedor da Fazenda Real, João do Rego Barros, oferecesse ao padre franciscano Manoel da Encarnação ajuda de custo para que ele pudesse ir para o aldeamento criado.³⁶⁸ No ano seguinte, outra aldeia foi construída em Alagoas, tendo o governador ordenado o mesmo João do Rego Barros dar ferramentas para a sua construção e também fardamento aos indígenas.³⁶⁹

Até agora, explicamos a inserção dos indígenas na Guerra de Palmares através da estratégia das barreiras indígenas, focando no estabelecimento das aldeias em pontos estratégicos e destacando os seus vários propósitos. Contudo, a agência indígena nesse conflito em particular também precisa ser analisada por meio de uma abordagem dos conflitos, destacando as ações de líderes indígenas nas expedições e o quantitativo das tropas, evidenciando ainda mais como grandes contingentes de indígenas aldeados foram arregimentados para quase todas as expedições organizadas contra os palmaristas, tema que abordaremos no tópico a seguir.

3.2 Os indígenas aldeados nas expedições contra os palmaristas (1660-1695)

Durante o verão de 1660-1661, uma expedição contra os mocambos localizados no sertão da vila de Penedo foi organizada pelo governo da capitania de Pernambuco, no momento administrada por André Vidal de Negreiros (1657-1661), ordenando ao alcaide-mor e capitão Belchior Álvares Camelo que participasse. Não se sabe muito sobre a organização e os resultados dessa incursão.³⁷⁰ Contudo, pelo relato do governador Francisco de Brito Freire (1661-1664), esta provavelmente obteve um bom desfecho:

³⁶⁸ “Ordenou ao provedor mandasse dar 10\$ de ajuda de custo ao novo missionário da aldeia formada nas terras dos Palmares.” 10 de dezembro de 1694. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 573v.

³⁶⁹ “Ordenou ao mesmo mandasse dar ferramentas para a fábrica da nova aldeia e fardamentos para os índios.” 6 de fevereiro de 1695. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 576v.

³⁷⁰ Damasceno, Felipe Aguiar. Op. cit., 2018, p. 44.

Ontem que foram 22 do corrente chegou aviso ao mestre de campo Antônio Dias Cardoso do capitão Belchior Álvares Camelo, que o Governador André Vidal havia mandado aos Palmares antes de minha chegada com sua tropa de 90 soldados, como ficava no Rio de S. Francisco com 60 negros que aprisionou em uns mocambos que tinham situado de seis meses a esta parte.³⁷¹

Sabendo do sucesso da expedição, o novo governador também organiza tropas para os sertões das vilas de Porto Calvo e Sirinhaém, afirmando que nessa região “os moradores são mais molestados”, apresentando queixas de moradores da freguesia de São Lourenço acerca de ataques dos palmaristas, “que continuamente inquietam os moradores por todas as partes”, tendo atacado engenhos e levado 16 escravizados.³⁷² Na mesma carta, Francisco de Brito Freire organizou as tropas, arregimentando homens de diversos segmentos sociais, desde homens livres a escravizados.

O governador recrutou os indígenas aldeados de duas maneiras distintas: (a) reforçou a população da aldeia dos Ananases, situada no sertão de Sirinhaém, para servir como barreira defensiva aos ataques dos palmaristas; (b) deu ordens diretas para que indígenas compusessem a tropa liderada pelo capitão Francisco Ramos. Não foi informado quantos indígenas deveriam se juntar aos 40 soldados liderados pelo capitão, aparecendo na carta apenas “alguns índios”. Usando como referência a quantidade de nativos aldeados enviados para a aldeia Ananases e o número de soldados da tropa comandada pelo capitão Belchior Álvares Camelo, possivelmente não seriam tão poucos expedicionários enviados aos sertões para enfrentar os palmaristas.

Além de evidenciar duas maneiras diferentes de como os indígenas aldeados foram inseridos na Guerra de Palmares, a carta também destaca a importância da agência indígena para a colonização da América portuguesa. Como visto anteriormente, desde o início do século XVI que a administração colonial usou forças indígenas para lutar contra qualquer ameaça interna. A guerra contra os palmaristas apenas foi mais um episódio das muitas guerras vivenciadas no século XVII, que culminou na colonização dos sertões da capitania de Pernambuco.

³⁷¹ “Escreveu ao mesmo [governador-geral do Estado do Brasil, Francisco Barreto de Meneses] sobre os negros dos Palmares, e sobre os índios que foram povoar a aldeia dos Ananases”. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 49.

³⁷² *Ibidem*.

O período de pós-restauração e o início da década de 1660 foi determinante para o desenrolar das medidas repressivas contra o Quilombo dos Palmares. Uma vez recuperado o território perdido para os holandeses, a administração colonial concentrou seus esforços para as ameaças internas a sua expansão: povos indígenas habitantes dos sertões e os escravizados fugitivos. Como visto no tópico anterior, durante todo o período correspondente entre 1660-1695, a estratégia das barreiras indígenas foi bastante recorrente, tendo significado uma das mais importantes formas de inserção dos nativos aldeados no conflito, já que as aldeias abrigavam e forneciam tropas para o sertão. A segunda forma era o próprio envio de indígenas em expedições, assim como ocorreu em 1660 com a organização de incursões feitas por Francisco de Brito Freire. Muitas das vezes, uma levava a outra: as tropas acabavam estacionadas nas matas, sendo preciso criarem abrigos duradouros para dar continuidade aos ataques. Por isso, geralmente os expedicionários recebiam ordens e recursos para criarem postos militares no sertão. Os aldeamentos eram mais um desses meios, proporcionando o povoamento e a criação de alimentos, tornando possível a continuidade dos ataques.

Ainda no governo de Brito Freire, seis expedições foram organizadas em 1662, tendo três delas contingentes indígenas. A primeira deveria sair no início de janeiro, como consta no regimento passado pelo governador a um cabo da tropa:

Marchará em 7 de Janeiro sem falta alguma com 150 ou 200 homens que os oficiais da câmara lhe hão de nomear em que entrarão os soldados das 2 companhias que naquelas Alagoas estão de guarda, e o capitão Jorge Pires com todos os índios que tem a seu cargo, e entrando pelo meio do rio Mundaú e o da Paraíba, irão a demandar os mocambos dos negros, subindo ao sertão quanto seja necessário para lhes dar pelas costas, vindo buscar também os que estão sobre o Porto Calvo, onde se irá encontrar com eles a gente que vai destas partes.³⁷³

O objetivo era atacar os mocambos situados entre os rios Mundaú e o Paraíba do Meio, subindo as serras o máximo que pudesse para fazer um ataque de oeste para leste (por isso a expressão “pelas costas”), para depois atingir os mocambos próximos a vila de Porto Calvo. Os indígenas arregimentados habitavam nas aldeias da região, estabelecidas justamente no território que, no momento, apresentava queixas dos moradores locais sobre ataques dos palmaristas. Embora também arregimentados sob o

³⁷³ “Regimento que deu ao cabo da tropa, que ia das Alagoas a demandar os mocambos.” 24 de dezembro de 1661. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 62v.

comando do capitão Jorge Peres, o número de nativos não foi mencionado no regimento. O percurso feito evidencia o conhecimento da região de Palmares que a administração colonial detinha: as tropas seguiam o curso dos rios, pois os caminhos nas matas fechadas eram dificultosos e perigosos, além de desconhecidos. Para tal, enviar soldados na dianteira das expedições tornava-se essencial, algo não esquecido por Brito Freire:

3º Diante da tropa um tiro de espingarda, vão sempre 15 até 20 homens ligeiros e alguns índios sem mochilas, com armas e outras nas mãos, a saber, alfanges, facões, pistolas ou escopetas de 4 palmos para que se encontrarem os descobridores dos negros, e se queiram pôr em fugida, lhes deem alcance; mas com advertência que se não alarguem do corpo da gente, porque poderão os ditos negros voltar sobre eles, e maltratá-los se não tiverem o socorro pronto;

4º Andarão em campanha 30 dias, ou mais se tantos forem necessários para destruir todos os mocambos, nos quais recolherão todo o mantimento que acharem, e as Plantas destruirão de modo que já mais se possa colher fruto delas.³⁷⁴

As ordens expressas eram para um grupo de soldados marchar a procura de mocambos, facilitando o percurso da expedição pelas matas. A dificuldade com o trajeto era imensa, pois além dos caminhos difíceis devido ao matagal, os armamentos e mantimentos levados pelos soldados, toda tropa também estava exposta aos ataques de animais e as doenças, bem frequentes em vários relatos de expedição. Além disso, os problemas de abastecimento e deserção afetavam duramente a continuidade da incursão pela região. O destaque que o governador deu aos indígenas é bastante importante, pois os “índios sem mochilas” também deveriam ir com o grupo na vanguarda. É possível inferir que o objetivo desses nativos era guiar os outros soldados, devido ao considerável conhecimento que eles tinham da localidade, da fauna e da flora, visto que os indígenas saíam das aldeias próximas, localizadas entre Sirinhaém e Porto Calvo (ver as aldeias do quadro 2). A expressão “sem mochilas” chama a atenção. Poderiam ser tanto batedores, ou seja, aqueles que fariam o reconhecimento da região, quanto os próprios guias da expedição, pois o termo pois reforça que o grupo deveria marchar sem pesos, facilitando seu avanço. Como muitos nativos aldeados conheciam bem o território³⁷⁵, é

³⁷⁴ Ibidem.

³⁷⁵ É importante evidenciar que muitos desses aldeamentos construídos nessa região abrigavam indígenas habitantes desse território há muito tempo antes da colonização, a exemplo das populações Caeté aldeadas desde o século XVI nessa área, pois já existiam engenhos e povoados nessa região desde fins

possível inferir que desempenhassem ambas as funções juntamente com alguns soldados expedientes na liderança, dado o enfoque feito pelo governador no regimento aos indígenas.

Por fim, outro fator que demonstra a preocupação com o percurso da tropa pelas matas foi a relevância da participação de um soldado chamado Domingos Quaresma, “soldado do capitão Belchior Álvares, que mora nos campos de Cunhaú, por saber eu que é homem prático naquele sertão”.³⁷⁶ Certamente o soldado participou da expedição de 1660 organizada por André Vidal de Negreiros, e deveria saber andar pelas áreas determinadas por Brito Freire para as duas expedições. Todavia, essa informação não invalida a hipótese dos indígenas também na liderança como guias ou como batedores.

A segunda expedição deveria ser formada com um contingente de 150 ou 200 soldados, saindo do sertão do São Francisco, próximo à vila de Penedo, um caminho anteriormente feito pela tropa liderada por Belchior Álvares Camelo, liderada pelo capitão Francisco Gonçalves e sendo guiada por um grupo liderado pelo soldado chamado Domingos Antunes, “homem prático naquele sertão”.³⁷⁷ A área em questão seria os campos de Cunhaú, região de abundância de pau-brasil e com ótimos pastos, localizada entre as serras dominadas pelos palmaristas e os rios Cururipe, ao Sul, São Miguel, ao Leste, e o Poranguaba, ao Norte. Também não foi descrito o número de indígenas recrutados, mas que seriam os “Tapuia” sob o comando de Antônio Faria. Provavelmente esses nativos estavam aldeados no sertão do São Francisco, por ser o território de onde sairia a expedição. É possível concluir também que a arregimentação desses nativos especificamente pode ter sido levada em consideração devido ao fato de habitarem a região e saberem melhor os caminhos entre as matas, servindo também como guias.³⁷⁸ Através desses relatos, destaca-se a fundamental importância de contingentes indígenas na composição das incursões: constituíam grande parte da tropa e colaboravam para facilitar o percurso e encontro dos mocambos.

do século XVI. No momento em questão, as áreas entre Sirinhaém e Porto Calvo possuía 19 engenhos em funcionamento. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit., 2012, p. 124-140.

³⁷⁶ “Regimento que deu ao cabo da tropa, que ia das Alagoas a demandar os mocambos.” 24 de dezembro de 1661. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 62v.

³⁷⁷ “Regimento que deu ao cabo da tropa, que ia da vila do Rio de São Francisco [Penedo] a demandar os mocambos.” 24 de dezembro de 1661, AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 64v.

³⁷⁸ Ibidem.

A terceira não teve um percurso descrito na documentação. Apenas é informado que sairia de algum lugar em Alagoas e seria liderada pelo capitão-mor Diogo Pinheiro Camarão, que levaria 300 indígenas ao seu comando “por ser de maior distância a sua jornada”. O objetivo desse seguimento era dar assistência as outras expedições que marchariam entre a vila de Alagoas do Sul e Penedo, destruindo os mocambos estabelecidos na região.³⁷⁹ Ao todo foram seis expedições diferentes, quase todas se encontrando no sertão da vila de Alagoas do Sul, bem como patrulhando o litoral seguindo o curso dos rios que desembocam no oceano, evitando a fuga dos palmaristas em direção às praias.³⁸⁰ O quadro abaixo resume as expedições com participação de tropas indígenas:

QUADRO 3: Contingente indígena nas expedições de Brito Freire (1661-1662).³⁸¹

Partida	Contingente informado e comandante da expedição	Guia da expedição
Vila de Alagoas do Sul	Comandante: capitão Simão Mendes do Alto ou capitão Gonçalo M. da Silva. O contingente da expedição foi formado entre 150 e 200 homens brancos mais uma tropa de indígena liderada pelo capitão Jorge Peres.	Soldado Domingos Quaresma. Conhecia bem a região dos Campos de Cunhaú e o sertão da vila de Porto Calvo.
Vila de Penedo	Comandante: capitão Francisco Gonçalves. A expedição foi formada por um contingente composto por 150 homens brancos e uma tropa indígenas Tapuia, aldeados na	Domingo Antunes. Bom conhecedor da região do sertão do São Francisco.

³⁷⁹ “Escreveu ao capitão-mor e câmara de Porto Calvo sobre o mesmo.” 23 de dezembro de 1661. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 65.

³⁸⁰ Seria função do capitão-do-campo patrulhar essa região, como consta na carta do governador Brito Freire a Câmara de Penedo. “Escreveu à Câmara do Rio de S. Francisco sobre as tropas que haviam de ir aos mucambos e regimento que deu ao cabo.” 24 de dezembro de 1661, AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 63-64v.

³⁸¹ Quadro criado a partir das fontes apresentadas anteriormente, entre diversos documentos presentes em: AUC_CCA_VI-III-1-1-31, documentos entre as fls. 45-66v.

	região, liderados pelo soldado Antônio Faria.	
De aldeias localizadas entre as vilas Sirinhaém e Porto Calvo.	Comandante: capitão-mor D. Diogo Pinheiro Camarão. A tropa foi composta por 300 indígenas do Terço de Camarão.	Capitão-mor D. Diogo Pinheiro Camarão.

O grande planejamento de Francisco de Brito Freire ajuda a refletir sobre a dimensão da participação dos indígenas nos conflitos contra os palmaristas. Das seis expedições, três delas teriam contingentes de indígenas consideráveis. Como visto na tropa liderada pelo capitão-mor Diogo Camarão, o governador justificava que o contingente de 300 nativos aldeados se devia ao fato de que sua jornada era longa. Por meio desse relato, é possível inferir que a quantidade de indígenas pretendidos pelo governador era ainda superior. Comparando a quantidade de indígenas arregimentados apenas nessa tropa liderada por Camarão, o quantitativo se iguala as outras duas expedições apresentadas se considerarmos que marcharam 150 homens em cada uma delas. Juntando com os demais indígenas que não tiveram seu quantitativo mencionado, é possível inferir que o número de indígenas recrutados nas expedições era superior a todo o contingente total das tropas. Outra conclusão é que pelo menos no governo de Pedro de Almeida, a agência indígena se tornou essencial para a organização de qualquer incursão, justamente devido ao número de nativos enviados para a guerra.

Contudo, apesar das tropas conseguirem achar os mocambos – este sendo um importantíssimo resultado das expedições, pois, como visto, houve uma forte organização na procura dos palmaristas –, o fracasso na repressão foi reconhecido por Brito Freire em 1662, visto que os mocambos estavam abandonados. Justificando os motivos pelo qual foram achados os mocambos desabitados, escreveu:

Das tropas que mandei aos Palmares não correspondeu o sucesso à esperança, porque os negros trazem os seus espias muito juntos a esta Praça, e tendo noticia das entradas deixaram os seus mocambos, e se espalharam pelos matos de modo que os não puderam encontrar três vezes que desceram às Alagoas, e tornaram a subir ao sertão, e só desta última trouxeram 41 pessoas que se aproveitam em molestar aos moradores, mandarei para virem correr a campanha até ao Rio de São Francisco, ou assistir os índios do Camarão nos seus mesmos mocambos

para ver se se pode extinguir aquela canalha, com que fiquem estes povos livres da moléstia que padecem com sua vizinhança, que não será pequena felicidade, mas por maior terei dar-me Vossa Senhoria as ocasiões que desejo merecer em seu serviço.³⁸²

Ou seja, além de não enfrentarem diretamente os palmaristas, eles ainda conseguiram descer às propriedades rurais e levarem 41 escravizados. Por isso, o governador traçou outro plano: (1) deixar os indígenas do terço de Camarão nos mocambos achados, (2) enviar uma proposta de anistia aos mocambos, prometendo terras para as suas lavouras, a obrigação de entregar os escravizados fugitivos e a obrigação do alistamento no Terço dos Henriques. Esta foi a primeira tentativa de paz com os mocambos de Palmares. No entanto, não deu certo. Os palmaristas responderam à proposta em 1663, e foi acertado o local no qual seria negociado e firmado o acordo, tendo o capuchinho João Duarte do Sacramento, já experiente no aldeamento de grupos indígenas habitantes do sertão, liderado o grupo.³⁸³ O desfecho das negociações foi relatado na carta escrita por Brito Freire para o governador-geral e vice-rei do Brasil, Vasco de Mascarenhas, o Conde de Óbidos, justificando ainda que a tentativa de um acordo pacífico foi motivada pelos fracassos na repressão dos mocambos em 1663:

Me resolvi a mandar lhe uns cartazes em que os dava por livres e isentos de toda a escravidão, porque para isso tinha eu já o consentimento de quase todos os moradores interessados por via de seus párocos, dando-lhes sítio na parte que eles nomeassem junto aos moradores para fazerem suas plantas de roças, e mais mantimentos com a ferramenta necessária, como tinha concedido a Nação dos Tapuias, que vivem já com suas mulheres e famílias em aldeias novas, declarando aos ditos negros que não consentiriam dali em diante escravo algum q fosse fugido da casa de seu senhor, e seriam obrigados a entregá-los; encarregando esta missão ao Pe. João Duarte do Sacramento, sujeito em que concorrem tantas virtudes que se pode confiar de suas disposições outros negócios de maior importância; mas os negros, faltos do conhecimento da razão, não a souberam avaliar, porque não só o despediram com desprezo e palavras escandalosas, mais ainda, obstinadamente mandou o seu maior, que governa a todos, degolar o cabo de um mocambo, e a outro seu companheiro por quererem aceitar o ajustamento; ações que os fazem indignos de nenhuma piedade e merecedores de um cruel castigo, tanto

³⁸² “Carta do capitão-mor da Paraíba sobre a jurisdição daquela capitania e a do Rio Grande, e a [incompreensível] conta da invasão dos Palmares”. 18 de abril de 1662. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 81v.

³⁸³ DAMASCENO, Felipe Aguiar. Op. cit., 2018, p. 48.

em pena de sua rebeldia como para exemplo dos escravos que comumente fossem para aqueles mocambos.³⁸⁴

É nítido na carta o enfurecimento do governador Brito de Freire após o resultado desastroso da tentativa de paz com os mocambos de Palmares. O governador, então, pediu permissão ao Conde de Óbidos para fazer guerra total aos palmaristas, sugerindo eliminar todos aqueles maiores de quinze anos. O governador-geral acatou o pedido de guerra, porém, mudou a forma como seria o tratamento aos palmaristas:

Mas porque não é justo que passava ocasião se degole a sangue-frio, mais que aqueles, que entre os prisioneiros se conhecerem haver sido cabeças e os do principal governo: Ordene Vossa Mercê ao cabo que for, que enquanto durar o conflito não dê quartel a quem se defender e pressione todos os que se lhe sujeitarem; pois deste modo só se não falta à piedade católica.³⁸⁵

Mesmo antes do alvorecer de 1663, as insatisfações dos moradores locais com as medidas repressivas do governador impulsionaram uma expressiva mudança na estratégia de guerra traçada, até então, por Brito Freire. Bastante pressionado pelas reclamações de homens de posses, daqueles que almejavam ganhos pessoais com as expedições e pelos sucessivos fracassos no combate aos mocambos, o governador concedeu permissão da formação de incursões contra os palmaristas, tornando possível a formação de campanhas particulares, assim como consta em um edital escrito em 1662:

Segundo a informação que tomei dos cabos da milícia, e moradores da terra, de maior experiência e mais idade ser o meio mais eficaz para extinguir os ditos negros levantados dar livres as entradas a quem quiser ir contra eles: Hei por bem que todas as pessoas de qualquer qualidade e condição que seja possam fazer as ditas entradas aos mocambos e lhes concedo que quantos negros tomarem, constando haver mais de um ano que fugiram da casa de seus donos, sem pagarem coisa alguma, lhes fiquem por seus próprios escravos, e todas as crias que me tocam lhes largo também na mesma forma por ser minha [in]tenção [as]segurar as estradas e casas dos moradores dos repetidos danos que recebem nas vidas e nas fazendas, da insolência destes negros.³⁸⁶

Por meio dessa autorização, aqueles moradores insatisfeitos com as medidas repressivas poderiam se envolver no conflito, organizando suas tropas para, por exemplo,

³⁸⁴ “Escreveu ao governador do estado do Brasil sobre os negros dos Palmares.” 23 de agosto de 1663. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 94.

³⁸⁵ DHBN, vol. 9, Rio de Janeiro, 1929, p. 224-225.

³⁸⁶ “Concedeu entradas livres aos mocambos a toda pessoa que a eles quisessem ir”. 6 de dezembro de 1662, AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 88.

capturar os escravizados fugitivos de suas propriedades, desde que estes tivessem fugido há mais de um ano. Após alguns meses, novas expedições organizadas pela administração colonial vieram apenas no governo de Jerônimo Mendonça Furtado, em 1664. Uma das suas primeiras medidas contra os palmaristas foi ordenar ao Terço de Camarão se instalasse em um dos mocambos localizado “nas cabeceiras das Alagoas, para correrem com tropas a campanha até as de Sirinhaém”.³⁸⁷ A expectativa de Jerônimo M. Furtado era conter o avanço dos palmaristas para a região, possibilitando também uma maior facilidade na organização de ações repressivas na localidade. No mesmo mês, o governador escreveu carta para a Câmara de Porto Calvo informando sobre a organização de uma incursão que sairia brevemente, solicitando auxílio no provimento de mantimentos para as tropas e pedindo segredo “até partirem as tropas que determino meter pelas Alagoas, por essa vila e a de Sirinhaém”.³⁸⁸

Outras expedições foram organizadas e enviadas para o sertão de Palmares nos meses seguintes. Em 11 de novembro de 1664, Jerônimo M. Furtado escreveu para um capitão chamado Manoel Lopes que se juntasse a tropa de um outro capitão de nome Antônio da Silva, bem como ao capitão-mor do Terço dos Índios, Diogo Pinheiro Camarão, que estava de prontidão em um mocambo localizado no Norte de Alagoas, protegendo os moradores e suas propriedades. O governador informava ainda que Manoel Lopes arregimentasse todos “os homens que vivem nessa freguesia capazes de tomar armas, ainda que sejam soldados pagos”, e após isso marchassem para o sertão na procura dos palmaristas, passando também ordens expressas para matarem todos os que se defenderem do ataque.³⁸⁹

As entradas feitas entre 1662 e 1664 apontam que o objetivo da administração colonial era localizar os mocambos nas matas ao Norte de Alagoas. Aproveitando a organização de tropas nessa região, ainda em novembro de 1664 o governador Jerônimo M. Furtado organiza uma grande expedição, nomeando o capitão Antônio da Silva

³⁸⁷ “Escreveu sobre os Palmares”. 01 de outubro de 1664. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 119v.

³⁸⁸ “Escreveu à câmara do Porto Calvo sobre os negros dos Palmares.” 16 de outubro de 1664. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 154v.

³⁸⁹ “Escreveu ao capitão Manoel Lopes sobre a jornada dos Palmares”. 11 de novembro de 1664. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 157-157v. O governador também escreveu várias cartas para outros capitães e para Câmaras de vilas em Alagoas, dando ordens para se juntarem ao contingente da tropa liderada por Manoel Lopes, como também para ajudarem na arregimentação de homens e no fornecimento de alimentos para os soldados. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, em vários documentos entre as fls. 157-163v.

Barbosa como o comandante das tropas que iriam marchar pelo sertão de Sirinhaém para combater o mocambo chamado de Amaro, referenciado como “mocambo grande” na documentação. No regimento passado para o mesmo capitão, o governador informava:

1º Partirá desta praça com os soldados que lhe estão nomeados junto com o capitão-mor Camarão com a gente do seu 3º logo que acabar de tomar a ração que lhes mando dar para daqui até Sirinhaém, onde tendo mandado ajuntar mantimentos para que assim se dê ração a infantaria e marche para o Sertão; (...)

3º Da dita vila de Sirinhaém entrará logo com a sua tropa e a do capitão-mor Camarão para o sertão, em demanda do mocambo grande, que chamam de Amaro, não deixando porém atrás nenhum de que tenha notícia, por pequeno que seja [...]; (...)

6º Diante da tropa um tiro de espingarda irão sempre até 20 homens ligeiros sem mochilas com armas curtas nas mãos, a saber pistolas ou escopetas de 4 palmos e seus alfanges ou facões para que se encontrarem com os descobridores dos negros que se queiram pôr em fugida, lhes deem alcance, mas com cuidado que senão alarguem do corpo da gente porque poderão os ditos negros voltar sobre eles, e maltrata-los senão tiverem o socorro perto;

7º Depois de haverem corrido toda a campanha, e tido encontro com os negros, destruirão todos os mocambos e o capitão Antônio da Silva e o capitão-mor D. Diogo Pinheiro Camarão farão escolha do sítio que lhes parecer mais acomodado e melhor, junto de um mocambo velho que dista 18 ou 20 léguas das Alagoas para se aposentar o dito capitão-mor com a sua gente, com a qual fará logo sua aldeia, fortificando-se com estacada, e a mais defesa que lhe parecer necessária [...].³⁹⁰

A expedição reflete como as autoridades coloniais já tinham uma dimensão da localização aproximada de alguns mocambos entre Sirinhaém e Porto Calvo. Por isso, a expectativa era de que a expedição reprimisse os palmaristas encontrados na região, havendo o governador dado ordem para eliminar todos os que se defendessem dos ataques, mesmo mulheres ou crianças. Além disso, o envio de um grupo de soldados na frente para encontrar os palmaristas também foi repetido nessa expedição, que diferentemente das organizadas por Brito Freire, já tinham uma noção da localização e, inclusive, nome de um grande mocambo estabelecido no sertão da vila de Porto Calvo.

³⁹⁰ “Regimento que levou o capitão Antônio da Silva Barbosa sobre os negros dos Palmares.” 26 de novembro de 1664. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 164v-165v.

Da mesma forma que nas anteriores, a presença do Terço de Camarão foi notória. O capitão-mor Diogo Pinheiro Camarão foi arregimentado com sua tropa, devendo se unir aos outros seguimentos recrutados. Não foi mencionado no regimento se algum indígena marcharia à frente na procura dos palmaristas com o grupo de “20 homens ligeiros sem mochilas com armas curtas nas mãos”, mas é possível inferir que sim, devido ao próprio capitão-mor dos índios ter sido escolhido para construir um aldeamento na região, aplicando, desta forma, a estratégia da barreira indígena. É importante destacar que a ordem dada ao capitão-mor Camarão, juntamente ao capitão Antônio da Silva Barbosa, já determinava aproximadamente o território onde a aldeia seria construída: “junto de um mocambo velho que dista 18 ou 20 léguas das Alagoas”. Isso reforça o considerável conhecimento das autoridades coloniais a respeito de agrupamentos de palmaristas nessa região.³⁹¹

O aldeamento, porém, não foi construído nesse território pretendido inicialmente. O local foi mudado em decorrência do fracasso das forças coloniais na repressão aos palmaristas. Desse modo, o governador determinou que a tropa de Camarão se instalasse em uma área próxima à vila de Porto Calvo, precisamente uma distância de até 25 quilômetros, no limite das terras do engenho Morro, que se encontrava na margem esquerda do rio Manguaba.³⁹² O plano de Jerônimo M. Furtado consistia não somente na efetivação da estratégia da barreira indígena, como também formar uma tropa indígena que agisse especificamente contra os palmaristas, protegendo as vilas de Porto Calvo e Alagoas. Para tal, determinou ainda que as vilas se responsabilizassem pela manutenção das aldeias em alguns meses, até que elas mesmas proovessem seu sustento.³⁹³ O relato do governador para a Câmara de Porto Calvo, indica que sua estratégia surtiu algum efeito, ficando os palmaristas “muito oprimidos com essa vizinhança dos índios”.³⁹⁴

Esta não foi a última ação praticada pelo governador Jerônimo M. Furtado contra os mocambos de Palmares em que indígenas foram arregimentados. Em cada expedição

³⁹¹ “Regimento que levou o capitão Antônio da Silva Barbosa sobre os negros dos Palmares.” 26 de novembro de 1664. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 165v.

³⁹² O engenho existia nessa região desde o final do século XVI, localizado na margem esquerda do rio Manguaba. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit., 2012a, p. 135-137.

³⁹³ “Ordenou a câmara do Porto Calvo fizesse lançamento para o sustento do Camarão.” 22 de abril de 1665

³⁹⁴ “Escreveu a câmara do Porto Calvo sobre o Camarão e os negros levantados.” 16 de setembro de 1665. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 140.

lançada, novas experiências eram vivenciadas pelas forças coloniais, bem como novas estratégias seguiram sendo traçadas. Com o acúmulo de experiências obtidos nas expedições ao decorrer dos anos, cada vez mais os mocambos eram achados e o percurso nas matas diminuído, facilitando as novas campanhas repressivas. Do mesmo modo, a agência indígena não deixou de ser estimada pela administração colonial nos governos posteriores, embora entre 1666 e 1670, não tenham sido organizadas muitas expedições.

As décadas de 1670 e 1680 foram significativas para a Guerra de Palmares. Segundo Alencastro, no decorrer desses anos o Conselho Ultramarino reservou grande atenção às medidas repressivas, levando a uma intensificação das hostilidades que merece destaque na nossa análise. A partir do governo de Fernão de Sousa Coutinho a frente da capitania de Pernambuco (1670-1674), até 1695, com exceção de um hiato entre 1678 e 1680, as campanhas contra os palmaristas foram quase ininterruptas. Focaremos nas principais expedições em que identificamos a participação dos indígenas.

Em 1671 o governador informou ao Rei sobre a situação da guerra contra os palmaristas, relatando a importância de continuar com as medidas repressivas devido ao grande número de mocambos existentes no sertão, cada vez mais perigosos por causa das suas “povoações numerosas pela terra dentro entre os Palmares e matos, cujas asperezas, e faltas de Caminhos os tem mais fortificado por natureza”. Ao mesmo tempo que também realçava a importância da colonização das terras, expondo que sua fertilidade era imensa, além de ter reservas de metais e salitre. Solicitando recursos à Coroa para dar continuidade aos ataques, Fernão de Sousa Coutinho apresentou seu plano:

Para evitar este dano [os ataques dos palmaristas], determino passar ao Porto Calvo na entrada deste verão, lugar mais proporcionado para se fazer esta Guerra e dali com contínuos terços de gente que se renda uma a outra, mandar abrir caminhos para os ditos Palmares por onde possam ser investidos e arrasadas as suas povoações, continuamente até de todo se extinguirem e ficar livre esta capitania deste dano que tanto a ameaça; e posta que não são poucas as dificuldades que para este fim se me oferecem pela asperezas das terras, falta de caminhos, e de carruagem para os mantimentos que em todo este Estado senão podem conduzir senão às costas de negros por não haver estradas para carros, nem para

mais que um homem, atrás de outro: com tudo espero que a boa diligência seja poderosa para Vencer todos estes inconvenientes.³⁹⁵

Além das dificuldades expressadas, o governador também deu destaque à força dos palmaristas, afirmando que eles possuíam armamentos de fogo, metais, salitre e toda munição disponível para efetuarem dura resistência. Apresentando como deveria proceder uma efetiva repressão aos mocambos, sugeriu arregimentar todos os indígenas disponíveis e o Terço dos Henriques, “por serem sertanejos e terem disposição”.³⁹⁶

Nos dois anos seguintes, seu governo enfrentou problemas com a organização das expedições, devido à dificuldade na arregimentação de soldados para a composição das tropas especialmente por causa da deserção dos soldados e mesmo de oficiais, o que tornou inviável o envio de expedições.³⁹⁷ As sucessivas falhas e a falta de sucesso nas campanhas contra Palmares permitiram que os mocambos cada vez mais se fortificassem, tornando a guerra extremamente cara para a administração colonial. Novas medidas repressivas vieram apenas no governo de Pedro de Almeida, que traçou várias estratégias para conter o avanço dos palmaristas pelo mundo colonial e o crescimento dos mocambos, buscando colonizar as terras e arrasar qualquer resistência de comunidades de fugitivos pelas matas. Desse modo, o seu governo foi marcado pela intensificação das repressões aos mocambos, proporcionado também pela recuperação econômica de Pernambuco, vivenciada a partir da década de 1670, quando as arrecadações dos dízimos da capitania voltaram a crescer e estabilizar. A crise apenas voltaria na década de 1690, devido às descobertas das minas de ouro na capitania de São Paulo, o que gerou uma fuga de investimentos para esta região.³⁹⁸

³⁹⁵ “CARTA do governador da capitania de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, ao príncipe regente [D. Pedro], sobre a organização dos negros fugidos nas terras dos Palmares, informando que está refazendo os Terços militares, e alistando homens capazes para guerrear com os ditos negros”. 20 de junho de 1671. AHU_CU_015, Cx. 10, D. 917.

³⁹⁶ Ibidem [Anexo 2].

³⁹⁷ O próprio capitão-mor e alcaide-mor foi preso por causa da soltura de alguns soldados presos devido a deserção, descumprindo, então, a ordem do governador. “Escreveu ao ouvidor geral sobre a soltura que o capitão-mor Cristóvão Lins deu aos homens fugidos contra as ordens que tinha dado.” 9 de janeiro de 1673. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 279.

³⁹⁸ A esse respeito, ver: DAMASCENO, Felipe Aguiar. Op. cit., 2018, p. 98-102; sobre a arrecadação dos dízimos e preço do açúcar, ver: LOPES, Gustavo A. Negócio da Costa da Mina e comércio Atlântico. Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654-1760). Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: USP, 2008, todo o capítulo 1, especialmente as tabelas a partir da página 23; FERLINI, Vera Lúcia A. Op. cit., 2003, p. 83-97.

Inicialmente, Pedro de Almeida planejou construir aldeias indígenas e trazer os paulistas para o conflito, não sendo possível dada a distância destes da capitania de Pernambuco, por causa das guerras contra os indígenas no sertão da capitania do Rio Grande. Embora o governador tivesse expectativa que o emprego dos paulistas na Guerra de Palmares fosse necessário para dar fim ao conflito, a própria negociação com eles era difícil, visto que não faziam parte de nenhuma tropa regular. Essa situação dificultava a arregimentação, como lembrou o governador-geral Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça em uma carta escrita para Pedro de Almeida em 1674:

Além de que consideram elas uma grande diferença para haverem de vir a conquista dos Palmares de Pernambuco ou a dos bárbaros da Bahia porque a dos bárbaros era fazer guerra ao gentio a que elas sempre foram acostumadas, mas a dos Palmares é fazê-la a negros com que nunca pelejaram, e esses fortificados como vossa senhoria diz: o que não têm as aldeias do gentio às quais investem por numerosas que sejam com tropas mui desiguais; e os Palmares têm resistido a tão grandes soldados, e a tão considerável poder como portão várias vezes têm ali ido. Por todas estas razões entendo que não são os Paulistas, tão convenientes para essa guerra, como os mesmos pernambucanos.³⁹⁹

Até então, a possibilidade de inserção dos paulistas no conflito foi adiada. Contudo, nos anos finais do conflito a participação deles foi essencial, sendo o próprio Domingos Jorge Velho, um dos mais destacados entre os paulistas, liderando a campanha que culminou na destruição de Macaco, mocambo onde residia Zumbi. Desse modo, Pedro de Almeida deu sequência aos seus planos, tendo formado várias expedições em que identificamos a participação dos nativos, uma delas em que o próprio Sebastião Camarão, então capitão-mor do Terço dos Índios, liderou uma tropa contra os mocambos.⁴⁰⁰

Essa campanha foi relatada pelo cronista Domingos Loreto Couto, em sua obra “Desagravos do Brasil e Glória de Pernambuco”, na qual deu detalhes sobre o percurso de toda expedição e sobre os mocambos. A expedição saiu entre o final de julho e o início de agosto de 1675, organizada em dois grupos: um seguimento de “índios práticos” [ou

³⁹⁹ “Carta para o Governador de Pernambuco D. Pedro de Almeida sobre a disposição da Guerra dos Palmares.” 25 de fevereiro de 1675. DHBN, vol. 10, 1938, p. 136-137.

⁴⁰⁰ Para uma análise mais aprofundada do governo de Pedro de Almeida e das medidas repressivas organizadas em seu governo, cf. MENDES, Laura Peraza. *O serviço de armas nas guerras contra Palmares: expedições, soldados e mercês (Pernambuco, segunda metade do século XVII)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

seja, experientes] e uma tropa para dar assistência na sua proteção, saindo na dianteira para “descobrir a campanha”, ou seja, para achar os mocambos, seguindo não muito à frente do segundo grupo, este formado pelo restante dos soldados, liderados por Sebastião Camarão. Em 14 de agosto, conseguiram achar o primeiro mocambo, onde:

arribou sobre uma fortaleza feita de grossos madeiros, que guarneciam mais de seis mil negros; sem esperar tempo arremeteu com os seus, com resolução tão valente, que pareceu buscava a Victória pela morte, pelo sangue a vingança. Travou-se a peleja porfiada de ambas as partes, durou mais de quatro horas sem declinar daquele ardor, com que tinha começado, porque os negros como excediam no número, e eram defendidos da sua estacada, e não inferiores no valor sustentavam firmes o combate.⁴⁰¹

O final do conflito, segundo Couto, foi devastador para os palmaristas: todos os habitantes do mocambo encontrado foram capturados ou mortos. Seguindo a marcha, a tropa liderada por Sebastião Camarão encontrou outro grande mocambo, sem especificar um número aproximado de habitantes, informando apenas que era habitado por “inumeráveis negros”, sendo destruído “a fogo e ferro”.⁴⁰² Além do relato de Couto, não se tem notícias de outra documentação que confirme os resultados dessa expedição. Ao que tudo indica, a expedição realmente saiu, mas os seus resultados não foram tão expressivos. Ainda em 1674, quando o governador Pedro de Almeida planejava criar aldeamentos como barreiras no sertão de Palmares, simultaneamente houve a elaboração de outras medidas repressivas, como a criação de uma tropa liderada por Diogo Pinheiro Camarão, o governador dos índios. Toda a estratégia traçada pelo governador foi informada para Afonso Furtado de C. do Rio Mendonça, que não aconselhou que um líder indígena ficasse à frente de uma expedição com oficiais brancos, como visto anteriormente. Contudo, Pedro de Almeida insistiu em seu planejamento inicial, enviado a expedição em 1675, liderada por Diogo Pinheiro Camarão, e não por seu filho, Sebastião Pinheiro Camarão, como relatam alguns estudos.⁴⁰³

⁴⁰¹ COUTO, Domingo L. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco* [c. 1757]. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p. 450.

⁴⁰² *Ibidem*, p. 451.

⁴⁰³ Por exemplo, Décio Freitas afirma que Sebastião Camarão liderou a expedição, sendo ele o governador dos índios. Contudo, a confirmação da patente dele só veio em 1694, como consta no livro de registro de ofícios do Conselho Ultramarino, disponível em: AHU_ACL_CU - Cód. 122, fl.6, v-6. Além disso, a carta de

Em todo caso, outra expedição foi organizada por Pedro de Almeida em 1675 na qual identificamos a presença do terço de Camarão. Na “Relação do que se passou na guerra com os negros dos Palmares nos sertões de Pernambuco. É escrita em 1678, e está incompleta”, há menção de uma campanha liderada pelo sargento-mor Manoel Lopes, formada por:

280 homens, entre brancos, mulatos e índios, em 21 de novembro partiu para o mato, onde foram grandes os trabalhos, excessivas às necessidades e contínuos os perigos que padeceu até 22 de janeiro, em que descobriu uma populosa cidade de mais de 2 mil casas e com soma a grande defensores, prevenidos com todo o gênero de armas e depois disse pelejar de uma outra parte valorosamente por espaço de mais de duas horas, largaram os nossos fogo a algumas casas, que como são de matéria capaz de incêndios, começaram a arder e os negros a fugir.⁴⁰⁴

Segundo a *Relação*, a expedição foi um sucesso, resultando em duas vitórias sobre os palmaristas e na captura de 100 deles. Após isso, a tropa ficou estacionada em um arraial construído na mata durante cinco meses, “padecendo indivisíveis misérias, excessivos trabalhos e grandes perigos”. Nesse período, lutaram contra os palmaristas novamente, e desta vez conseguiram atingir “com uma bala o general das armas que se chamava Zambi que quer dizer “Deus das Armas”, negro de singular valor, grande ânimo, constância admirável e inimigo capital dos brancos”.⁴⁰⁵ Embora não se tenha total certeza, provavelmente esta foi uma referência a Zumbi dos Palmares, que nos anos seguintes lideraria o quilombo após a morte de Ganga Zumba.

Esta expedição foi apenas mais uma das organizadas entre 1675 e 1678. Nestes anos várias medidas repressivas foram organizadas pelo governo de Pedro de Almeida, que culminou na rendição de importantes líderes palmaristas, como Gana Zumba e Gana Zomba. Foi neste período também que saíram as expedições lideradas pelo capitão Fernão Carrilho, que entre 1676 e 1677, rendeu importantes vitórias contra os mocambos de Palmares. Sua tropa era composta tanto por soldados brancos quanto indígenas.

Afonso Furtado do C. do Rio Mendonça Diogo Pinheiro Camarão, não seu filho Sebastião. Ver: “Carta que se escreveu a Dom Pedro de Almeida Governador de Pernambuco sobre a Conquista dos Palmares”. DHBN, vol. 10, 1929, p. 109. Por fim, sobre a expedição liderada pelo governador dos índios em 1675, cf.: ALVES FILHO, Ivan. Op. cit., 2008, p. 80-81; FREITAS, Décio. Op. cit., 1981, p. 98-99.

⁴⁰⁴ “Relação do que se passou na guerra com os negros dos Palmares nos sertões de Pernambuco. É escrita em 1678, e está incompleta”. In: LARA, Sílvia Hunold; FACHIN, Phablo Roberto Marchis (orgs.). Guerra contra Palmares: o manuscrito de 1678. – São Paulo: Chão Editora, 2021, p. 53v (p. 125).

⁴⁰⁵ *Ibidem*.

Segundo Laura Peraza Mendes, os nativos arregimentados provinham de duas origens distintas: do Terço de Camarão, como também é relatado na *Relação*⁴⁰⁶, e indígenas que haviam sido aldeados pelo próprio Fernão Carrilho durante confrontos contra os povos nativos do sertão de Sergipe.⁴⁰⁷

Após as expedições, a administração colonial novamente negociou um acordo de paz com os amocambados de Palmares, definindo termos que não agradaram algumas lideranças palmaristas, como Zumbi. As negociações começaram em 1678, e os contatos foram estabelecidos por intermédio de um militar do Terço dos Henriques, certamente um africano, pois o terço era composto especialmente por africanos ou crioulos libertos. Os palmaristas chegaram a enviar comitivas para Recife, acertando as condições do acordo. Dentre eles, três filhos do líder do quilombo, o Gana Zumba. Não cabe aqui uma discussão mais aprofundada do tratado de paz. Os termos foram acertados e inicialmente houve de fato uma aceitação por vários palmaristas, acreditando que a autonomia de Palmares seria respeitada. Inclusive, uma aldeia foi criada para abrigar aqueles que aceitaram o acordo, chamada de Cucaú. Entretanto, é preciso apresentar algumas de suas condições para entender o golpe sofrido por Gana Zumba e a ascensão de Zumbi dos Palmares à liderança do quilombo, bem como a continuidade da guerra, que passava a sua fase final.⁴⁰⁸ As discordâncias ocorreram especialmente por causa das exigências de reescravidão propostas pelo tratado:

- a) todos os palmarinos [palmaristas] negros ou mulatos que já eram livres antes de se refugiar em Palmares assim como os seus descendentes, permaneceriam livres;
- b) os palmarinos [palmaristas] que preenchem essas condições, mas que haviam sido acusados de crimes seriam liberados caso nenhuma queixa tivesse sido apresentada contra eles ao se apresentarem espontaneamente à Justiça; e
- c) seriam considerados livres todos os livres e mulatos assim como seus filhos e mulheres - que tivessem respeitado o acordo de 1678 e que não tinham se rebelado depois disso.

⁴⁰⁶ Ibidem, 55-56v (p. 131-139).

⁴⁰⁷ MENDES, Laura P. Op. cit., p. 56. Para uma análise geral das expedições organizadas entre 1675 e 1678, em especial as lideradas por Fernão Carrilho, conferir todo o primeiro capítulo da dissertação de Laura Mendes, como também: ALVES FILHO, Ivan. Op. cit., 2008, p. 93-109; CARNEIRO, Edson. Op. cit., 2011, p. 77-99; FREITAS, Décio. Op. cit., 1981, p. 106-121.

⁴⁰⁸ GOMES, Flávio. Op. cit., 2019, p. 125-136. Para uma análise mais geral sobre esse período e o tratado de paz, ver também: LARA, Sílvia H. *Palmares & Cucaú: o aprendizado da dominação*. Tese (Titularidade em História) – UNICAMP, Campinas, 2008.

- d) todos aqueles que já o eram escravos antes de se refugiarem em Palmares, assim como em seus descendentes.
- d) os que, condenados por um crime qualquer, não tivessem se apresentado à Justiça; e
- e) todos os que participaram da rebelião de Cucaú.⁴⁰⁹

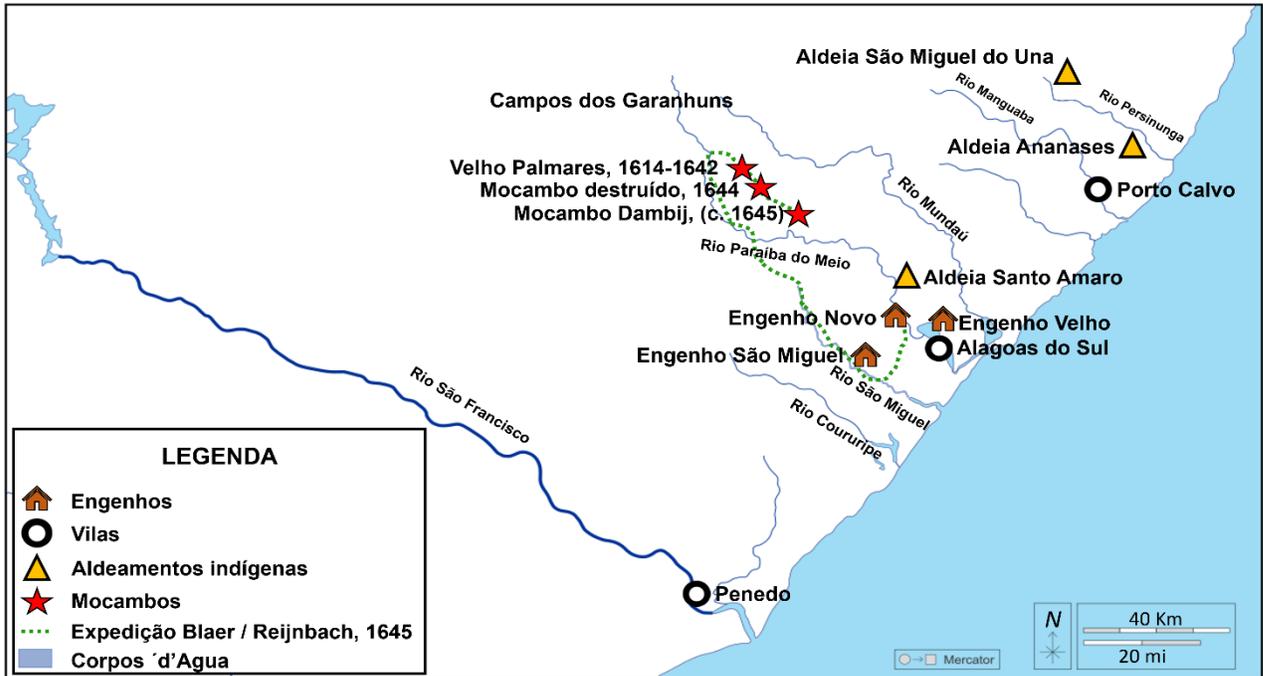
Além disso, foi estabelecida a não aceitação de nenhum escravizado fugitivo em seus mocambos. Como se sabe, o acordo falhou por vários motivos, dentre eles a divergência entre aqueles que aceitaram os termos do tratado, liderados por Gana Zumba, e os que discordaram, liderados por Zumbi. Também contribuiu para o fracasso do acordo o boicote de fazendeiros, senhores de engenho, comerciantes, a Igreja e os jesuítas, interessados no comércio de escravizados. O grupo liderado por Zumbi conseguiu se sobrepôr aos demais, e o próprio Gana Zumba acabou sendo assassinado. Não demorou muito para os palmaristas voltarem a provocar investidas nos núcleos coloniais. Já em 1681, lançaram um ataque na vila de Alagoas do Sul, mas na saída da vila encontraram uma tropa liderada por Sebastião Camarão, que identificou o líder como sendo Zumbi. O confronto provocou a morte de alguns palmaristas, mas não conseguiu evitar a fuga do grupo, nem mesmo o sequestro de algumas mulheres brancas e escravizados. Diante disso, o capitão-mor Camarão organiza uma expedição e persegue os palmaristas pela mata, encontrando um mocambo abandonado e tendo enfrentado alguns palmaristas. Esse é mais um exemplo de como a estratégia das barreiras indígenas foi eficaz. Uma vez tendo instalado aldeamentos próximos aos povoamentos, as forças indígenas estavam alertas e próximas o suficiente para enfrentar rapidamente qualquer ataque.⁴¹⁰

Como pode-se observar na “*Relação*”, a administração colonial possuía um notável conhecimento dos caminhos que levavam aos mocambos, tendo inclusive nomeado vários deles, como se pode observar no mapa abaixo:

⁴⁰⁹ ALVES FILHO, Ivan. Op cit., 2008, p. 110-111.

⁴¹⁰ Ibidem, p. 109-110.

MAPA 5: Mocambos de Palmares a partir da “Relação”, 1674.



Fonte: “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida...” In: RIHGB, v. 22, 1859; DAMASCENO, Felipe Aguiar. Op. cit., 2018, p. 113.

Por causa disso, a zona de atuação dos mocambos foi consideravelmente diminuída, e a década de 1680 foi marcada por várias incursões aos mocambos em que Zumbi poderia estar escondido. Juntamente a esse contexto, havia uma certa expectativa na rendição dos palmaristas, algo que se perpetuou até a década de 1690. Com a intensificação dos ataques, o problema da deserção afetava todas as tropas. O governador João de Souza, em 1683, chegou a escrever carta para os moradores de Alagoas, ordenando que qualquer indígena que fosse encontrado escondido em suas casas fossem entregues ao governador Antônio Pessoa Arcoverde, chegando a fazer ameaças.⁴¹¹ A deserção dos indígenas do terço de Camarão pode, talvez, ser explicada pelo cansaço dos nativos que eram constantemente empregados nas expedições. Além disso, outras hipóteses que podemos levantar são: (a) o problema com a remuneração

⁴¹¹ “Ordenou aos moradores dessas capitanias entregassem os índios que tivessem em suas casas pertencentes ao governador Antônio Pessoa Arcoverde.” 10 de setembro de 1683. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 374.

dos indígenas e a dificuldade com a alimentação das tropas, que certamente geravam incômodos aos nativos; (b) a própria resistência às lideranças indígenas que permaneciam frente as tropas, pois elas recebiam mercês e recompensas pessoais, por isso estavam mais interessadas na obediência às autoridades coloniais, inclusive arregimentando os indígenas aldeados para onde fossem convocados; e (c) o próprio desinteresse dos indígenas frente ao conflito no qual eram envolvidos, já que constantemente recebiam ordens para marchar em direção as matas em busca de mocambos, se expondo ao perigo, além de serem obrigados a se assentarem nesses territórios.

Com a construção de aldeias nos sertões e o reforço de algumas já existentes, como a Ananases em 1685, as tropas indígenas continuaram no conflito até o alvorecer de 1690. A partir de então, a participação do Terço de Camarão foi menos expressiva devido aos conflitos no Açu, região para onde grande parte das tropas indígenas foi deslocada com o objetivo de ajudar nos combates contra os indígenas levantados.⁴¹² Quando finalmente os paulistas foram inseridos no conflito pela administração colonial, através de vários acordos com Domingos Jorge Velho, um grande contingente de indígenas que o acompanhava passou a também lutar no conflito. Mas a tropa de Camarão não foi dispensada. Pelo contrário: Jorge Velho fez questão da presença do terço indígena em suas campanhas.

A inserção dos paulistas na Guerra de Palmares foi resultado de discussões entre alguns governadores, como João da Cunha Souto Maior, e moradores locais, não interessados na presença dos sertanistas na região. A partir década de 1680, os defensores dos paulistas criticavam a atuação das tropas burocráticas por não conseguirem resultados definitivos na repressão dos mocambos, exaltando a força dos paulistas como necessárias para a extinção do quilombo, pois eram experientes na guerra de emboscada e por trilhar expedições pelos sertões. O próprio Domingos Jorge Velho foi um dos principais propagandistas desse discurso:

Primeiramente súplica a Vossa Real Majestade que se digne de mandar considerar que no sertão baixo do Brasil, nas capitanias de Pernambuco

⁴¹² Kalina Vanderlei Silva faz uma análise do Terço de Camarão na Guerra do Açu, apresentando um mapa dos povos indígenas levantados não somente nesse conflito, mas também na Guerra do Recôncavo, apresentando as aldeias dos grupos e sua localização. Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. Op. cit., 2010, p, 238-256.

se formou antigamente um covil de negros fugidos de seus senhores, em o qual se foram ajuntando sucessivamente tantos deles que por não poderem estar todos em uma povoação fizeram muitas na vastidão dessas matas; (...) que o governador de Pernambuco, João da Cunha de Souto Maior, desenganado e conhecendo mui bem que nem infantaria paga, nem milícia dos moradores não era gente apta para tal guerra, vindo-lhe a notícia que no sertão alto, ao redor de 500 léguas daqui habitava o dito mestre de campo com muitos outros homens (...).⁴¹³

Esse requerimento dirigido à Coroa, escrito por um procurador em nome de Jorge Velho, sintetiza o discurso anteriormente apresentado. Contudo, os moradores locais ainda insistiam na estratégia das barreiras indígenas, discordando da necessidade do emprego dos paulistas na região. Isso é expresso em um requerimento dos moradores da vila de Porto Calvo datado de 1689:

(...) ordenasse ao governador do gentil doméstico, Antônio Pessoa Arcoverde, ajuntasse todo gentil de sua nação que estiver na parte do norte (que este lhe dê mega o domínio dos padres da companhia de Jesus e de São Bento) e que faça situar três aldeias de 100 casais em cada uma das nas cabeceiras de Sirinhaém, Porto Calvo e Alagoas, que são as que confinam com o sertão em que habitam os ditos bárbaros, para que assim tenha aquele povo sossego e a Fazenda Real grande aumento.⁴¹⁴

Certamente os moradores temiam que os paulistas se instalarem na região e obtivessem terras como recompensa aos seus serviços. Apesar das críticas dos moradores locais, o envio de tropas paulistas para o conflito, deslocando-os da Guerra do Açú, saiu vencedor. Os paulistas chegaram em Recife em outubro de 1691, depois de um longo e fatídico percurso, já comentado anteriormente. Dentre as várias exigências feitas ao governador Félix Machado da Silva, como 600 mil réis em mercadorias diversas, solicitação de terras no sertão de Palmares e escravizados que capturasse nos combates, o líder paulista exigiu também a presença do Terço de Camarão em seu acampamento.⁴¹⁵ As exigências foram atendidas, pois o terço indígena acompanhou a tropa liderada por Jorge Velho, que partiu entre o verão de 1691 e 1692, percorrendo a mata até chegar na Serra da Barriga, onde ficaram vários anos mesmo após a morte de Zumbi dos Palmares em 1695. É importante evidenciar que as tropas de Jorge Velho

⁴¹³ “Requerimento que ao pé de V. Mag. Humildemente prostrado faz em seu nome e em aquele de os oficiais e soldados do terço de infantaria s. Paulista de que é Mestre de Campo Domingos Jorge Velho.” In: ENNES, Ernesto. Op. cit. p.317-344.

⁴¹⁴ “Consulta do Conselho Ultramarino de 6 de novembro de 1690 sobre o que escrevem os oficiais da Câmara da Villa do Porto Calvo”. In: ENNES, Ernesto. Op. cit. p. 181.

⁴¹⁵ ALVES FILHO, Ivan. Op. cit., 2008, p. 134-136; FREITAS, Décio. Op. cit., 1981, p. 159-161.

alcançaram os mocambos com relativa facilidade, não apenas devido ao conhecimento dos caminhos pelas matas por causa da longa experiência que a administração colonial obteve com as campanhas anteriores, como também em razão de um outro importante fator: a maior parte do contingente da tropa era composta por indígenas dos aldeamentos locais, o que facilitou a movimentação e a adaptação na floresta.⁴¹⁶ É importante salientar que Jorge Velho foi aumentando o contingente da sua tropa ao decorrer dos conflitos pelos sertões, inserindo também indígenas dos aldeamentos em Pernambuco, conhecedores da região.

Na “Relação verdadeira da guerra”, a assistência dos indígenas aldeados foi bem evidenciada:

[...] continuaram a sua marcha para Santo Amaro, onde chegaram a 2 de janeiro em um sábado, para naquele lugar darem ração e se fornecerem com mantimentos necessários para a campanha. E o fez o dito capitão-maior com notável dispêndio, tanto com a sua gente como com a mesma infantaria, levando bois por cordas e carneiros, que foram de grande utilidade para o que adiante se verá quando de tudo se viram necessitados.⁴¹⁷

Para dar continuidade ao conflito, foi construído um arraial na região da Serra da Barriga. Entre janeiro de 1692 e fevereiro de 1694, vários mocambos foram atacados e destruídos. Diferentemente das ocasiões anteriores, a construção de um arraial foi essencial na perpetuação dos assaltos aos palmaristas e destruição de seus mocambos, isto porque várias tropas de diversas vilas iam se revezando e dando assistência ao acampamento militar. Entre janeiro e fevereiro de 1694, os ataques a Macaco, último grande reduto fortificado de Zumbi, iniciaram. Entre o grande número de soldados, estavam também vários indígenas do terço de Camarão. Muitas são as descrições de como ocorreu a campanha que resultou na destruição do mocambo e na morte de muitos palmaristas. Vale ressaltar que a estratégia empregada foi a costumeira: atacar o

⁴¹⁶ DAMASCENO, Felipe. Op. cit., 2018, p. 123.

⁴¹⁷ “Relação verdadeira da guerra que se fez aos negros levantados do Palmar, governando estas capitanias de Pernambuco o senhor governador e capitão-geral Caetano de Melo de Castro, no ano de 1694, da feliz vitória que contra o dito inimigo se alcançou.” OLIVEIRA, Maria Lêda. “A primeira rellação do último assalto a Palmares”. In: *Afro-Ásia*, 33 (2005), pp. 251-324, p. 303. Trata-se de um texto anônimo datado entre 1694 e 1670, encontrado pela historiadora Maria Lêda Oliveira na Biblioteca Nacional de Lisboa, Cód. 11358//37, ff. 75-101. A transcrição e atualização ortográfica do documento foram publicadas no artigo referido. O conteúdo da “Relação verdadeira da guerra” narra os eventos ocorridos desde a preparação das tropas que destruíram o mocambo Macaco em 1694, elogiando as ações do governador Caetano de Melo e Castro e do capitão Bernardo Vieira de Melo.

mocambo pelas costas, ou seja, fazer um cerco, surpreendendo os seus habitantes e eliminando a possibilidade de fuga. A grande empreitada deu certo, contudo, Zumbi e muitos outros conseguiram escapar e se reorganizar em outras áreas dentro das matas, como ao decorrer do sertão da freguesia de Ipojuca, da vila de Sirinhaém, entre outros.⁴¹⁸

Uma das medidas para desarticular a reorganização dos fugitivos pelo sertão foi organizada ainda em fevereiro de 1694, quando o governador Caetano de Melo e Castro (1693-1699) mandou fazer uma entrada na “parte do Orobó [Ararobá]⁴¹⁹”, afirmando que os palmaristas estavam se instalando pela região, ordenando que o capitão Francisco Dias Leite fizesse arregimentasse todos os soldados e indígenas das aldeias de sua jurisdição.⁴²⁰

A morte de Zumbi ocorreu em 20 de novembro de 1695. Meses antes, sua cabeça estava a prêmio, e a administração colonial se esforçou bastante na sua procura pelo sertão de Palmares, enviando algumas expedições de reconhecimento. A resistência dos palmaristas também não cessou com a destruição de Macaco. Alguns grupos ainda agiram na procura de armas e munições. Um deles foi liderado por Antônio Soares, mulato que nasceu em Recife e fugiu para Palmares, sendo um homem de confiança do próprio Zumbi. Em um ataque à vila de Penedo, foi capturado pelos moradores, que no caminho encontraram uma tropa liderada pelo paulista André Furtado de Mendonça, que se apoderou do prisioneiro e o torturou a fim de saber o esconderijo de Zumbi, chegando a prometer sua liberdade caso revelasse o que sabia. Mesmo tendo inicialmente resistido, Antônio Soares revelou a localização. O esconderijo se situava provavelmente na serra Dois Irmãos, lugar de acesso difícil por causa dos desfiladeiros e da mata fechada. O lugar foi cercado e Antônio Soares, que colaborou com a tropa do paulista André Furtado de Mendonça, saiu na dianteira para dar confiança ao seu líder. O ataque foi rápido e Zumbi foi morto com muitos dos seus companheiros.⁴²¹ Após isso, os palmaristas passaram a ser liderados por Camoanga ainda antes da virada para o século XVIII.⁴²²

⁴¹⁸ ALVES FILHO, Ivan. 2008, p. 147-152; CARNEIRO, Edson. Op. cit., 118-125; FREITAS, Décio. Op. cit., 169-179.

⁴¹⁹ Corresponhia as terras da sesmaria de Bernardo Vieira de Melo, uma região localizada dentro do atual agreste pernambucano.

⁴²⁰ “Ordenou ao capitão Francisco Dias fizesse entrada em um mocambo de negros levantados.” 04 de fevereiro de 1683. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 558.

⁴²¹ FREITAS, Décio. Op. cit., 1981, p. 180-181.

⁴²² Ibidem, p. 182.

Vários aldeamentos indígenas foram criados na região para servir, naquele momento, não apenas como barreiras para impedir novos reagrupamentos de escravizados fugitivos, mas para ocupar a região e auxiliar a colonização. A partir disso, novas etapas da ocupação das terras de Palmares, um período que se estende até o século XVIII.

Por fim, a assistência dos indígenas em todas as etapas do conflito foi essencial para o desenrolar da guerra. Apesar de algumas críticas de governadores acerca de estratégias onde a inserção dos indígenas no conflito fosse essencial, como a das barreiras indígenas, nenhum líder levou em consideração afastar os indígenas da guerra. Mesmo quando tropas do Terço de Camarão foram deslocadas da Guerra de Palmares para a Guerra do Açu na década de 1680, tropas indígenas locais continuaram sendo arregimentadas para as expedições através dos aldeamentos instalados na região. E quando os paulistas foram inseridos no conflito, o próprio Domingos Jorge Velho fez questão da presença do Terço de Camarão, além de sua tropa ser composta em sua maioria por indígenas. Portanto, analisar a Guerra de Palmares e as medidas repressivas da administração colonial contra os palmaristas sem uma inserir os indígenas no conflito é inviável. Diferentemente das tropas paulistas, os indígenas estiveram inseridos no conflito desde os anos iniciais, possibilitando, inclusive, o avanço da colonização da região na medida em que os mocambos eram destruídos e os palmaristas desarticulados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das discussões feitas nesta dissertação, pode-se concluir que a agência indígena na Guerra de Palmares foi essencial para o desenrolar do conflito. Em todas as fases da guerra, forças indígenas foram arregimentadas para combater os palmaristas, seja confrontando diretamente os mocambos através de incursões organizadas pela administração colonial, seja evitando investidas por meio da instalação de aldeamentos coloniais, estabelecidos entre os limites das vilas e o sertão de Palmares, onde se localizavam os mocambos.

Longe de significar apenas um episódio isolado do século XVII, a participação de indígenas nas guerras coloniais foi extremamente presente desde o século XVI, tornando-se, inclusive, uma das mais importantes vias de colonização da região. Como visto no decorrer do trabalho, a implantação do sistema de aldeamentos possibilitou uma organização militar das forças aliadas, pois uma vez aldeados, os indígenas passavam a se tornar súditos da Coroa, devendo agir quando fossem solicitados. Estabelecidas em áreas próximas aos núcleos de povoamento, as aldeias ofereciam mão de obra para os colonos, assim como ajudavam na proteção e ocupação de regiões pouco povoadas da capitania de Pernambuco.

Ao longo do século XVI, os povos Caeté, Tabajara e Potiguara passaram de inimigos a aliados dos portugueses, agindo de acordo com seus interesses e com os limites impostos pela situação colonial. A realização de acordos entre colonizadores e indígenas marcou um passo significativo da ocupação do território, dado que as guerras eram feitas a partir das alianças com os povos nativos. Ou seja, a continuidade das guerras dependia das forças dos indígenas aldeados, que representavam o maior contingente das tropas. Além disso, a própria forma de fazer guerra foi constantemente adaptada, e a chamada “guerra brasílica” se tornou essencial não apenas para combater povos indígenas insurretos, como também outras potências europeias, cujos representantes não estão acostumados com a região e a arte da guerra dos povos ameríndios. Logo, a guerra indígena passou a ser a guerra colonial.⁴²³

⁴²³ Cf. FUGIMOTO, Juliana. Op. cit., 2016.

Como grande parte da historiografia sobre a participação indígena na sociedade colonial já destacou, múltiplos eram os interesses dos nativos nas alianças, e posteriormente na própria guerra. Primeiro, as próprias motivações dos indígenas revelam muito dos seus interesses, como a necessidade de sobrevivência em uma realidade de constantes conflitos e forte alteração nas relações com o território e com os recursos naturais e a possibilidade de fortalecimento de seu poder bélico para efetivação de conflitos contra outros grupos indígenas. Mas uma vez aldeados, mesmo em situação de desvantagem, os indígenas agiam e reagiam às imposições que lhes eram colocadas. Um dos exemplos apresentados neste trabalho foi a própria reelaboração da sua cultura política, alterada o suficiente para se enquadrar nos padrões exigidos pelos colonizadores, mas não o necessário para apagar todas as suas expressões socioculturais. Entre os processos de mistura que caracterizaram o primeiro processo de territorialização, os povos indígenas criaram meios efetivos para barganhar direitos e vantagens coletivas e pessoais.

O próprio sistema de aldeamentos indígenas evidencia a grande importância da articulação das alianças para a administração colonial. O trabalho buscou evidenciar essa perspectiva através da necessidade de fazer a guerra, quando o interesse na sustentação das alianças com os povos indígenas possibilitou a criação de um terço militar institucionalizado nos moldes portugueses. A partir desta nova tropa formada para atender as necessidades de colonização da América portuguesa, os indígenas garantiram diversos benefícios, atingindo até mesmo habilitações e mercês, concessões feitas pelos colonizadores buscando estreitar e estabilizar as relações com os povos indígenas, mas que não deixou de significar, para estes, a preservação ou o acesso às terras, melhores condições de vida e possibilidade de participação política. Esta abordagem destaca ainda mais as atuações e os interesses indígenas dentro de um contexto de colaboração com os colonos na capitania de Pernambuco, dando novas dimensões da complexidade das relações entre os sujeitos históricos.

O presente trabalho buscou evidenciar a importância das relações sociais através do serviço militar que os indígenas deveriam prestar para a Coroa portuguesa, usando a segunda metade do século XVII como palco para as análises que foram empreendidas. Na Guerra de Palmares, podemos perceber como a institucionalização do Terço de

Camarão foi essencial para uma reorganização militar dentro da própria capitania de Pernambuco. Através da formação de novas tropas, o envio de militares para os conflitos facilitou as repressões dos inimigos internos da colonização, assegurando a conquista do território.

Nas expedições feitas entre 1660 e 1670, todos os governadores, ao traçar estratégias para destruir os mocambos de Palmares, sempre arregimentaram as forças indígenas aldeadas para qualquer conflito. Inclusive, muitas das vezes o contingente das tropas era formado em sua maioria por indígenas, como nas expedições de 1662 organizadas pelo governador Francisco de Brito Freire. Outra importante estratégia praticada no decorrer de todas as etapas da guerra contra os palmaristas, foi o estabelecimento ou criação de aldeamentos em áreas que apresentavam maiores recorrências de ataques dos palmaristas, ou conhecidas, para a administração colonial, por haver mocambos espalhados nas matas. O sertão de Sirinhaém e Porto Calvo, por exemplo, recebeu muitas dessas aldeias, construídas para evitar incursões palmaristas nas propriedades rurais ou núcleos de povoados locais, como também evitar novos reagrupamentos de escravizados fugitivos.

Servir nas expedições era uma das exigências dos acordos estabelecidos com os colonizadores. Contudo, os indígenas souberam se apropriar disso para lutar pelo direito ao território das aldeias, que passaram a ser sua principal referência, bem como requeriam patentes e recompensas por meio dos serviços prestados. O serviço militar era obrigatório para todos os indígenas aldeados, as lideranças indígenas souberam se adaptar às situações que lhes foram impostas, manipulando a situação de aldeados e ressignificando para fins políticos. Por meio da institucionalização do Terço dos Índios de Pernambuco, patentes militares foram criadas para as lideranças indígenas, como os cargos de sargento, tenente, capitão e governador de índios, este sendo o mais alto cargo da hierarquia militar indígena. Apenas as lideranças indígenas recebiam soldo e o outros privilégios, como a administração das aldeias, como visto.

As noções de apropriação cultural e resistência adaptativa⁴²⁴ são essenciais para entender essas situações de contato e trocas culturais diversas. A própria cultura se transforma com a expediência do contato, e os valores inseridos através da colaboração conjunta são recebidos de maneira diferente e em graus variáveis, definindo o que absorvem da cultura dominante e como o utilizam, criando e reelaborando práticas culturais e políticas a partir das suas expressões socioculturais, de acordo com as suas necessidades no contexto de vivência.⁴²⁵ Desse modo, a própria lealdade e o serviço dos indígenas para os colonizadores ganham novos significados.

A busca por recompensas e patentes militares constituem exemplos essenciais para compreender a resignificação, pelos indígenas, dos valores políticos inseridos pelos europeus através do contato. Em 1669, o então capitão-mor dos índios Diogo Pinheiro Camarão recebeu licença para administrar as aldeias da capitania do Rio Grande⁴²⁶ por causa dos serviços prestados para a Coroa. Já em 1672, a administração colonial determinou que os governadores das praças da capitania de Pernambuco não colocassem nas aldeias da jurisdição de Diogo Camarão seus oficiais de guerra, somente indígenas tabajara ou potiguara locais para governarem as aldeias.⁴²⁷ Como recompensa pelos serviços prestados na guerra contra os indígenas no sertão do Rio Grande, os indígenas conseguiram garantir que suas próprias lideranças se encarregassem do governo temporal das aldeias. Essa retribuição, recebida através da lealdade e dos serviços para a Coroa, constituía-se como uma das formas mais importantes de retorno para os nativos aldeados.

Como visto, várias foram as aldeias criadas entre 1660 e 1694 para efetivar a estratégia das barreiras indígenas. As lideranças indígenas se esforçavam para cumprir o determinado, inclusive também sendo deslocadas para regiões próximas aos mocambos de palmares, entrando diretamente na zona de combate. Contudo, souberam

⁴²⁴ Para Stern, a colaboração entre indígenas e colonos também pode ser considerada uma forma de resistência, pois através do contato amistoso e das trocas culturais diversas, os indígenas conseguiram, mesmo em situação de desvantagem, garantir sua sobrevivência e conseguir várias vantagens, como lideranças de terços militares, por exemplo. Cf. STERN, Steve. Op. cit., 1987, p. 52.

⁴²⁵ PRATT, Mary Louise. Op. cit., 1999, p. 31-32.

⁴²⁶ "Livro de registro de cartas e mandatos do Conselho Ultramarino (1668-1727). 2º volume. AHU_ACL_CU - Cód. 276, fl. 17-18v.

⁴²⁷ "Carta de Sua Alteza para que se não ponham oficiais de guerra nas Aldeias de Dom Diogo Pinheiro Camarão que as governe". 21 de junho de 1672. DHBN, vol. 67, 1945, p. 161-162.

também cobrar da administração colonial suas recompensas. O próprio Diogo Pinheiro Camarão cobrou ajuda de custo para ele e seus capitães, justificando ter servido por quarenta anos em vários conflitos⁴²⁸, bem como também cobrou terras para a administração colonial, onde seria construída uma aldeia para seu povo, na região do sertão de Sirinhaém, bastante mencionada no decorrer do trabalho, em virtude de algumas aldeias terem sido assentadas para servir de barreira aos ataques dos palmaristas no sertão de Sirinhaém, como ocorreu com a aldeia Ananases.⁴²⁹ O líder indígena chegou mesmo a pedir uma medalha em que seu rosto estivesse esculpido, evidenciando ainda mais como os indígenas sabiam, através dos cargos que ocupavam, requerer bens ou vantagens.⁴³⁰

Após a destruição de Macaco e a desarticulação dos principais mocambos encontrados nas matas, visando à ocupação do território para evitar novas concentrações de escravizados fugitivos nas matas, a administração colonial determina a construção de novos aldeamentos no sertão de Palmares. Em 06 de fevereiro de 1695, o governador Caetano de Melo e Castro mandava dar ferramentas para a formação de uma nova aldeia construída nas “fronteiras” de Alagoas.⁴³¹ Como forma de reconhecimento pelos serviços prestados na guerra, aldeias já existentes recebiam terras como recompensas. Isso ocorreu com as aldeias de Barreiros e Escada, que em 1698 receberam quatro léguas de terras para acrescentar ao território da sua aldeia.⁴³²

Ao longo do trabalho buscamos também evidenciar a resistência indígena durante as expedições. Nos deslocamentos de aldeias inteiras ou de vários indígenas que deveriam sair das suas para habitarem outras, identificamos alguns casos de queixas dos nativos aldeados que não queriam abandonar seu local de origem, o que era muito bem conhecido pelos administradores. Quando os indígenas se sentiam de alguma forma

⁴²⁸ “Consulta do Conselho sobre o que pede D. Diogo Pinheiro Camarão”. 17 de dezembro de 1671. AHU_ACL_CU - Cód. 47, fl. 154.

⁴²⁹ “Consulta do Conselho sobre a petição de Diogo Pinheiro Camarão.” 29 de abril de 1672. AHU_ACL_CU - Cód. 84, fl. 440-440v.

⁴³⁰ “Consulta do Conselho sobre a petição de Diogo Pinheiro Camarão.” 30 de maio de 1672. AHU_ACL_CU - Cód. 84, fl. 447-447v.

⁴³¹ “Ordenou ao mesmo mandasse dar ferramentas para a fábrica da nova aldeia e fardamentos para os índios”. 06 de fevereiro de 1695. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 576.

⁴³² COSTA JUNIOR, Olympio. “Extintos aldeamentos de índios em Pernambuco”. In: *Revista do Norte*, série III, abr.1942, nº. 1, p. 20.

prejudicados ou insatisfeitos com o serviço prestado para os colonizadores, muitos deles fugiam das aldeias ou das expedições e se escondiam na casa dos colonos.⁴³³

Diante do exposto, ainda restam muitas dúvidas que precisam ser esclarecidas. A trajetória do terço de Camarão na segunda metade do século XVII precisa ser melhor analisada, não apenas na Guerra de Palmares, mas também nos vários outros conflitos ocorridos nos sertões das capitanias do Norte do Estado do Brasil no mesmo período. A própria hierarquia militar do terço e a luta das lideranças indígenas pelo reconhecimento e obtenção de mercês ou honrarias é tema extremamente importante para perceber os interesses dos nativos na obtenção de vantagens pessoais, como também para trazer reflexões essenciais sobre os mecanismos de sustentação das alianças entre índios e colonizadores, dando margem para uma abordagem que busque identificar os conflitos de jurisdição e as relações políticas entre indígenas e os atores sociais que faziam parte da burocracia estatal da América Portuguesa.

A pesquisa contribuiu para evidenciar não apenas os indígenas na Guerra de Palmares, mas também como foram essenciais para o desenrolar do conflito. Grande parte da historiografia enfoca e credibiliza aos paulistas a destruição do Quilombo dos Palmares. Contudo, buscamos evidenciar que a guerra não foi praticada apenas entre fins da década de 1680 e 1695, com a morte de Zumbi. Mas que a repressão aos escravizados fugitivos do mundo colonial e aos agrupamentos criados por eles nos chamados sertões durou quase um século. Em todas as etapas da repressão, tropas indígenas foram arregimentadas para os conflitos e aldeamentos foram criados em regiões estratégicas, contribuindo tanto para o sucesso da guerra, pois muitas vezes representavam a maioria dos homens recrutados nas incursões, quando no adentramento da região, repleta de matas fechadas e planaltos. Além disso, identificar os aldeamentos existentes na capitania de Pernambuco no século XVII é fundamental para o entendimento das alianças entre nativos e colonizadores, como também para a colonização e expansão do mundo colonial para os sertões da capitania de Pernambuco.

⁴³³ “Ordenou aos moradores dessas capitanias entregassem os índios que tivessem em suas casas pertencentes ao governador Antônio Pessoa Arcoverde”. 10 de setembro de 1683. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, f. 576.

Outro ponto fundamental que necessita de discussões mais pontuais é a importância dos aldeamentos e do trabalho indígena para a economia e ocupação das regiões pouco povoadas pelos colonos no decorrer do século XVII em toda capitania de Pernambuco. A expansão do mundo colonial para os sertões e a formação das alianças com os povos indígenas que lá habitavam, que culminou na criação de vários aldeamentos espalhados por essa região, revelam bastante sobre a importância da agência indígena para a colonização do território. Com a Guerra de Palmares, a pesquisa buscou identificar como, em todas as fases do conflito, a participação dos indígenas foi essencial para impulsionar as medidas repressivas contra os palmaristas. Através disso, identificamos que o povoamento do sertão de Palmares pelas aldeias proporcionou uma ocupação da região e a oportunidade de evitar novos reagrupamentos de palmaristas, tornando possível também que as propriedades criadas na região se beneficiassem de maior proteção e do trabalho indígena. Acreditamos que estes devem ser os rumos a ser seguidos nas próximas pesquisas.

REFERÊNCIAS

FONTES CONSULTADAS:

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino:

Projeto Resgate – Códices (1548-1821) e (1671-1833), AHU_ACL_CU – Cód.: 47, 84, 118, 120, 122, 128, 265, 276.

Projeto Resgate – Pernambuco (1590-1826), AHU_CU_015, caixas: 2, 7, 8, 10, 15, 42.

Arquivo da Universidade de Coimbra (Coimbra):

Coleção Conde dos Arcos, Disposições dos Governadores de Pernambuco, 1 vol. (1652-1696).

Arquivo do Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico Brasileiro:

“RELAÇÃO das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida de 1675 a 1678 (M. S. oferecido pelo Exm. Sr. Conselheiro Drummond)”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), v. 22, 1859.

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ABNRJ):

“Cópia de uma carta do padre Pero Rodrigues, provincial da Província do Brazil da Companhia de Jesus, para o Padre João Alvares da mesma Companhia: assistente do Padre Geral, 1597”. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* (ABNRJ), v. 20, 1898, p. 255.

“História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636”. In: *ABNRJ*, volumes 41-42, 1919-1920, p. 86.

“Relação das Aldeas, que ha no Destricto d’este Governo de Pernambuco...” In: *ABNRJ*, v. 28, 1906, p. 419.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional:

Livros: 9, 10, 16, 38, 67.

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História colonial**: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos**: aspectos da administração colonial, Pernambuco – século XVII. – Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Luiz Sávio. “Palmares e dois historiadores alagoanos”. In: _____ (org.). **Mata e Palmares nas Alagoas**. – Arapiraca: Edual, 2004.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2013.

_____. **Os índios na história do Brasil**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. “Cultura Política Indígena e Política Indigenista: Reflexões sobre Etnicidade e Classificações Étnicas de Índios e Mestiços (Rio de Janeiro, Séculos XVIII e XIX)”. In: AZEVEDO, Cecília et al. (orgs.). **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ALVES FILHO, Ivan. **Memorial dos Palmares**. 2ª ed. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, Editorial Abaré, 2008.

ANCHIETA, José de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões** / Padre Joseph de Anchieta. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: Edusp, 2007.

ANTUNES, Clóvis. **Índios de Alagoas: documentário**. Maceió: Governo do Estado, 1984.

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. **Governança em tempo de guerra: governo geral do Estado do Brasil e a gestão da defesa (1642-1654)**. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

ARAÚJO, Soraya Geronazzo. **O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII**. Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Federal do Ceará, 2007.

ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. **Palavra de Rei: Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001

BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BRANDÃO, Francisco Henrique Moreno. **História de Alagoas**. – Penedo, Alagoas: Artes Gráficas. Typ. e Pautação, 1909.

BRANDÃO, Werther. “Os franceses em alagoas no século XVI”. In: **Revista do Instituto Histórico de Alagoas** (RIHGAL), v. 34, p. 11-56, Maceió, IHGAL, 1978.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**: áulico anatômico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, V.2, 1712-1728.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992

BOXER, C. R. **O Império Marítimo Português**: 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRUIT, Héctor Hernan. **Bartolome de las Casas e a simulação dos vencidos**: ensaio sobre a conquista hispânica da América. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1993.

CABRAL, João Francisco Dias. “Vestígios de uma antiga família estabelecida no território de Santa Maria Magdalena da Lagos do Sul”. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, v. II, nº. 11, 1879

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

CARTAS de Duarte Coelho a El Rei. José Antônio Gonsalves de Mello e Cleonir Xavier de Albuquerque (org.); reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada, 2ª edição Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1997.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000

CASTRO, Eduardo Viveiros de. “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem”. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v. 35, p. 21-74, 1992.

CAVALCANTI, Alessandra Figueiredo. **Aldeamentos e política indigenista no bispado de Pernambuco – séculos XVII e XVIII**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

COSENTINO, Francisco Carlos. **Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII)**: ofício, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume/FAPEMIG, 2009.

_____. “Governadores gerais do Estado do Brasil pós Restauração: guerra e carreira militar”. **Varia História**, n. 48, Belo Horizonte, 2012.

_____. “Hierarquia política e poder no Estado do Brasil: o governo-geral e as capitanias, 1654-1681”. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 515-543, jul./dez. 2015.

COSTA JUNIOR, Olympio. **Extintos aldeamentos de índios em Pernambuco**. In: Revista do Norte, n°. I, série III, abr.1942.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Introdução a uma História Indígena”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____ (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. **Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”**: O Perfil de Recrutamento, a Comunicação Política e as Jurisdições dos Governadores da Capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756). Tese (Doutorado em História) – Programa Interuniversitário de Doutoramento em História Universidade de Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora, Lisboa, 2019.

DAMASCENO, Felipe Aguiar. **A ocupação das terras dos Palmares de Pernambuco (séculos XVII e XVIII)**. Tese (Doutorado em História). UFRJ: Rio de Janeiro, 2018.

DARIO FILHO, Luiz Pedro. **Lealdade em construção**: a (re)inserção de São Paulo nas malhas administrativas do império português (1641-1698). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: história da devastação da mata atlântica brasileira. Tradução de Cod Kanipel. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DE SOUSA SÁ, Ana Priscila. Entre catilinárias e os índios bravos: Um debate historiográfico. **Outros Tempos** (Online), v. 18, p. 38-58, 2021

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Banguê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional. – 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

DUARTE, Abelardo. “Os primórdios do povoamento de Alagoas”. In: **Revista do Instituto Histórico de Alagoas** (RIHGAL), v. 25, p. 7-33, Maceió, Imprensa Oficial, 1947.

ELIAS, Juliana L. **Militarização na capitania de Pernambuco no século XVII**: caso Camarão. Tese (Doutorado em História). UFPE, Recife, 2005.

ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares** (subsídios para sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

FERREIRA, Lorena de Mello. **São Miguel de Barreiros**: uma aldeia indígena no Império. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, Trabalho e Poder** – O Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial. São Paulo: Ed. Brasiliense/CNPq, 1988.

_____. **A Civilização do Açúcar**. – São Paulo, Brasiliense, 1994.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. São Paulo: Livraria Pioneira; Edusp, 1970.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. “Estados de paz e estados de guerra: negociação e conflito na América Portuguesa (séculos XVI e XVII)”. **Revista Projeto História**, vol. 31. São Paulo: Editora da PUC, 2005

FONSECA, Mariana Bracks. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola**. Século XVII. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, SP, 2012.

FREITAS, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FUJIMOTO, Juliana. **A Guerra Indígena como Guerra colonial – As Representações e o Lugar da Belicosidade Indígena e da Antropofagia no Brasil colonial (séculos XVI e XVII)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, São Paulo, 2016.

GALINDO, Marcos. **O Governo das Almas**. 1. ed. – São Paulo: HUCITEC EDITORA, 2017.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil**. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

GARCIA, Elisa Frühauf. “Trocas, guerras e alianças na formação da sociedade colonial”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Brasil Colonial: volume 1** (ca. 1443 – ca. 1580) / organização João Luís Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

GOMES, Flávio. **Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul**. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2019.

_____. (org.). *Mocambos de Palmares*. Histórias e Fontes (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

GOMES, Nilma Lino. “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão”. In: Ricardo Henriques. (Org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03.** ed. Brasília: SECAD/MEC, p. 39-62, 2005.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial.** – São Paulo: Ática, 1988.

HEMMING, John. **Ouro Vermelho: A conquista dos Índios Brasileiros.** Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: As representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656. In: **Revista de História.** – São Paulo: Universidade de São Paulo, nº 154, p. 37-69, 2006.

JABOATÃO, Antônio Santa Maria de. **Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Crônica dos frades menores da província do Brasil (1761).** – Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1º vol. 2ª parte 1958.

KODAMA, Kaori. **Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860.** Rio de Janeiro: Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LARA, Sílvia Hunold; FACHIN, Phablo Roberto Marchis (orgs.). **Guerra contra Palmares: o manuscrito de 1678.** – São Paulo: Chão Editora, 2021.

_____. **Palmares & Cucaú: o aprendizado da dominação.** Tese (Titularidade em História) – UNICAMP, Campinas, 2008.

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil.** Tradução e notas de Sérgio Milliet. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2007.

LINHARES, Maria Yeda (org). **História Geral do Brasil.** – Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2010.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte.** Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

MACEDO, José Rivair. “Jagas, Canibalismo e 'Guerra Preta': os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII”. **HISTÓRIA (SÃO PAULO)**, v. 32, p. 53-78, 2013.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. “Como se deve escrever a história do Brasil”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 6 (24), jan. 1845, pp. 389-411.

MEDEIROS, Ricardo Pinto. **O Descobrimto dos Outros: Povos Indígenas do Sertão Nordeste no Período Colonial.** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História – UFPE, Recife, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates,** Pernambuco, 1666-1715. Editora 34, 2003.

_____. **O bagaço da cana: os engenhos de açúcar no Brasil holandês.** – 1ª ed. – São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

_____. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654.** – São Paulo, Ed. 34, 2007.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. “A feitoria de Pernambuco (1516-35) e o Reduto dos Marcos (1646-54)”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 287, abril/junho de 1970.

_____. **Fontes para a história do Brasil holandês.** 1ª ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – Cepe, 2004.

_____. **Tempo dos Flamengos.** Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 4ª Edição. – Recife: Topbooks, 2001.

MENDES, Laura Peraza. **O serviço de armas nas guerras contra Palmares: expedições, soldados e mercês (Pernambuco, segunda metade do século XVII).** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654).** – Recife: Editora UFPE, 2014.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do indigenismo.** Tese (Livre Docência em Antropologia). UNICAMP, Campinas, 2001, p. 4.

_____. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. “O desafio da história indígena no Brasil”. In: SILVA, A. L.; GRUPIONE, L.D. (orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.** Brasília: MEC, 1995.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri. “A Nova História Militar, o diálogo com a História Social e o Império Português”. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho, 2011.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. “História, etnia e nação: o índio e a formação nacional sob a ótica de Caio Prado Júnior”. **Memória Americana**, v. 16, p. 63-84, 2008.

_____. “O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 53-72 – 2010.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. “A Flecha e o Mosquete: Índios e Batavos no Brasil Holandês”. **CLIO – Série Revista de Pesquisa Histórica** (UFPE), Nº 25-2, p. 130-149, 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

_____. (org.). **A Viagem da Volta**: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena. 2a. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

_____. “Os indígenas na formação da colônia: uma abordagem crítica”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Brasil Colonial: volume 1** (ca. 1443 – ca. 1580) / organização João Luís Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

_____. “Uma guerra sem fim: a retórica da ‘pacificação’ e práticas institucionalizadas de produção de desigualdade. In: SOUZA, Adriana B de (org.). **Pacificar o Brasil**: das guerras justas às UPPs. São Paulo: Alameda, 2017.

OKUNUEVA, Olga. **Ensaio sobre o mapa “Brasil” de G. Gastaldi pertencente ao Delle navigationi e viaggi de G. B. Ramusio (1556; 1565; 1606)**. Terra Brasilis, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, (Nova Série) [Online], 2 | 2013. Obtido em: <<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/715>>. Acesso: 07/07/2020.

ORTNER, Sherry B. “Poder e projetos: reflexões sobre a agência”. In: GROSSI, Miriam; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry. (Orgs.). **Conferências e Diálogos**: Saberes e Práticas Antropológicas. Blumenau: Nova Letra, 2007.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro; Magalhães, Pablo Antônio Iglesias. “Muros do Recôncavo: A Capital da América portuguesa transferida para aldeamentos indígenas”. **CLIO – Série Revista de Pesquisa Histórica** (UFPE), v. 25.2, p. 09-38, 2009.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos**: 1493-1590. Vol. I. Recife, Arquivo Público Estadual, 1951.

_____. **Anais Pernambucanos: 1635-1665.** Vol. 3. Recife, Arquivo Público Estadual, 1952.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: FAPESP/SMC: Cia das Letras, 1992.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **A Guerra dos Bárbaros: resistências e conflitos no nordeste colonial.** 2. ed. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial.** – Bauru, SP: EDUSC, 2003.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrick Barth / Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart.** – 2.ed. – São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação.** Bauru, SP: EDUSC, 1999

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720.** São Paulo. Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

RAMINELLI, Ronald J. “Nobreza indígena – os chefes potiguares, 1633-1695”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

_____. “Honras e Malogros: Trajetória da Família Camarão 1630-1730”. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Império de Várias Faces: Relações de Poder no Mundo Ibérico da Época Moderna.** São Paulo: Alameda, 2009.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: **Jogos de escala: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil, 1500-1627.** Nova edição revista por Capistrano de Abreu. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Brasil Colonial: volume 2** (ca. 1580-1720) / organização João Luís Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SCHAMNE, José Luís. **Histórias na história: contribuições de frei Vicente do Salvador para a literatura brasileira.** Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem – Área de

Concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade) – Universidade Federal de Ponta Grossa, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 30.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. “O Nordeste açucareiro no Brasil Colonial”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Brasil Colonial: volume 2** (ca. 1580-1720) / organização João Luís Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SILVA, Antonio Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Geysa Kelly Alves da. **Índios e identidades: formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SILVA, Leonardo Dantas. **Pernambuco: história e aspectos de sua paisagem**. In: **RIHGB**, vol. 411, abril/junho, 2001.

SILVA, Jussara Rodrigues da. **Reformar os costumes pela história: a historiografia de Francisco Lisboa no jornal de Timon**. Tese (Doutorado em História). UFOP, Ouro Preto, 2017.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **O Miserável Soldo & A Boa Ordem da Sociedade Colonial – Militarização e Marginalidade na Capitania de Pernambuco nos Séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife. 2001.

_____. **“Nas solidões vastas e assustadoras”** – os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. – Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Victor André Costa da. **Guerra Justa e desterritorialização: os índios e as novas configurações espaciais na Capitania do Rio Grande (c. 1680-1720)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

SILVA, Wesley de Oliveira. “Valentes Flecheiros: atuação das tropas indígenas na capitania de Pernambuco entre 1660-1700”. **Revista Epígrafe**, v. 8, p. 110-137, 2020.

SOARES, Mariza de Carvalho. “A 'nação' que se tem e a 'terra' de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII.” **Estudos Afro-Asiáticos** (UCAM. IMPRESSO), Rio de Janeiro, v. 2, Ano 26, p. 303-330, 2004.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Organização de Fernanda Trindade Luciani. – São Paulo: Hedra, 2010.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**: Primeiros registros sobre o Brasil / Hans Staden; [tradução Angel Bojadsen; introdução de Eduardo Bueno]. – Porto Alegre; RS: L&PM, 2019.

STERN, Steve. **Resistance, rebellion and consciousness in the Andean peasant world**: 18th to 20th Centuries. Madison: The University of Wisconsin Press, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. “O plano para o Bom Governo dos Índios: Um jesuíta à serviço da Evangelização Calvinista no Brasil Holandês”. **Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica** (UFPE), Nº 27-2, pp. 145-162, 2009.

_____. **Traição**: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VIEIRA, Geysa Kelly Alves. “Entre perdas, feitos e barganhas: a elite indígena na capitania de Pernambuco, 1669-1732”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

VISACRO, Alexandro. **Guerra Irregular**: terrorismo, guerrilha e movimento de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.

WEBER, Max. “Relações Comunitárias Étnicas”. In: **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. v.1, 3. ed., Brasília, UNB, 1944.